



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA (PPGEDAM)  
MESTRADO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO  
LOCAL**

**Paulo Cesar Chagas Maia**

**Análise terminológica da produção científica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs):  
a elaboração de um microtesauro sobre gestão ambiental**

**Belém  
2015**

**Paulo Cesar Chagas Maia**

**Análise terminológica da produção científica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs):  
a elaboração de um microtesauro sobre gestão ambiental**

**Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.**

**Orientador: Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho**

**Co-orientadora: Prof. Dra. Marise Teles Condurú**

**Belém  
2015**

**Paulo Cesar Chagas Maia**

**Análise terminológica da produção científica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs):  
a elaboração de um microtesauro sobre gestão ambiental**

**Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.**

Data de aprovação: \_03\_/\_06\_/\_2015\_

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho  
Orientador – Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Prof. Dra. Marise Teles Condurú  
Co-orientadora– Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha  
Examinador Interno - Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira  
Examinador Externo – Faculdade de Biblioteconomia/UFPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NUMA/UFPA)

---

Maia, Paulo Cesar Chagas

Análise terminológica da produção científica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs): a elaboração de um microtesauro sobre gestão ambiental / Paulo Cesar Chagas Maia; Orientador, Mário Vasconcellos Sobrinho, Co-Orientadora, Marise Teles Condurú . – Belém, 2015.

180f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2015.

1. Gestão Ambiental. 2. Informação Ambiental. 3. Terminologia Ambiental. 4. Tesauro. I. Vasconcellos Sobrinho, Mário, orient. II. Condurú, Marise Tele, co-orient III. Título.

---

CDD 22. ed. 333.72

A Josely, a Paula e o João Paulo, alegrias do meu viver. Aos meus pais e irmãos, amigos confidentes e inseparáveis.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e responsável pela criação de todas as belezas da natureza, pois é esse o magnífico que permite a luz de cada dia e um futuro com dias melhores.

Em especial, a minha esposa Josely Maia pela paciência e confiança nos momentos mais difíceis, sempre acreditando em um futuro melhor.

À minha família que é a grande responsável por mais essa vitória da busca incessante do conhecimento e do saber.

A todos os professores do Mestrado, em especial ao meu orientador professor Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho, pela paciência e atenção no desenvolvimento da pesquisa, sempre acreditando que através da Gestão Ambiental é possível construir um mundo sustentável.

A minha amiga, professora e co-orientadora Dr. Marise Teles Condurú, pela paciência e compreensão de mostrar a importância da informação para a conservação do meio ambiente.

Ao professor Dr. Lucivaldo Vasconcelos Barros pela luta incessante de buscar parcerias acadêmicas e científicas para mostrar a relevância da informação no campo da Gestão Ambiental.

Ao professor Hamilton Vieira de Oliveira diretor da faculdade de Biblioteconomia, pela presença na banca de defesa da dissertação.

A bibliotecária da UFPA, Elisangela Costa, pela orientação da elaboração do tesouro e na tradução do resumo em inglês.

A estagiária de Biblioteconomia Ghessika Maciel pela elaboração dos mapas conceituais, dos gráficos, dos quadros e tabelas.

Aos colegas Márcia, Terezinha, Cris, Pedro, Diogo, Lúcia, amigos de trabalho da Semas.

Ao professor João Marcelo pela verificação ortográfica;

A todos que colaboraram, direta e indiretamente, para a elaboração deste trabalho, sem essas pessoas não conseguiria realizar meu sonho, nosso sincero agradecimento.

“A gestão ambiental busca a harmonia entre o homem – aquele ser social – e seu meio ambiente natural ou construído. Em outras palavras, ela fundamenta a sua razão de ser na conquista de um nível ideal de qualidade de vida para sociedade e todos os seus membros”.

(PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004).

“A informação é matéria-prima que o conhecimento deve dominar e integrar; o conhecimento deve ser permanentemente revisitado e revisado pelo pensamento é, mais do que nunca, o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade”

(MORIN, 2003, p.18).

## RESUMO

A pesquisa objetivou traçar um perfil do debate sobre gestão ambiental na Amazônia à luz das terminologias utilizadas na produção científica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) autorizados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), na área temática Interdisciplinar e de Ciências Ambientais. Especificamente, a pesquisa objetivou conhecer os principais termos e conceitos utilizados na construção do conhecimento regional por vias das pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* na Amazônia. Em consequência dessa análise terminológica, organizou-se, sistematizou-se e padronizou-se os termos e conceitos utilizados nas dissertações e teses dos programas de pós-graduação e construiu-se um microtesauro para servir de ferramenta para a recuperação da informação ambiental. O arcabouço teórico da pesquisa foi delineado sob as literaturas de gestão ambiental, terminologia e instrumentos da linguagem documentária, mais especificamente dos tesouros e do glossário. Metodologicamente, o trabalho seguiu a abordagem qualitativa e a pesquisa de fonte de papel, cujos dados foram obtidos por meio de uma análise documental e de conteúdo de 332 dissertações e 43 teses de doutorado. Na análise documental utilizou-se um formulário terminológico com a finalidade de coleta, extração e padronização dos termos ambientais (conceitos) provenientes das produções científicas dos PPGs. A pesquisa mostra, a partir da análise terminológica, que PPGs na Amazônia tem contribuído para o avanço do conhecimento sob gestão ambiental, sobretudo em sua interpretação e aplicação na região. A análise terminológica permitiu a criação de um glossário com 190 termos ambientais e 490 conceitos em Língua Portuguesa utilizados na produção científica dos programas de pós-graduação na especialidade gestão ambiental que retratam suas contribuições para o avanço no entendimento do conceito. Além do glossário, foi elaborado um mapa conceitual específico em gestão ambiental que em conjunto com a análise terminológica, permitiu a elaboração de um microtesauro. A contribuição aplicada desta dissertação está justamente na construção desse microtesauro com suas relações terminológicas e especificidades em gestão ambiental.

**Palavras-chave:** Informação ambiental. Gestão ambiental. Terminologia ambiental. Tesouros.

## ABSTRACT

The research aimed to draw a profile of environmental management debate in the Amazon in the light of the terminology used in the scientific production of postgraduate programs (PPGs) authorized by the Coordination of Improvement of Higher Education (CAPES), the thematic area and Interdisciplinary Environmental Sciences. Specifically, the research aimed to identify the key terms and concepts used in the construction of regional knowledge by way of strict sense postgraduate research in the Amazon. As a result of this terminological analysis, was organized, is systematized and was standardized the terms and concepts used in theses and dissertations of graduate programs and built up a microthesaurus to serve as a tool for recovery of environmental information. The theoretical framework of the research was outlined in the literature of environmental management, terminology and tools of the documentary language, specifically the thesaurus and glossary. Methodologically, the study followed a qualitative approach through the research in print materials; the data were obtained through a documentary research and content analysis of 332 dissertations and 43 doctoral theses. In document analysis was used a terminological form for the purpose of collection, extraction and standardization of environmental terms (concepts) from the scientific production of PPGs. The Research shows, from the terminological analysis PPGs in the Amazon has contributed to the advancement of knowledge in environmental management, especially in their interpretation and application in the region. The terminological analysis allowed the creation of a glossary with 190 environmental terms and 490 concepts in Portuguese used in scientific production of postgraduate programs in environmental management specialty portraying their contributions to the advancement in understanding of concept. Beyond the glossary, we designed a specific conceptual map in environmental management together with the terminological analysis, allowed the elaboration of a microthesaurus. The contribution of this work is precisely applied in the construction of microthesaurus with their terminological relations and specificities in environmental management.

**Keywords:** Environmental information. Environmental management. Environmental terminology. Thesauri.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	- Distribuição dos trabalhos da dimensão ambiental de 1998 a 2011	17
Esquema 1	- Pressões existentes sobre a organização ambiental	26
Esquema 2	- Dimensões da gestão ambiental	27
Gráfico 1	- Distribuição da Pós-Graduação no Brasil por Grande Área	30
Esquema 3	- Quadro da Representação documentária	35
Quadro 1	- Fontes de informação para extração de termos	38
Quadro 2	- Modelo de apresentação alfabética	40
Quadro 3	- Modelo de apresentação sistemática	41
Esquema 4	- Estrutura em árvore	42
Esquema 5	- Gráfico flechado	43
Esquema 6	- Estrutura de mapas conceituais	48
Esquema 7	- Estrutura em teia	49
Esquema 8	- Estrutura hierárquica	49
Esquema 9	- Estrutura conceitual	50
Quadro 4	- Exemplo de verbete do glossário terminológico de gestão ambiental	56
Quadro 5	- Quadro terminológico (termos) da produção científica dos PPGs	57
Esquema 10	- Mapa conceitual do PPGEDAM	60
Esquema 11	- Mapa conceitual do PPGSTU	61
Esquema 12	- Mapa conceitual do PPGCASA	62
Esquema 13	- Mapa conceitual do PPGCA	63
Esquema 14	- Mapa conceitual específico em gestão ambiental	64
Quadro 6	- Relações do microtesouro sobre gestão ambiental	68



## LISTA DE SIGLAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
BVSA	- Biblioteca Virtual de Saúde Ambiental
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBICT	- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
NAEA	- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUMA	- Núcleo do Meio Ambiente
ONGs	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PPGs	- Programas de Pós-Graduação
PPGCA	- Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
PPGCASA	- Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
PPGEDAM	- Programa de Pós-Graduação de Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
PPGDSTU	- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
RENIMA	- Rede Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente
SNPG	- Sistema Nacional de Pós-Graduação Brasileiro
UFAM	- Universidade Federal do Amazonas
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>22</b>
2.1	REFLETINDO SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL	22
<b>2.1.1</b>	<b>Conceituando e caracterizando a gestão ambiental</b>	<b>22</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Dimensões da gestão ambiental</b>	<b>25</b>
<b>2.1.3</b>	<b>A interdisciplinaridade na gestão ambiental</b>	<b>28</b>
2.1.3.1	Caminhos da interdisciplinaridade da gestão ambiental na pós-graduação da Capes	29
2.2	INFORMAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO	31
<b>3</b>	<b>A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>34</b>
3.1	AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: IMPORTÂNCIA E USO NA GESTÃO AMBIENTAL	34
<b>3.1.1</b>	<b>Entendendo os tesauros</b>	<b>36</b>
3.1.1.1	Coleta dos descritores e categorização	37
3.1.1.2	Relacionamento entre os termos	39
3.1.1.3	Formas de apresentação	39
3.2	A TERMINOLOGIA	43
3.2.1	<b>Definindo glossário</b>	<b>46</b>
3.3	O MAPA CONCEITUAL	47
<b>4</b>	<b>OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	<b>51</b>
<b>5</b>	<b>APLICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>54</b>
5.1	O GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL	54
5.2	ANÁLISE TERMINOLÓGICA NO CAMPO DA GESTÃO AMBIENTAL: CONSTRUINDO O MAPA CONCEITUAL	58
5.3	A ELABORAÇÃO DO MICROTESAURO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL	65
<b>5.3.1</b>	<b>Subsídios para aplicação do microtesauro sobre gestão ambiental em formato eletrônico</b>	<b>69</b>

<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>74</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>79</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>81</b>
	APÊNDICE A - Formulário terminológico (coleta de termos)	82
	APÊNDICE B – Quadro de levantamento realizado dos termos utilizados nas Teses e Dissertações	83
	APÊNDICE C - Microtesauro sobre gestão ambiental	88
	APÊNDICE D - Glossário terminológico sobre gestão ambiental	114

## 1 INTRODUÇÃO

Na Região Amazônica há uma preocupação com a qualificação de pessoal em Programas de Pós-Graduação (PPGs). Isso tem gerado muitas iniciativas para investimentos nesses PPGs, tais como: o programa Acelera<sup>1</sup> da CAPES, a Criação de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e a expansão da graduação envolvendo a interiorização das Universidades Federais (VAL, 2010). Em consequência dessas iniciativas, nessa região, mais especificamente na região Norte do Brasil, a produção dos trabalhos científicos tem aumentado consideravelmente, principalmente quando se refere à temática da gestão ambiental. Esse tema tem despertado o interesse de pesquisadores em formação (discentes de mestrado e doutorado) em virtude dos estudos envolvendo questões ambientais nos sistemas de ensino superior.

Por conseguinte, as pesquisas em gestão ambiental buscam ser integradas às distintas áreas de conhecimento de maneira que permitam perpassar às diversas disciplinas e áreas de geração de conhecimentos, principalmente nos cursos dos Programas Pós-Graduação (PPGs). A produção desse conhecimento é gerada nos PPGs *stricto sensu* de mestrado e doutorado, tanto acadêmico como profissional.

Desde 1953, os cursos dos PPGs no Brasil são regulamentados pela CAPES, que coordena o Sistema Nacional de Pós-Graduação Brasileiro (SNPG), e que se apresenta em crescimento nas últimas décadas. No SNPG há 3.397 Programas e 5.080 Cursos de Pós-Graduação distribuídos entre nove grandes áreas: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar (PHILIPPI JR; SOBRAL, 2012).

No contexto do SNPG, que possui um sistema de acompanhamento, avaliação e credenciamento de programas realizado pela CAPES, existem 48 áreas de conhecimento que avaliam a totalidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do país. Nelas, estão incluídas: a área interdisciplinar que reúne a maior quantidade de cursos e 289 programas credenciados, e a área de ciências ambientais com 90 programas (CAPES, 2013).

---

<sup>1</sup>Segundo Val (2010), o programa Acelera foi criado pela CAPES em 2004, com objetivo de apoiar a ampliação dos grupos de pesquisas na região Norte e, por conseguinte, a capacidade de formação de pessoal em nível de pós-graduação e a concepção de um amplo programa para a mobilidade entre os cientistas das diferentes regiões do país.

De acordo com os dados da CAPES (2013), o número de cursos em todos os níveis da pós-graduação *stricto sensu* cresceu de 699, em 1976, para 5.080 cursos em 2011, com destaque para a elevada taxa de crescimento com cerca de 150% na área Multidisciplinar, que inclui os programas de Pós-Graduação interdisciplinares da nova Área de Ciências Ambientais.

A produção do conhecimento científico ocorre, particularmente, dentro das Universidades e é produto do trabalho de pesquisadores, sendo esses responsáveis por agregar valor e desenvolver o conhecimento. Os PPGs *stricto sensu* são responsáveis por boa parte da construção do conhecimento científico, pois tem como principal objetivo a formação de pesquisadores – mestres e doutores (MOOM, 2009).

Essa produção científica se dá por meio da elaboração, socialização e disponibilização das teses e dissertações nesses PPGs. Segundo Campello (2000, p.124) esses documentos são originados dos cursos de pós- graduação, visando principalmente a capacitar professores para o ensino superior, além de formar pesquisadores e profissionais de alta qualificação em vários níveis. Elas são consideradas um tipo de Literatura Cinzenta<sup>2</sup> no sentido de que não contam com um sistema de publicação e distribuição comercial. Então, esses PPG tem contribuído significativamente para (re)definição dos conceitos e termos por via de dissertações e teses.

Nesse contexto, a temática gestão ambiental vem crescendo em relação à produção científica, pois representa o maior percentual (14,4%) do total dos trabalhos da dimensão ambiental nas teses e dissertações. Na tabela 1, observa-se o desempenho dos temas com ênfase à gestão ambiental, num período de 1998 a 2011.

---

<sup>2</sup>Literatura Cinzenta, segundo Campello (2000), é um conjunto de documentos que são produzidos em todos os níveis de governo, nas áreas acadêmicas, do comércio e da indústria, nos formatos impresso e eletrônico, mas que não é controlada por editores comerciais, tendo como exemplo as publicações comerciais, as dissertações, as teses e a literatura originada de encontros científicos, como os anais de congresso.

Tabela 1– Distribuição dos trabalhos da dimensão ambiental de 1998 a 2011

<b>Temas da Área Ambiental</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
Gestão ambiental	76	14,4%
Desenvolvimento sustentável	69	13%
Sustentabilidade empresarial	53	10%
Gestão de resíduos	48	9,1%
Marketing verde	34	6,4%
Turismo sustentável	33	6,2%
Sistema de gestão ambiental	25	4,7%
Mecanismo de desenv. Limpo	24	4,5%
Energias alternativas	22	4,2%
Recursos hídricos	20	3,8%
Responsabilidade Socioambiental	18	3,4%
Rotulagem ambiental	18	3,4%
Legislação ambiental	17	3,2%
Produção mais limpa	12	2,3%
Inovação ambiental	11	2,1%
Cadeia de suprimentos verdes	10	1,9%
Educação ambiental	8	1,5%
Recursos florestais	6	1,1%
Conflitos socioambientais	6	1,1%
Economia ambiental	4	0,8%
Análise de riscos ambientais	3	0,6%
Ecoeficiência	3	0,6%
ONG ambiental	3	0,6%
Avaliação do ciclo de vida	2	0,4%
Contabilidade ambiental	2	0,4%
Ecodesign	2	0,4%

Fonte: Adaptado Souza et al. (2013).

Observa-se, portanto, que novas terminologias estão surgindo na pesquisa científica por intermédio da produção desses documentos, em que os pesquisadores se deparam com uma variedade de novos termos e conceitos na área ambiental. Isso tem provocado polissemia e ambigüidade nos significados e nas definições, sem que haja a devida preocupação desses especialistas por uma padronização terminológica ambiental.

O vocabulário utilizado pelo especialista já não pertence a um grupo seletivo de pesquisadores, os meios de comunicação socializam essa terminologia. Os próprios pesquisadores se utilizam de vocabulários de acordo com seus grupos de pesquisa, não existindo padronização nem em uma mesma área de conhecimento, que se por um lado é salutar para o avanço do conhecimento, por outro lado dificulta o seu uso de forma consensual em termos interpretativos, ou seja, de precisão conceitual (VAN DER LAN, 2002).

Diante destas constatações, nesta pesquisa tem-se o seguinte questionamento: como a temática gestão ambiental tem sido tratada nas pesquisas oriundas de teses e dissertações, a partir de suas variações terminológicas, na região amazônica?

Vale ressaltar que estudos sobre a terminologia, seguem na tentativa de escapar da polissemia e das ambigüidades próprias da linguagem natural. Dessa maneira, por descreverem conteúdos específicos, as terminologias possuem o objetivo de alcançar a univocidade e a precisão conceitual (FINATTO; KRIEGER, 2004).

A principal tarefa da terminologia, então, é a de se atentar às unidades da língua natural, da comunicação especializada e propor a representação de conceitos e sistemas de conceitos por meio de termos, facilitando a comunicação entre especialistas e esses com público em geral. Assume funções de comunicação e representação, procura o consenso e propõe formas de controle da diversidade de significação (LARA, 2005).

E devido à sua função de representar, a terminologia serve à documentação e elaboração de tesouros, pois é um importante elemento de representação do conteúdo dos documentos e de encontro dos mesmos, uma vez que a capacidade de uma linguagem documentária em recuperar as informações é intimamente dependente de sua capacidade de referir, representar adequadamente (LIMA, 1998).

Desta forma, o tesouro é uma ferramenta terminológica capaz de representar e padronizar termos e conceitos científicos usados na temática gestão ambiental. Ele, quando bem estruturado e elaborado pode realizar um mapeamento temático das terminologias ambientais utilizadas por pesquisadores e cientistas, além de destacar alguns termos que estão sendo empregados e evidenciá-los para que possa auxiliar na sua compreensão quando empregados dentro da área da gestão ambiental.

Nos dias atuais, são muitos os estudos científicos que abordam a elaboração de tesouros para representar os conceitos de um ou vários domínios de conhecimento. Assim, existem tesouros Nutrição (Botelho, 2008), Direito (Brasil, 2015), Turismo (Rojowski, 2011), Urbanismo e Arquitetura (Vieira, Santos e Lapa, 2010), ou seja, podem ser elaborados tesouros sobre as grandes áreas do conhecimento humano.

Nos estudos desenvolvidos pelas autoras Van Der Laan (2002), Botelho (2008), Cervantes (2009) e Vargas (2010), são apresentados que a elaboração dos tesouros facilita o processo de padronização, organização e recuperação da informação em determinada especialidade. Em suas concepções esse instrumento da linguagem documentária é essencial na recuperação e representação da informação.

Botelho (2008), por exemplo, elabora e apresenta um microtesauro em Nutrição, enfatiza a sua relevância como instrumento da área de ciências da saúde, podendo também ser utilizado por unidades de informação especializada e servir de instrumento importante para bibliotecas e centros de documentação de áreas afins à Nutrição, por tratar também de assuntos correlatos, devendo, assim, adequar-se às suas especificidades, como as características de seus usuários e linguagem utilizada pelos mesmos.

Em meio ambiente, são poucos os tesouros especializados. O mais conhecido é o Thesaurus de Meio ambiente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instrumento que atende as necessidades de tratamento e recuperação de informações da área ambiental, tendo como principal finalidade a padronização da linguagem utilizada nas bases de dados da Rede Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (RENIMA), mas que pode ser amplamente empregada por outras instituições (IBAMA, 1996).

O outro exemplo é o Tesouro de Engenharia Ambiental e Sanitária da Biblioteca Virtual de Saúde Ambiental (BVSA) que tem como objetivo atender a terminologia técnica e especialmente os termos cooperantes da Rede Pan-Americana de Informação sobre Saúde Ambiental, sendo uma ferramenta eficaz no processo de padronização e sistematização da informação em saúde ambiental.

Dessa forma, pelo fato de não existir um tesouro específico em gestão ambiental, percebe-se a relevância da elaboração de um microtesauro em gestão ambiental com a finalidade de acompanhar o surgimento de novas terminologias da pesquisa científica ambiental e fortalecer o campo da gestão ambiental na Região Amazônica.

Justifica-se como importante a elaboração de um microtesauro em gestão ambiental com um respectivo glossário, pois propiciará a sistematização da informação ambiental e um controle terminológico mais eficaz no momento da pesquisa científica, constituindo uma ferramenta terminológica que tem como função representar a informação e o conhecimento por meio de um conjunto padronizado de termos, denominados descritores. São essas características que fazem dele um instrumento importante para identificar e recuperar informações armazenadas em sistemas e unidades de informação (bases de dados bibliográficos, repositórios de artigos e trabalhos acadêmicos e bibliotecas).

A criação desse glossário como instrumento terminográfico, apresentará conceitos a cada descritor ou termo coletado, das terminologias em gestão ambiental coletadas na produção científica dos PPGs, e que serão apresentados no tesouro, como instrumento para normatizar a linguagem desta área específica, possibilitando o

entendimento da sua estrutura conceitual.

É com sua elaboração com um microtesauro contribuirá na padronização e sistematização das terminologias usadas na temática gestão ambiental, facilitando o significado dos termos e expressões ambientais de caráter interdisciplinar, ampliando e disseminando o conhecimento científico da área de estudo, a partir das pesquisas realizadas na região amazônica.

No contexto, a presente dissertação tem como objetivo geral analisar as terminologias ambientais utilizadas na produção científica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), nas áreas temáticas Interdisciplinar e Ciências Ambientais, por meio da análise documental e de conteúdo das teses e dissertações, a fim de contribuir para a construção do campo gestão ambiental na Região Amazônica. Entretanto, para alcançar esse objetivo, buscou-se:

- Identificar a relação dos termos e conceitos ambientais utilizado nas teses e dissertações;
- Elaborar mapa conceitual dos termos (conceitos) em gestão ambiental;
- Elaborar o microtesauro com o respectivo glossário em gestão ambiental, criando subsídios para disponibilizá-lo em formato eletrônico.

A abordagem metodológica da pesquisa focou um estudo documental de caráter qualitativo, onde foram priorizados os discursos e os conhecimentos dos atores sociais. O método qualitativo segundo Haguete (2005), enfatiza as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser. Gil (2002), apresenta grandes vantagens para um estudo científico, pois os documentos constituem fontes ricas e estáveis de dados e o baixo custo da pesquisa.

A análise documental é indispensável porque a maior parte das fontes escritas são quase sempre a base do trabalho de investigação, ou seja, é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos cientificamente autênticos. Ludke e André (1986), afirmam que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja revelando aspectos novos de um tema ou problema.

Para atingir o objetivo proposto utilizou-se como método de coleta de dados um formulário terminológico com a finalidade de coleta, extração e padronização dos termos ambientais (conceitos), provenientes das produções científicas por meio das teses e dissertações dos PPGs.

A dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo que neste primeiro capítulo introdutório apresenta-se o estado da arte do tema, os objetivos, a problemática e a relevância desta pesquisa para o uso da terminologia no âmbito da gestão ambiental.

No segundo capítulo são mostrados e debatidos os significados, as definições, as características, os objetivos e as dimensões da gestão ambiental, alicerçadas em princípios do desenvolvimento sustentável. E por fim, serão relatadas algumas definições e características da interdisciplinaridade na pesquisa e na pós-graduação focando na gestão ambiental da CAPES. Além disso, faz uma análise da informação no contexto da gestão ambiental, onde se discutirá a sua relevância como instrumento de gestão.

O terceiro capítulo aborda e analisa as concepções da representação documentária da informação, discorrendo sobre as linguagens documentárias, mais especificamente em relação aos tesouros. Relata também sobre a teorias da terminologia aplicada, além de definir e caracterizar o glossário como um instrumento informacional terminográfico capaz de proporcionar a exatidão e normalização conceitual. Relata também a importância do mapa conceitual para a representação do conhecimento.

O quarto capítulo detalha os caminhos metodológicos da pesquisa, focando no método qualitativo, por meio de uma pesquisa documental, analisando o conteúdo das teses e dissertações do PPGs da CAPES. Traz, também os procedimentos metodológicos para o levantamento, a coleta, análise e padronização dos termos na elaboração e aplicação do microtesouro sobre gestão Ambiental.

No quinto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa que revelam a construção de um glossário terminológico com 190 termos e 490 conceitos na área ambiental, a elaboração de cinco mapas conceituais de acordo com os PPGs selecionados, sendo que um específico em gestão ambiental e, por fim, a elaboração de um microtesouro sobre gestão ambiental. Além da apresentação impressa também são apontados subsídios para disponibilização do microtesouro em formato eletrônico.

Finalmente, o último capítulo refere-se às considerações finais da dissertação com ênfase na importância da terminologia ambiental para a elaboração de instrumentos terminográficos para padronizar e sistematizar a informação no campo da gestão ambiental.

## 2 INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA GESTÃO AMBIENTAL

A relevância da informação é discutida como instrumento da gestão ambiental. Essa relação é analisada a partir dos significados, definições, características, objetivos e dimensões e interdisciplinaridade da gestão ambiental, alicerçadas em princípios do desenvolvimento sustentável.

### 2.1 REFLETINDO SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL

O termo gestão tem a origem na Administração e está diretamente relacionado aos quatro pilares que sustentam a tomada de decisão e auxiliam o desenvolvimento de processos de forma geral: planejamento, organização, direção e controle. O conceito de gestão vem sendo utilizado para incluir além da gestão pública do meio ambiente, os programas de ação desenvolvidos por empresas e instituições não-governamentais (PHILLIPI JR; MAGLIO, 2005).

Para entender o termo gestão ambiental é necessário buscar o significado das palavras gestão e ambiental. Os vocábulos gestão e ambiental tem suas raízes na língua latina. O termo gestão originou-se de *gestioni* que exprime o ato de gerir. Gerir é um verbo inusitado no linguajar e cada dia, cujo significado é ter gerência sobre administrar, reger e dirigir. Enquanto, a palavra ambiental aplicado para referir-se às coisas do ambiente; tanto ambiente construído, quanto ambiente natural (PHILLIPI JR., ROMÉRO E BRUNA, 2004).

Com base nesses conceitos tem-se a gestão ambiental como o ato de gerir o ambiente, isto é, o ato de administrar, dirigir ou reger as partes constitutivas do meio ambiente. Numa visão mais moderna, a gestão ambiental é a condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e social (PHILLIPI JR; MAGLIO, 2005).

Baseado nessas concepções de gestão, no próximo item buscou-se elementos teóricos para conceituar e caracterizar a gestão ambiental em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.

#### 2.1.1 Conceituando e caracterizando a gestão ambiental

Como forma de compreender o que vem a ser a temática gestão ambiental, se considera necessário compreender o seu significado. Philippi Jr., Roméro e Bruna (2004) a

definem como o ato de administrar, de dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exerce, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade. O objetivo último é estabelecer, recuperar ou manter o equilíbrio entre a natureza e o homem.

Outras definições são encontradas como a de Machado et al. (2002) que na busca pela minimização dos conflitos da sociedade atual, entendem que a gestão ambiental é uma atividade voltada para a formulação de princípios e diretrizes, estruturação de sistemas gerenciais e tomada de decisões. Segundo os mesmos autores a gestão ambiental tem por objetivo final promover, de forma coordenada, o uso, proteção, conservação e monitoramento dos recursos naturais e sócio-econômicos em um determinado espaço geográfico, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Nessa mesma linha teórica, Quintas (2006, p.30) conceitua gestão ambiental como “processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”.

A gestão do meio ambiente ou gestão ambiental é, então, o ato de gerir um território por meio de ações políticas e técnicas para o uso e aproveitamento dos recursos naturais, de forma menos predatória possível, para preservar a sócio-bio e cultural diversidade em prol da perenização da espécie humana, da terra, flora, fauna e biota. A gestão ambiental tem como princípio a preservação dos elementos físicos e biológicos fundamentais para a sobrevivência das pessoas e o uso sustentável dos recursos naturais. A gestão ambiental pode ser definida como àquela gestão que é orientada, enquanto finalidade, para as pessoas, embora estas sejam apenas uma das espécies do ambiente natural (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2014).

Dias (2006) considera que a gestão ambiental é um dos instrumentos para o desenvolvimento sustentável, estando vinculada a normas emanadas do poder público e agências reguladoras. Na visão de Barbieri (2011), a gestão ambiental é entendida como as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle e alocação de recursos, com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas.

Philippi Jr. e Maglio (2005), comentam que gestão ambiental é, portanto, um processo político administrativo de responsabilidade do poder constituído destinado a

formular, implementar e avaliar políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região, com a participação social em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Desta forma, a gestão ambiental reveste-se de extensão e complexidade e deve ser tratada em seu contexto amplo, não se limitando a aspectos isolados (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004).

Sob a ótica sistêmica, a gestão ambiental consiste em uma estrutura, que agrega planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e processos, a fim de que haja uma mobilização interna e externamente a organização para que possa atingir a qualidade ambiental almejada (TINOCO; KRAEMER, 2008).

A gestão ambiental se caracteriza pela busca da condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e antrópico, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade. Para que ocorra um processo efetivo de gestão ambiental é necessário um grande conhecimento das dinâmicas que envolvem esses ecossistemas, porque processos humanos que direcionam os aspectos sociais, econômicos e culturais de dada região, estão em constante interação com os processos naturais (SEIFFERT, 2011).

Nesse sentido, o objetivo da gestão ambiental é promover o equilíbrio entre os aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos, inerentes a existência e ao conjunto de relações humanas, mantendo-se atentos aos normativos emanados do poder público e entidades com poder para emitir normatizações a respeito (DIAS, 2006).

A gestão ambiental possui em seu significado as seguintes informações: a política ambiental, o planejamento ambiental e o gerenciamento ambiental. A primeira reflete conjunto consistente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais ou governamentais; a segunda diz respeito ao estudo prospectivo que visa a adequação do uso, controle e proteção do ambiente às aspirações sociais ou governamentais e por último o gerenciamento ambiental, que é um conjunto de ações destinado a regular o uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente e a avaliar a conformidade da situação corrente com os princípios doutrinários estabelecidos pela política ambiental (SEIFFERT, 2011).

Nos dias atuais, o conceito de gestão ambiental tem evoluído na direção de uma gestão compartilhada entre os diferentes agentes envolvidos e articulados em seus diferentes papéis. Nesse perspectiva, a gestão ambiental é um processo político administrativo de responsabilidade do poder constituído, destinado com a participação social, formular,

implementar e avaliar políticas ambientais, a partir da cultura e potencialidade de cada região (PHILLIPI JR; MAGLIO, 2005).

A finalidade da gestão ambiental é a busca da harmonia entre o homem – aquele ser social – e seu meio ambiente natural ou construído. Em outras palavras, a gestão ambiental fundamenta a sua razão de ser na conquista de um nível ideal de qualidade de vida para sociedade e todos os seus membros (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2004).

Diante dessas considerações sobre as definições, os objetivos e finalidades da gestão ambiental é relevante entender também como funciona o processo das dimensões da mesma, caracterizando as suas ações e tomada de decisões na esfera pública e privada.

### **2.1.2 Dimensões da gestão ambiental**

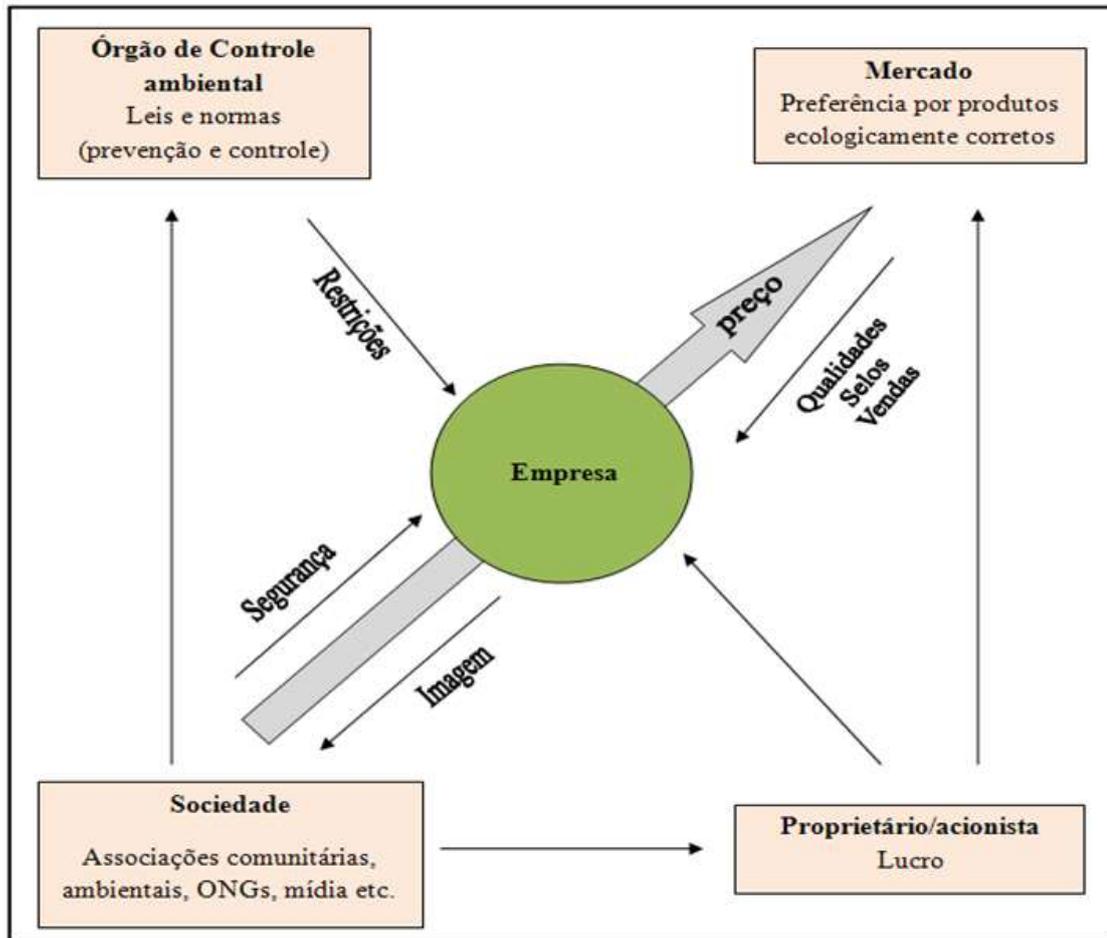
A gestão ambiental surge como uma alternativa para buscar a sustentabilidade dos ecossistemas antrópicos, harmonizando suas interações com os ecossistemas naturais, tanto no ambiente público como na esfera privada.

Seiffert (2011) classifica gestão ambiental na esfera pública e na privada. Na primeira, a gestão ambiental é dependente da implementação pelo governo de sua política ambiental, mediante a definição de estratégias, ações e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de garantir a qualidade do meio ambiente, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Nessa esfera, é necessário que o governo estabeleça os objetivos, defina as estratégias de ação, crie as instituições e estructure a legislação que a contém e que orienta sua aplicabilidade.

Na esfera privada de gestão, reside no fato de que as organizações vêm se adaptando a condições cada vez mais exigentes quanto ao seu desempenho ambiental em virtude de pressões exercidas por vários agentes envolvidos no processo de gestão ambiental, entre eles: órgãos de controle ambiental, ambientalistas, Organização Não Governamental (ONGs) e acionistas.

Esses agentes, por sua vez, apresentam muitas vezes interesses conflitantes, o que dificulta para o órgão gestor ambiental, que cobra influência de leis e normas, qualidades dos produtos e lucros, representado no Esquema 1.

Esquema 1- Pressões existentes sobre a organização por um desempenho ambiental mais aprimorado.



Fonte: Adaptado Seiffert (2011).

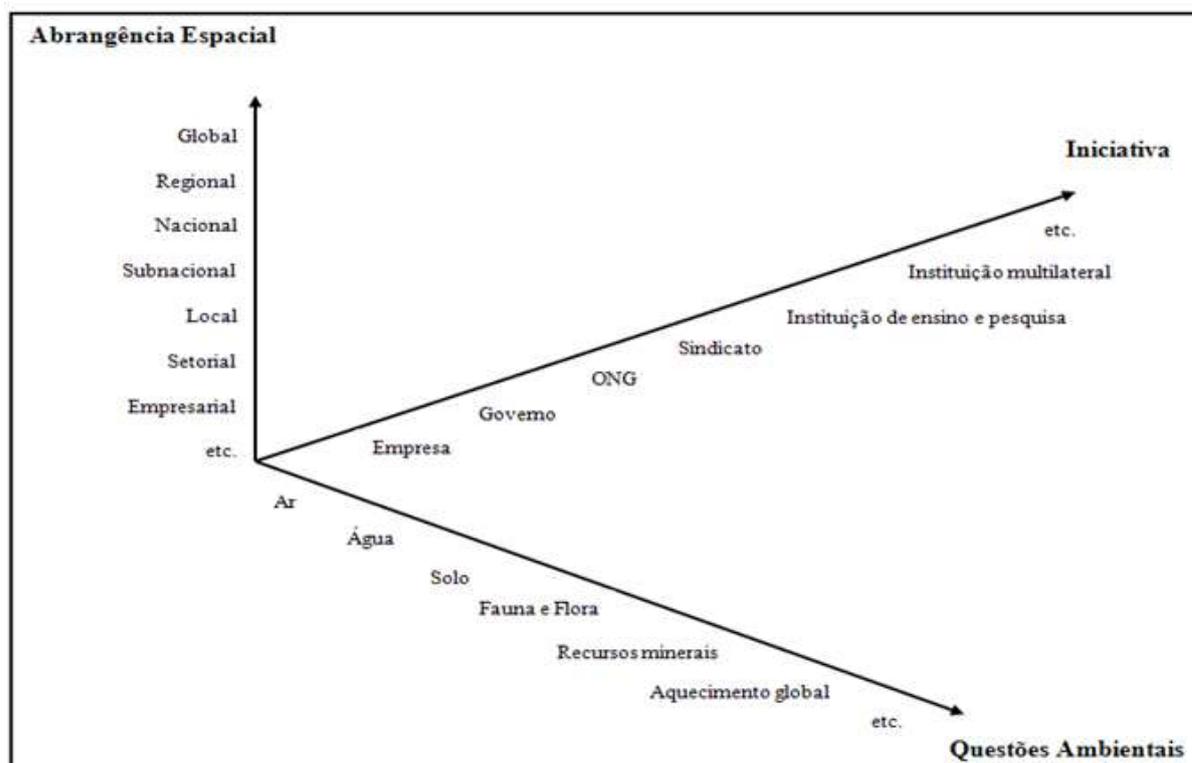
Essas pressões e as demandas por um processo de gestão ambiental associado a um mercado globalizado e cada vez mais competitivo passaram a ser exigidas nessas organizações, em virtude da pressão desses clientes e vêm atingindo até mesmo grandes empresas e grandes corporações nacionais e internacionais (SEIFFERT, 2011).

Barbieri (2011) caracteriza a gestão ambiental em três dimensões, a saber: a dimensão espacial que concerne área na qual se espera que as ações de gestão tenham eficácia; a dimensão temática que delimita as questões ambientais às quais as ações se destinam e a dimensão institucional relativa aos agentes que tomam as iniciativas de gestão.

Essas três dimensões estão apresentadas no Esquema 2, em que cada eixo representa uma dessas dimensões. Uma mesma questão ambiental pode ser tratada por meio de iniciativas diferentes, cada qual visando alcançar efeito sobre determinada área de abrangência. Por exemplo, o aquecimento global é uma questão de natureza planetária que suscita gestões em todos os níveis de abrangência, desde o global, como as iniciativas da

Organização das Nações Unidas (ONU), aos níveis regionais, nacionais, locais, empresariais e até mesmo individuais.

Esquema 2 – Dimensões da gestão ambiental



Fonte: Barbieri (2011).

É importante salientar que nessas dimensões ou eixos encontram-se as abordagens socioambientais que reconhecem a natureza, mas admitem que ela deve ser usada para atender as necessidades presentes e futuras e, por isso, buscam sistemas de produção e consumo sustentáveis, entendidos como aqueles que procuram atender as necessidades humanas, respeitando as limitações do meio ambiente (BARBIERI, 2011).

Relatado sobre a importância das dimensões da gestão ambiental no âmbito da abrangência espacial, dimensão inicial e ambiental, é oportuno fazer também uma análise da interdisciplinaridade na temática da gestão ambiental em relação à produção científica nos PPGs. A dimensão da gestão ambiental que é analisada na pesquisa foca nas empresas, no governo e nas instituições de ensino e pesquisa, no qual produzem trabalhos científicos na gestão no âmbito da Região Amazônica.

### 2.1.3 A interdisciplinaridade da gestão ambiental

No final do século XX o paradigma “unidisciplinar”, de produção do conhecimento, foi considerado insuficiente para responder aos problemas complexos que foram aparecendo, ou seja, havia uma limitação do conhecimento científico disciplinar moderno, a sociedade necessitava de outras formas de abordagem que dessem conta da realidade complexa (PHILIPPI JÚNIOR, et al., 2011).

A interdisciplinaridade é uma necessidade que emerge tanto dos avanços da ciência e da tecnologia como da transformação da sociedade contemporânea. Ela pressupõe de fato uma nova forma de produção de conhecimento porque implica em trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando atender a natureza múltipla de fenômenos com maior complexidade (PHILIPPI JÚNIOR, et al., 2011).

De acordo com Japiassu (1976), a interdisciplinaridade é definida por uma crítica das fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma esperança de renovação e mudança no domínio da metodologia das ciências humanas. Assim, ele a entende como um processo de intercomunicação entre as disciplinas, de modo que resulte em uma modificação entre elas, por meio do diálogo, uma vez que a simples troca de informações entre diversas disciplinas não constitui um método interdisciplinar.

Dessa forma, a interdisciplinaridade pode ser entendida como um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações. A sua terminologia vem sendo usada como sinônimo e metáfora de toda interconexão e colaboração entre diversos campos do conhecimento e do saber dentro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas como as práticas não científicas (LEFF, 2000).

Nesse contexto, o termo “interdisciplinar” consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado. Cada disciplina, ciência ou técnica mantém a sua própria identidade, conserva sua metodologia e observa os limites dos seus respectivos campos. É essencial na interdisciplinaridade que a ciência e o cientista continuem a ser o que são, porém intercambiando hipóteses, elaborações e conclusões (COIMBRA, 2000).

Nesta abordagem, a gestão ambiental possui também uma dimensão social que transcende as atividades puramente acadêmicas da formação universitária, consistindo em uma prática social e uma intervenção real que caracterizam a necessária prática interdisciplinar. Portanto, não é entendida como aquela que ocorre nos níveis das disciplinas, mas na interdisciplinaridade que sucede fundamentalmente na natureza da realidade (ontológico), no conhecimento científico (epistemológico) e em como os atores (ideológico) que estão envolvidos atuam (metodológico) nos processos (UEHARA, 2010).

No próximo item foi abordado como a interdisciplinaridade pode atuar no campo da gestão ambiental nos PPGs da Capes, enfatizando o conhecimento produzido na comunidade acadêmica envolvendo as questões ambientais.

#### 2.1.3.1 Caminhos interdisciplinares da gestão ambiental na pós-graduação da Capes

A área interdisciplinar da Capes foi criada com 286 programas credenciados, comportando quatro câmaras: Ciências do Meio Ambiente e Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades; Engenharia, Tecnologia e Gestão e Ciências Biológicas e da Saúde. Apenas em 2009, foram submetidos 157 pedidos de novos cursos de pós-graduação nesta área, dos quais 27 foram recomendados, mantendo média de credenciamento em torno de 80%. Isto representa uma dificuldade maior para aprovar um curso na área interdisciplinar, pois além dos critérios que normalmente caracterizam uma boa proposta em áreas disciplinares, nesta área deve-se levar em conta a característica interdisciplinar na pesquisa e formação de pessoas. Ao formar pessoas e produzir conhecimentos, estas, formação e conhecimento, devem ser reflexos da interdisciplinaridade. Estes números mostram uma relação interdisciplinar na comunidade acadêmica (PHILIPPI JR; FERNANDES, 2011).

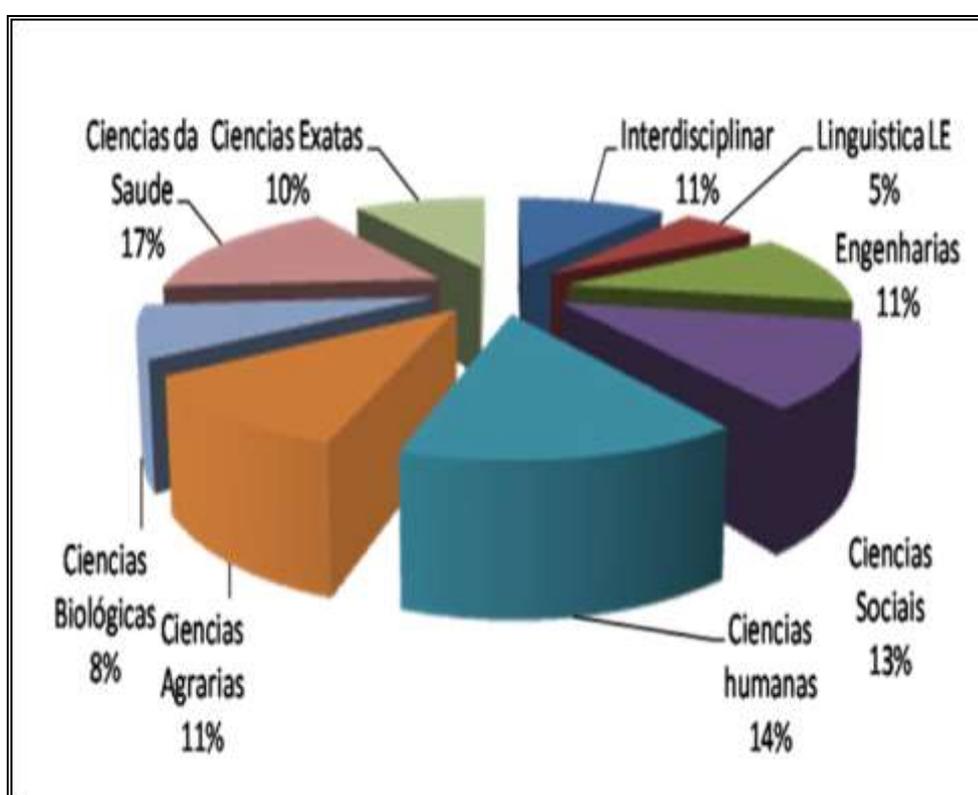
Daí surge à efervescência da interdisciplinaridade, como concepção, processo e forma de produzir conhecimentos, impulsionada pela necessidade de interligar saberes e ampliar a cooperação técnico-científica, algo que os pesquisadores que atuam de modo interdisciplinar devem incorporar naturalmente. Compartilhar informações passa a ser algo natural nesse processo no qual não há como avançar sem compartilhá-las reciprocamente entre os diversos enfoques disciplinares, fundamentais para que exista a interdisciplinaridade (PHILIPPI JR; FERNANDES, 2011).

No sentido, em que a pesquisa científica tem tido um crescimento relevante nos últimos anos no Brasil. Os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) principalmente na área interdisciplinar, já ocupam uma posição bastante confortável em relação às outras

consideradas de maior importância, contudo a área referente à ciência básica ainda predomina, embora seu crescimento tenha sido satisfatório (SILVA, 2011).

Também houve uma melhor distribuição desses programas nas regiões. A distribuição de Programas de Pós - graduação no Brasil, pode ser visto no Gráfico1. Este apresenta o percentual de cada programa interdisciplinar em relação ao total dos programas de pós-graduação no Brasil por grande área, ratificando a relevância dos programas interdisciplinares para a formação do conhecimento no país.

Gráfico 1 – Distribuição da Pós-Graduação no Brasil por Grande Área, no ano de 2009.



Fonte: Silva (2011, p.25).

Em 2009, os programas interdisciplinares já abrangem 11% (298) do total de cursos de pós-graduação (2.718), na mesma proporção que os cursos mais antigos da ciência básica ou aplicada como área de engenharia (11%), ciências exatas (10%) e ciências biológicas (8%).

Para Philippi Jr e Fernandes (2011) “a interdisciplinaridade emerge na pós-graduação como um processo em construção para cada grupo e as pesquisas terão suas conformações diferenciadas em relação aos elementos que vão constituir o objeto e as equipes de pesquisa”.

A partir do entendimento sobre os estudos científicos interdisciplinar em gestão ambiental, é relevante enfatizar também a atuação da informação ambiental nos processos de tomadas de decisão pelo gestor ambiental, em relação ao acesso e uso dos instrumentos da representação temática da informação.

## 2.2 INFORMAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

Na sociedade contemporânea, a informação<sup>3</sup> desempenha um importante papel nas relações entre os seres humanos, inserida que está nas atividades intelectuais, financeiras, comerciais e pessoais, disponibilizada por meio de uma diversidade de formatos e suportes. A sua produção, organização, domínio e transformação podem causar mudanças políticas, culturais e econômicas de uma região ou nação (SANTOS; SILVA, 2006).

A informação é, portanto, um recurso estratégico para o desenvolvimento da sociedade; que deve ser trocada interativamente; que quanto mais utilizada é mais valorizada; que agrega valor; que é instrumento de poder; que não é um bem gratuito, pois possui benefícios e custos e que sempre está inserida em algum contexto (MENOUE apud CONDURU, 2007).

As várias ramificações e interfaces da informação ganham espaço na sociedade, por exemplo, na área industrial, florestal, empresarial e do meio ambiente. Essa informação especializada em meio ambiente é um dos tipos de informação científica e tecnológica, que se fundamenta na preocupação da sociedade com efeitos e impactos da produção e do consumo sobre o meio ambiente (TAVARES; FREIRE, 2003).

Portanto, a produção de informações ambientais fornece subsídios para a abordagem apropriada dos impactos de fenômenos naturais e das atividades humanas sobre o meio ambiente e qualidade de vida do ser humano no sentido de prover informações e análises relevantes ao planejamento e à formulação de políticas sociais, econômicas e ambientais integradas (MULLER, 1992).

---

<sup>3</sup> Segundo Le Coadic (2004) a informação é conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc.

A informação ambiental<sup>4</sup> tem um importante papel de informar aos indivíduos os problemas e soluções viáveis sobre a questão, além de controlar e armazenar a documentação pertinente produzida sobre os assuntos ligados ao meio ambiente. A sua principal característica é a interdisciplinaridade, pois leva em consideração conceitos científicos, sociais e filosóficos. Trata-se de uma área ligada a campos científicos distintos como a Medicina, Direito, Geografia, Biologia, Geologia e Ciências Sociais (CARIBÉ, 1992).

Reunindo as idéias de Somerville (apud Caribé, 1992) e Vieira (1986) existem outras características muito peculiares da informação ambiental, tais como:

- ◆ dispersão dos dados e da literatura em fontes não especializadas;
- ◆ manipulação de dados de acordo com os interesses de quem os gera;
- ◆ muitas vezes os dados de governo e empresas são confidenciais;
- ◆ grande quantidade de informações e dados relevante aparece em publicações que não são indexadas;
- ◆ prioridades desvinculadas das reais necessidades de regiões ou aspectos ambientais;
- ◆ rápida obsolescência dos dados e da literatura;
- ◆ falta de indicadores sociais de qualidade de vida, a fim de alcançar o equilíbrio entre conservação da natureza e o desenvolvimento econômico.

Entende-se a informação ambiental como um instrumento importante para a gestão ambiental que possibilita a identificação dos problemas e apresenta alternativas para a solução e avaliação da decisão a ser tomada (CARIBÉ, 1996 apud CONDURÚ 2007).

Para Vieira (1992), a informação ambiental é fundamental para a preservação e qualidade de vida humana seguindo duas formas de pensá-la: na educação com o objetivo de conscientização e de mobilização sociais; e na orientação dos gestores ambientais, apoiando o processo decisório em questões ambientais.

É neste viés de definições sobre a informação ambiental, focada na gestão, principalmente na tomada de decisões de gestores que abordaremos a sua relevância para compreensão de técnicos, gestores e pesquisadores e para a sociedade em geral que se

---

<sup>4</sup> De acordo com Targino (1994), a informação ambiental pode ser considerada como: dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais facilitam a visão holística do mundo e, ademais, contribuem para compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais.

interessem pela pesquisa, bem como na conscientização das pessoas sobre a preservação do meio ambiente.

O entendimento da informação ambiental para a gestão ambiental perpassa pela necessidade de uso adequado da terminologia ambiental que são analisados na próxima seção, mostrando como essa informação pode ser relevante no processo de organização, representação, sistematização e tomada de decisões.

### 3 A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL

A fim de compreender a terminologia ambiental que amplie as possibilidades na tomada de decisão, se faz necessário discorrer sobre a representação da informação<sup>5</sup>, por meio das linguagens documentárias usadas em tesouros que são organizados de acordo com a rede conceitual da área específica. Relata também sobre as teorias da terminologia aplicada. Com isso, abordou-se o glossário como um instrumento informacional capaz de proporcionar a exatidão conceitual e definir a atuação de cada termo em seus diferentes contextos informacionais e a construção do mapa conceitual para a representação do conhecimento, considerando a importância de se conhecer os termos adotados em cada área específica, no caso a da gestão ambiental.

#### 3.1 AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS: IMPORTÂNCIA E USO NA GESTÃO AMBIENTAL

A denominação linguagem documentária refere-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento de informação bibliográfica (sistemas de classificação e tesouros). Designa de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação (LARA, 2004).

Para Cintra et al. (2002), a linguagem documentária é um conjunto de termos, provindos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações. Nessa mesma direção, Dodebei (2002) afirma que essas linguagens são instrumentos da representação da informação para indexação<sup>6</sup>, armazenamento e recuperação da informação.

Sendo assim, a linguagem documentária vem a ser um instrumento que se destina a estabelecer a ligação entre a linguagem construída para o tratamento dos conteúdos informacionais e a linguagem utilizada pelo usuário para a recuperação dos conteúdos no âmbito de um sistema de recuperação da informação (LARA, 2004).

---

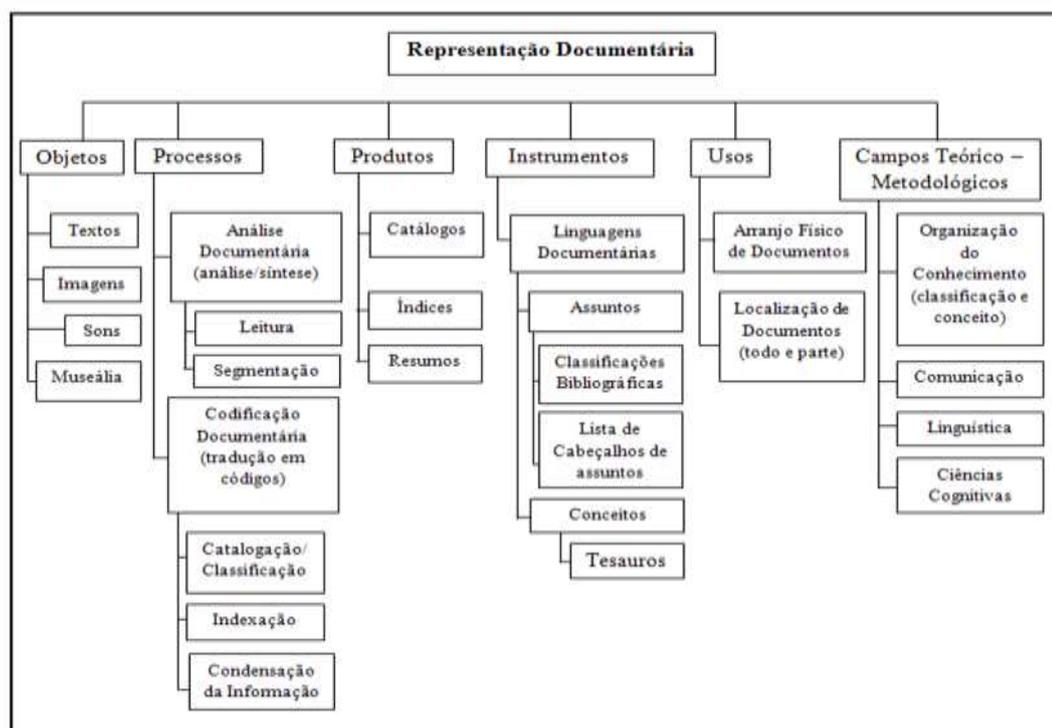
<sup>5</sup>Vargas; Van Der Laan (2011), afirmam que existem duas etapas representação da informação: a descritiva que refere-se a descrição física do documento e a temática que foca o conteúdo, a informação constante no documento, adotadas nesta pesquisa.

<sup>6</sup> Conforme a NBR 12676 – Métodos para análise de documentos, indexação é o processo de determinação de assuntos de um documento e a sua posterior tradução para uma linguagem de indexação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992).

As linguagens documentárias apresentam os seus termos ordenados alfabeticamente, dentro de uma estrutura hierárquica, de acordo com as características de cada instrumento. O tesouro é um exemplo representativo dessa estrutura. Lara (2004), identifica diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento dos conteúdos informacionais citando como exemplo, os tesouros.

É mostrada no esquema 3 a representação da informação, segundo Dodebei (2002), em que o tesouro é um instrumento da Linguagem Documentária, sendo elaborado a partir de determinada área do conhecimento.

Esquema 3 - Quadro da Representação Documentária



Fonte: Dodebei (2002, p.43).

O crescimento e a produção da informação ambiental, por meio de pesquisas científicas, precisam ser organizados e sistematizados pela representação do seu conteúdo, ou seja, propiciar o seu controle e padronização, facilitando o processo de recuperação e padronização das informações ambientais.

No mesmo sentido, Cintra et al. (2002), afirma que essas linguagens correspondem a sistemas de símbolos destinados a traduzir os conteúdos dos documentos. Elas são linguagens construídas que podem representar, de maneira sintética, as informações

contidas nos textos acadêmicos. Uma das funções dessas linguagens é controlar e padronizar os assuntos, função cumprida principalmente pela elaboração dos tesouros.

No contexto, é abordado o entendimento de tesouros e a sua importância de uso na gestão ambiental, enfatizando sobre seu significado, objetivos, características e finalidades.

### **3.1.1 Entendendo os tesouros**

Nos dias atuais, pode-se afirmar a importância dos tesouros como instrumento da linguagem documentária e terminológica que segundo Sales (2008) é caracterizada pela especificidade e complexidade existente no relacionamento entre os termos que comunicam o conhecimento especializado.

O tesouro tem como objetivo diminuir as barreiras da representação e recuperação da informação e, dessa forma, minimizar os ruídos e as falhas conceituais da comunicação técnica e científica, além de ter como finalidade o controle terminológico, a normalização, unificação e padronização dos termos em determinada área do conhecimento humano.

Para Currás (1995, p.34), o tesouro “foi adotado na área de documentação, associado à forma de organização do vocabulário de indexação/recuperação”. No ambiente organizacional pode ser usado na representação dos assuntos, documentos e nas buscas informacionais que subsidiam a tomada de decisão.

Na concepção dessa mesma autora, tesouro é definido como “uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, em que os elementos lingüísticos que o compõe (termos simples ou compostos), encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente” (CURRÁS, 1995).

Para compreender essa definição é necessário que por linguagem especializada entende-se aquela que atua em um domínio restrito; por normalizada, compreende-se uma linguagem controlada; as unidades lingüísticas são termos e, finalmente, por pós-coordenada deseja-se indicar que os termos são combinados no momento de seu uso, em oposição às linguagens pré-coordenadas cujos termos que designam assuntos complexos se coordenam previamente à sua utilização conceitual (MOREIRA; ALVARENGA; OLIVEIRA, 2004).

Para Cavalcanti (1978, p. 30), o tesouro na área de documentação é definido como “uma lista de termos associados, que é utilizada por indexadores e analistas da informação, para descrever um documento com alta especificidade a nível de entrada de modo que possibilite recuperação desejada”.

Jesus (2002), afirma que o principal objetivo do tesouro é dar assistência ao

usuário (pesquisador ou indexador), de maneira que ele consiga encontrar o termo que represente um determinado significado para o que se procura, ou seja, com a ajuda do tesouro, o usuário, no momento da busca poderá identificar termos alternativos, o que permitirá descrever a informação contida no documento de forma mais adequada.

Há uma série de condições a serem cumpridas por um tesouro, por exemplo, deve ser uma linguagem especializada, deve permitir a introdução ou supressão de termos para manter sua atualidade e deve servir de conversor da linguagem natural dos documentos, ambígua e livre, para uma linguagem concreta, normalizada e apta a controlar a informação contida nos documentos (CURRÁS, 1995).

A seguir são apresentadas as formas de coleta, relacionamento e apresentação dos termos de um tesouro.

#### 3.1.1.1 Coleta dos termos (descritores) e categorização

Primeiramente é importante entendermos qual o significado das palavras termo conceito e descritor. O termo é definido como um conjunto de símbolos com que se expressa um conceito, o conceito como a expressão real, objetiva de informações que recebe forma por meio de palavras (CURRÁS, 1995), e enquanto, descritor como a palavra ou expressão que representa um conceito, ou seja, o termo preferido para indexação (IBICT, 1984).

O processo de coleta de termos ou descritores constitui-se, então, em etapa essencial na elaboração de tesouros, consistindo de delimitação do campo de estudo e de seleção de descritores, termos representativos da área da indexação e da recuperação da informação.

Segundo Dodebei (2002), diferentes tipos de fontes podem ser utilizadas para extração dos termos. No quadro 1, é representado as principais fontes de informação utilizadas para extração termos para a elaboração de tesouros.

Quadro 1 - Fontes de informação para extração de termos

<b>Tipos de Fontes</b>	
<b>Fontes Primárias</b>	<b>Fontes Secundárias</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião de documentos representativos da área específica do tesouro para discussão e eleição dos termos por comitê de especialista;</li> <li>• Indexação de vários documentos feita por especialistas ou indexados de centros de informação;</li> <li>• Listas de pesquisa retrospectiva e perfis de interesse;</li> <li>• Discussões com usuários em potencial, a fim de identificar seus interesses e determinar possíveis pesquisas, resultando numa lista de termos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sumários e índices de manuais e livros técnicos;</li> <li>• Índices e resumos de publicações periódicas;</li> <li>• Índices de outros tipos de publicação na área;</li> <li>• Listas de descritores, esquemas de classificação, outros tesouros;</li> <li>• Tratados de terminologia acerca de um campo de assunto específico;</li> <li>• Enciclopédias, dicionários, glossários e similares.</li> </ul>

Fonte: Adaptado Dodebei (2002).

Dodebei (2002, p. 70), ressalta que o estabelecimento do universo conceitual “pode se dar tanto por conhecimento prévio do domínio, como por observação do campo conceitual”, em que processos como a dedução e a indução consistem em métodos de escolha dos termos.

De acordo com IBICT (1984), a compilação dos termos pode ser realizada pelo método dedutivo ou o indutivo. No método dedutivo os termos são extraídos da literatura durante o estágio preliminar de indexação e são tomadas decisões de quais termos representam classes mais amplas e são estabelecidos relacionamentos entre os termos com base em suas conceituações. Já no método indutivo novos termos são admitidos em acompanhamento à evolução e inserção de novas terminologias na área.

Na fase de coleta, os termos devem ser registrados em fichas ou planilhas, com seus possíveis sinônimos, relacionamentos e como hipótese de trabalho. Deve se verificar também, sua forma correta de ortografia antes de sua admissão ao tesouro. Para isso, podem ser consultados dicionários e enciclopédias especializadas, tesouros, se existentes na área, esquemas de classificação, índices de periódicos especializados, e especialistas no assunto (IBICT, 1984).

Após a coleta dos termos é necessário verificar o relacionamento entre eles para a construção dos tesouros.

### 3.1.1.2 Relacionamento entre os termos

Como linguagem terminológica, o tesauro tem como uma de suas principais características as relações entre os termos segundo indicações estabelecidas por seu próprio significado, de modo que uns conduzam a outros (CURRÁS, 1995).

De acordo com Lancaster (1987), Currás (1995) e Van der Lan (2002), as relações que estabelecem em um tesauro são:

a) relações conceituais: estabelecidas entre os conceitos representados pelos termos no tesauro, sendo subdividas em: -hierárquicas – baseados no grau de semelhança entre os indivíduos, estabelecendo-se uma relação de subordinação e superordenação. Há um termo superior, geral ou genérico, representado por TG e o termo específico, com menor conteúdo e significado, representado por TE, - associativas - as relações são por coordenação, podendo ser também por encadeamento, causa e efeito ou seqüência, que é o termo relacionado representado por TR;

b) relações de equivalência: estabelecidas entre termos que representam os conceitos em um tesauro, em que pode haver um termos preferido e outro não preferido que seria seu sinônimo ou quase sinônimo. São representados por USE e UP (usado por).

Segundo Lorenzon (2011), já existem tesouros que estão vindos com a nota de escopo ou nota explicativa presentes nas suas relações. As notas de escopo são usadas no Tesauro para restringir ou expandir o uso de um descritor, podendo distinguir descritores que possuem o mesmo significado na linguagem natural, ou, provendo direção para uso de outro termo no processo de indexação e, também para a recuperação da informação. São apresentadas pela sigla NE.

Conhecendo a relação que pode existir entre os termos coletados, próximo item são apresentadas formas de apresentação dos tesouros.

### 3.1.1.3 Formas de apresentação

Os termos e seus relacionamentos podem ser apresentados de várias maneiras em um tesauro. Segundo IBICT (1984), Derek (1993) e Curras (1995) existem três métodos básicos de apresentação atualmente em uso:

- a) apresentação alfabética, com notas explicativas e relações entre os termos indicadas em cada um deles;
- b) apresentação sistemática, auxiliada por um índice alfabético;
- c) apresentação gráfica, com uma seção alfabética.

Na apresentação alfabética, todos os termos de indexação, preferidos ou não-preferidos, estão organizados em uma só sequência alfabética. Em geral, os termos não-preferidos são acompanhados apenas por referências (por exemplo, USE) aos equivalentes preferidos. A informação auxiliar que acompanha os termos preferidos deve ser listada na seguinte ordem: referências TG a termos genéricos; referências TE a termos específicos e referências TR a termos relacionados. No Quadro 1 tem-se a apresentação alfabética na qual pode-se agregar informação adicional sobre as relações dos termos para indicar, por exemplo, o termo genérico maior da hierarquia a que pertence o termo específico (utilizando a abreviatura TG). Além da nota de escopo ou nota explicativa, utilizando a abreviatura NE.

Quadro 2- Modelo de apresentação alfabética

<b>CÂMARAS</b>
<b>TG: Equipamento ótico TE: Câmaras de imagens em movimento Câmaras estáticas Câmaras estereoscópicas Câmaras subaquáticas</b>
<b>TR: Fotografia</b>
<b>CÂMARAS 4" X 5"</b>
<b>NE: Câmaras com foco através da lente e com movimentos de bascula UP: Câmaras de visão direta TG: Câmaras estáticas</b>
<b>CÂMARAS 35 mm</b>
<b>TG: Câmaras miniaturizadas</b>
<b>CÂMARAS CINEMATográfICAS</b>
<b>TG: Câmaras de imagens em movimento TE: Câmaras cinematográficas subaquáticas TR: Cinema</b>
<b>CÂMARAS CINEMATográfICAS SUBAQUÁTICAS TG:</b>
<b>Câmaras cinematográficas Câmaras subaquáticas</b>
<b>CÂMARAS DE CÓPIA INSTANTANEA</b>
<b>NE: Câmaras que produzem diretamente uma cópia acabada TG: Câmaras estáticas</b>
<b>CÂMARAS DE IMAGENS EM MOVIMENTO</b>
<b>TG: Câmaras</b>
<b>TE: Câmaras cinematográficas Câmaras de televisão</b>
<b>CÂMARAS DE TELEVISÃO</b>
<b>NE: Câmara para gravação de vídeos profissionais para televisão como para gravações amadoras TG: Câmaras de movimento TE: Televisão</b>

Fonte: Derek, 1993 (p.60-61).

No segundo tipo de apresentação, sistemática, os termos devem conter duas partes: categorias ou hierarquias e um índice alfabético que direcione o usuário.

Neste modelo, a parte sistemática é considerada a principal do tesouro, pois possui a maior parte das informações sobre as definições e relações entre os descritores, e o índice alfabético, então, adquire um papel complementar. No entanto, esta característica pode ser variada, pois os tesouros se diferenciam bastante quanto à importância dada a cada uma das partes e às suas funções.

No Quadro 3 observa-se a seção sistemática que possui notas explicativas e referências a termos equivalentes e relacionados e não são colocadas referências explícitas em cada termo, uma vez que estas relações já são manifestadas pela sua posição dentro de sua hierarquia (DEREK, 1993).

Quadro 3 - Modelo de apresentação sistemática

301	EQUIPAMENTO ÓTICO	CAMARAS 302 TR: Fotografia 824
302	CÂMARAS TR: Fotografia 824	CÂMARAS 4' X 5' 315 NE: Câmaras com foco através da lente e com movimentos de báscula UP: Câmaras de visão direta
303	CÂMARAS DE IMAGENS EM MOVIMENTO	CÂMARAS 35 mm 311
304	CÂMARAS CINEMATOGRAFICAS TR: Cinema 895	CÂMARAS CINEMATOGRAFICAS 304 TR: Cinema 895
305	CÂMARAS SUBAQUATICAS	CÂMARAS CINEMATOGRAFICAS SUBAQUATICAS 305; 317
306	CÂMARAS DE TELEVISÃO TR: Televisão 897	CÂMARAS DE CÓPIA INSTANTANEA 309 NE: Câmaras que produzem diretamente uma cópia acabada
307	CÂMARAS ESTEREOSCOPICAS	CÂMARAS DE IMAGENS EM MOVIMENTO 303
308	CÂMARAS ESTTICAS	CÂMARAS DE TELEVISÃO 306 TR: Televisão 897
309	CÂMARAS DE CÓPIA INSTANTANEA NE: Câmaras que produzem diretamente uma cópia acabada	CÂMARAS ESTATICAS 308
310	CÂMARAS MINIATURIZADAS	CÂMARAS ESTEREOSCOPICAS 307
311	CÂMARAS 35 mm	CÂMARAS MINIATURIZADAS 310
312	CÂMARAS REFLEX	CÂMARAS MONORREFLEX 313
313	CÂMARAS MONORREFLEX	CÂMARAS REFLEX 312
314	CÂMARAS REFLEX DE DUAS OBJETIVAS	CÂMARAS REFLEX DE DUAS OBJETIVAS 314
315	CÂMARAS 4' X 5' NE: Câmaras com foco através da lente e com movimento de báscula UP: Câmaras de visão direta	CÂMARAS SUBAQUATICAS 316 TR: Mergulho 931
316	CÂMARAS SUBAQUATICAS TR: Mergulho 931	CINEMA 895 TR: Câmaras cinematográficas: 304
317	CÂMARAS CINEMATOGRAFICAS SUBAQUATICAS	EQUIPAMENTO ÓTICO 301
318	MICROSCÓPIOS	FOTOGRAFIA 824 TR: Câmaras 302 MERGULHO 931 TR: 2 Câmaras subaquáticas: 316 MICROSCOPIOS 318 TELEVISÃO 897 TR: Câmaras de televisão 306

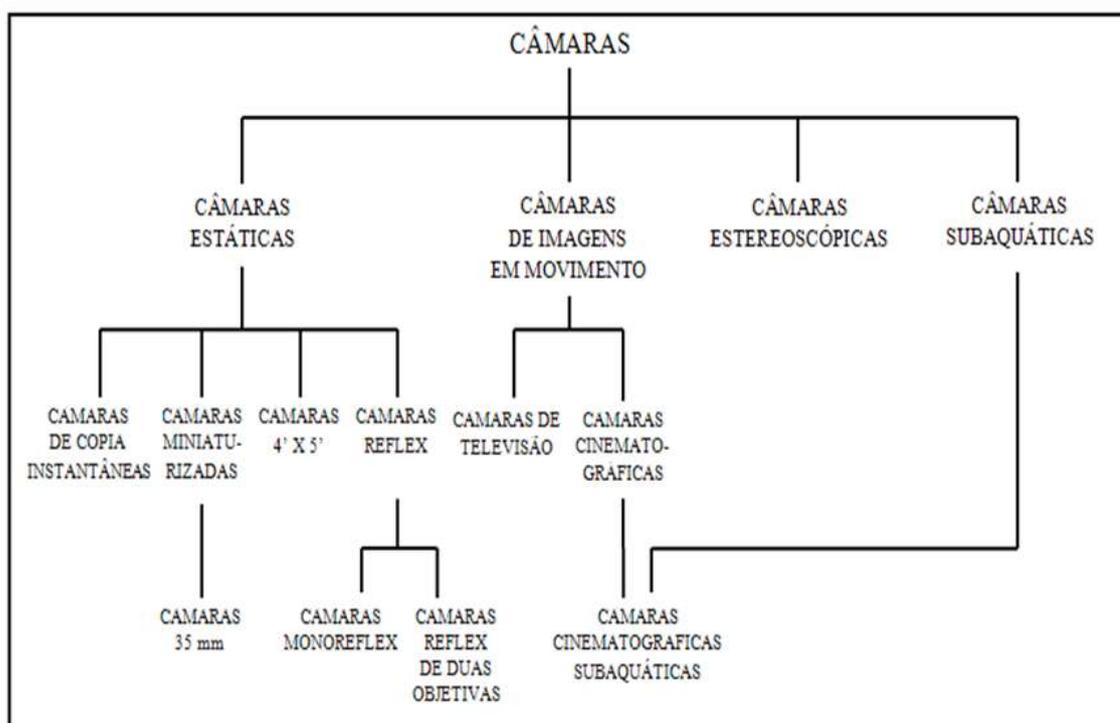
Fonte: Derek (1993, p. 64).

Na apresentao gráfica, os termos de indexao e suas inter-relaes estão dispostos por uma figura bidimensional que permite ao indexador ou ao usuário associar uma

série de termos inter-relacionados. Nos tesouros publicados encontramos vários tipos de apresentação gráfica, mas podem-se identificar dois tipos principais: a estrutura em árvore e o gráfico flechado (DEREK, 1993).

Na estrutura em árvore, Esquema 4, “Câmaras” aparece como termo genérico no alto do diagrama e os termos específicos estão colocados em posições subordinadas. As relações hierárquicas são indicadas pelas linhas de conexão. Este tipo de apresentação é mais efetiva quando o gráfico é simples.

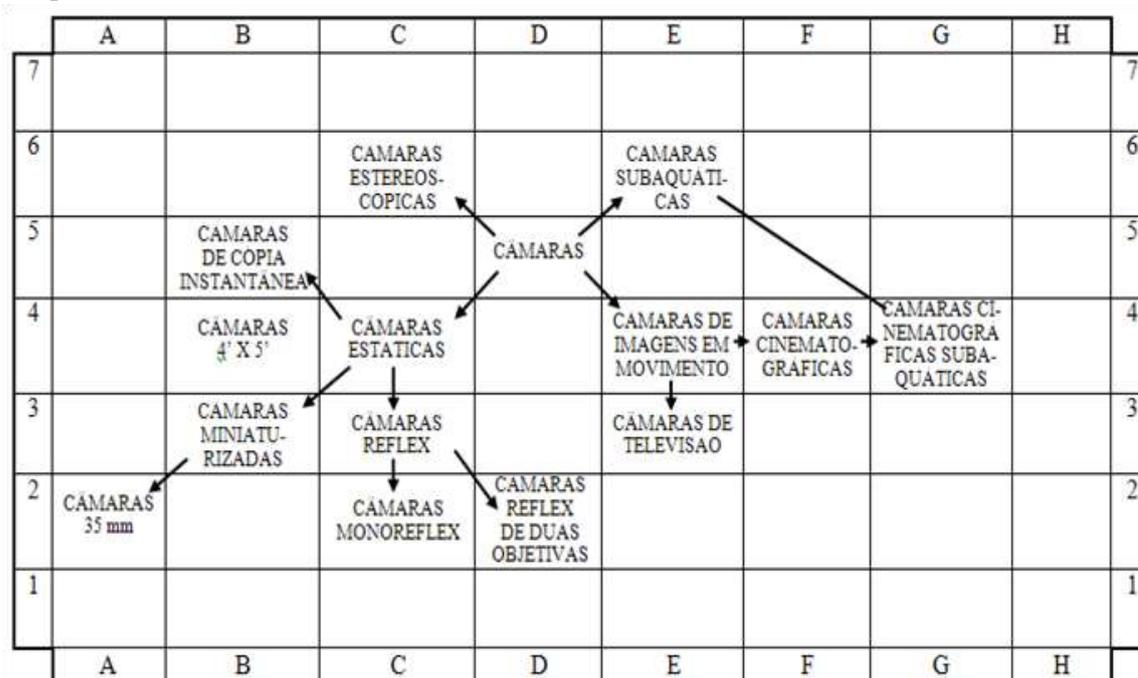
Esquema 4 - Estrutura em árvore



Fonte: Derek (1993, p. 67)

O gráfico flechado, Esquema 5, o termo genérico “Câmaras” é colocado em um posição central e é tipograficamente enfatizado. Os termos específicos são impressos em outras posições dentro da grade. Os níveis de subordinação são indicados pelas linhas de conexão e pela distância relativo termo genérico ao termo subordinado. Os termos relacionados, cada um acompanhado de uma referência que indica a grade na qual aparece, são impressos fora da grade principal (DEREK, 1993).

Esquema 5 - Gráfico flechado



Fonte: Adaptado Derek (1993).

A apresentação gráfica necessita de planejamento minucioso para a realização de um gráfico apropriado, o que necessita de maior tempo e recursos (CURRÁS, 1995).

Considerando a importância da informação para a adequada gestão ambiental, procurou-se nos próximos itens refletir sobre a terminologia ambiental, a fim de apresentar subsídios à elaboração de um microtesauro com um glossário terminológico.

### 3.2 A TERMINOLOGIA

Na segunda metade do século XX, conforme tratado por Finatto e Krieger (2004), surge um campo de estudos dedicado à Terminologia, em uma tentativa de escapar da polissemia e das ambigüidades próprias da linguagem natural. Desta maneira, por descreverem conteúdos específicos, as terminologias possuem o objetivo de alcançar a univocidade e a precisão conceitual.

A terminologia tem o propósito de propiciar uma adequada comunicação do conhecimento e, conseqüentemente, um eficiente processo comunicacional entre os especialistas. Os termos, então, por transmitirem assuntos específicos de determinado campo de conhecimento, estão a serviço da comunicação especializada; o comportamento

sistemático, organizado, é uma característica marcante das terminologias contemporâneas (FINATTO; KRIEGER, 2004).

De acordo com Pavel e Nolet (2002), o significado mais comum de terminologia seria o conjunto dos termos especializados próprios de uma ciência, de uma técnica, de um autor e de um grupo social determinado. Entretanto, na visão de Cabré (1995), a terminologia possui duas fases: a primeira é a disciplina lingüística que estuda os conceitos e termos usados em uma linguagem de especialidade e a segunda é a terminologia aplicada entendida como um conjunto de princípios que visam à compilação e termos.

Na abordagem de Cabré (1995), o objetivo principal da Terminologia é a padronização, no sentido de redução a um só tipo de modelo, dos termos típicos de um domínio especializado preciso, com a finalidade de fixar as unidades terminológicas com formas normalizadas, estabelecendo os modos de referência e separando as demais variantes para denominar o mesmo conceito e não se limitar a estabelecer a denominação de uma área determinada dentro de um objetivo informativo.

O objeto da Terminologia é a unidade terminológica - o termo - nos seus aspectos lingüísticos, cognitivos e pragmáticos. Os termos constituem um subconjunto de signos lingüísticos relativos a uma área conceitual e utilizados na comunicação especializada. A sua principal tarefa é a de observar as unidades da língua natural e da comunicação especializada e propor a representação de conceitos e sistemas de conceitos por meio de termos.

A Terminologia objetiva agilizar a comunicação entre especialistas, bem como entre especialistas e o público em geral. Assume funções de comunicação e de representação, procura o consenso e propõe formas de controle da diversidade de significação (LARA, 2005).

A terminologia é um campo de conhecimento que vem intensificando os estudos sobre a constituição e o comportamento dos termos, ou seja, tem avançado no sentido de oferecer elementos que subsidiem a definição de princípios e diretrizes de tratamentos dos termos técnico-científicos nas aplicações terminológicas (FINATTO; KRIEGER, 2004).

Segundo Cabré (1995), a terminologia pode ser vista de três formas diferentes:

- ◆ para a lingüística esses termos são conjuntos de signos lingüísticos que constituem um subconjunto dentro do componente léxico da gramática do falante;
- ◆ para a Filosofia, a terminologia é um conjunto de unidades cognitivas que representam o conhecimento especializado;

♦ para as disciplinas técnicas e científicas, a terminologia é o conjunto das unidades de expressão e comunicação, que permite transferir o pensamento especializado. Os termos, são, desta forma, um meio de transferir, comunicar e representar.

Sager (1990 apud PONTES, 1997, p.45) também classifica a terminologia em três noções:

♦ como o sistema conceitual e de designações de alguma especialidade técnica e científica, isto é, como um conjunto de termos técnicos ou científicos, apresentando-se na forma de:

- dicionários terminológicos (monolíngües, bilíngües, multilíngües),
- glossários, que são listas de termos técnicos de alguma especialidade, ordenadas alfabeticamente, providas de definições,
- tesouros, que são listas de termos técnicos, de alguma especialidade, estruturadas como sistemas abertos de relações conceituais e designações;

♦ como o conjunto de métodos e práticas usadas para coleta, descrição, processamento e apresentação de termos;

♦ como o conjunto de premissas, argumentos e conclusões requeridos para esclarecer os relacionamentos entre conceitos e termos, o que é fundamental para dar coerência à atividade terminológica.

Nesta pesquisa, foi adotada a concepção de terminologia aplicada, também conhecida como terminografia que compreendem a elaboração dos instrumentos terminográficos, tais como os tesouros, glossários, dicionários dentre outros. Já citados anteriormente conforme Cabré (1995), e de acordo Sager (1990).

Nessas abordagens, o papel da terminologia aplicada é organizar e divulgar os termos técnico-científicos como forma de favorecer a comunicação especializada, por meio de produtos e instrumentos terminológicos. A sua principal característica é ser normalizadora buscando estabelecer a padronização terminológica e analisando o funcionamento dos termos com vistas a seu registro em instrumentos de referência especializada (FINATTO; KRIEGER, 2004).

A terminologia tem um caráter interdisciplinar e devido à sua função de representar, serve à documentação, por meio da elaboração de tesouros, pois é um elemento

importante de representação do conteúdo dos documentos e de encontro dos mesmos, uma vez que a capacidade de uma linguagem documentária em recuperar as informações é intimamente dependente de sua capacidade de referir, representar adequadamente (CABRÉ, 1995).

O uso da terminologia pode ser de grande auxílio para a construção das linguagens documentárias, trazendo mais padronização e coerência para a representação da informação (VARGAS; VAN DER LANN, 2011).

E para que essa capacidade de referir se concretize, a construção de linguagens documentárias deve ser realizada com base na terminologia da área, pois a mesma remete a sistemas de significação da área, constituindo, portanto, base legal para a construção das linguagens documentárias.

Após o entendimento das linguagens documentárias e da terminologia, percebe-se a relação entre essas áreas e nesta dissertação será abordada a utilização e elaboração do tesouro e do glossário terminológico, como instrumento de organização, padronização e sistematização da informação ambiental.

### **3.2.1 Definindo glossário**

A terminologia aplicada surge com seus instrumentos terminográficos, com a finalidade de padronizar, organizar e sistematizar as informações ambientais produzidas na pesquisa científica. A produção científica ambiental por meio da elaboração de teses e dissertações é responsável pelo surgimento de uma diversidade de termos e conceitos ambientais no meio acadêmico, que podem ser sistematizados e organizados por meio dos glossários.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2011, p.4), de acordo com a NBR 14724 define glossário como “uma lista em ordem alfabética de palavras ou expressões técnicas de uso restrito ou obscuro, utilizadas no texto, com as suas respectivas definições”. Para Pavel e Nolet (2002), o glossário é um repertório de termos de uma área do conhecimento, em ordem e sistematizado, acompanhados de definição.

No mesmo sentido Pryterch (1995) define glossário como uma lista de termos inusuais, obscuros, técnicos de uma área específica, juntamente com definições, sendo assim, uma coleção de sinônimos equivalentes em mais de uma língua.

Cabe ressaltar que os glossários são repertórios de termos que não têm pretensão de exaustividade. Entretanto, quando se produz um glossário terminológico, vincula-se o trabalho a uma reflexão sobre uma determinada linguagem especializada. Sendo preciso

observar seus usos, especificidades de sentido e especificidades textuais num sentido mais amplo. (FINATTO, KRIEGER, 2004).

Segundo Brasil (2008), os objetivos do glossário são:

- ◆ identificar os termos próprios da área técnica;
- ◆ fornecer referências para a compreensão de termos e conceitos;
- ◆ proporcionar a exatidão conceitual, e definir a atuação de cada termo em seus diferentes contextos institucionais;
- ◆ eliminar ambigüidades para facilitar a comunicação interna;
- ◆ contribuir para a tradução especializada;
- ◆ permitir a elaboração da linguagem documentária;
- ◆ organizar e divulgar informações técnicas, científicas e profissionais;
- ◆ constituir em um instrumento para representação e transmissão do conhecimento especializado.

Nesse sentido, é importante entender que por meio do glossário pode-se organizar, sistematizar e disseminar as informações em uma área do conhecimento, ou seja, é um instrumento da terminografia que, quando bem elaborado, pode servir de excelente fonte de pesquisa. Desse modo, o glossário é um instrumento de referência especializada que permite divulgar e organizar os termos técnicos científicos favorecendo a comunicação especializada.

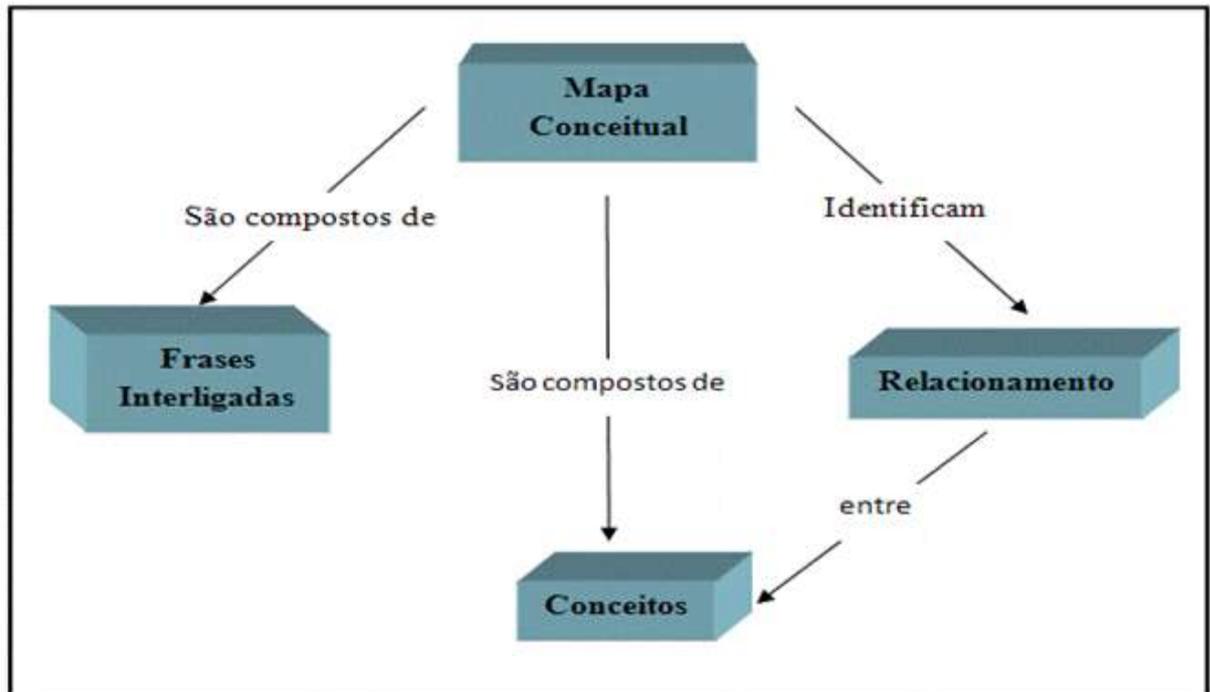
Na próxima seção foi feita uma análise teórica da construção dos mapas conceituais, enfatizando a sua importância para identificação e das relações dos conceitos na temática da gestão ambiental, contribuindo para a elaboração do microtesouro.

### 3.3 MAPA CONCEITUAL

O mapa conceitual é uma ferramenta apropriada para organizar e representar um domínio do conhecimento, auxiliando a externalização das estruturas cognitivas dos autores de hiperdocumentos. O mapa conceitual, com sua característica gráfica, é um instrumento poderoso para se compreender as relações entre os conceitos do conhecimento no todo. Para o cientista da informação, que lida com a análise de assunto para estruturação de uma área do conhecimento, o mapa conceitual é um instrumento importante para ajudá-lo a entender e a lidar com uma estrutura de informações (LIMA, 2004).

Nesse contexto, o mapa conceitual, nos permite entender de forma facilitada as estruturas da informação, conforme se observa no Esquema 6. Uma das principais funções da mente é interpretar a informação e transformá-la em conhecimento, o que se torna mais fácil quando as mesmas são apresentadas em formato gráfico (LIMA, 2004).

Esquema 6 - Estrutura dos mapas conceituais

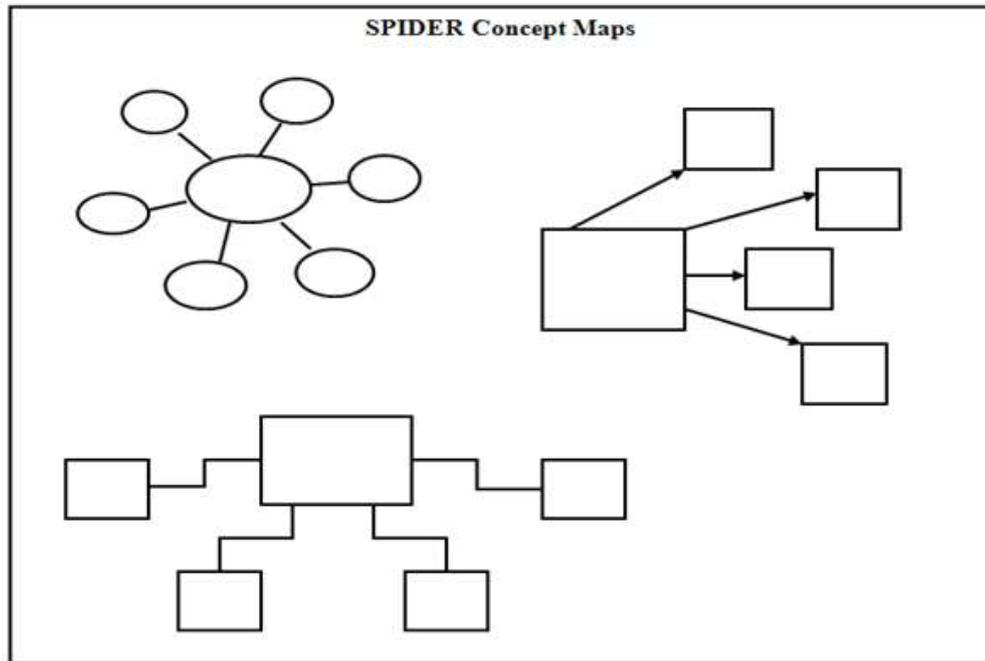


Fonte: Lima (2004, p.136).

Lima (2004), ressalta que a estrutura de um mapa conceitual representada, no Esquema 6, apresenta que todo conceito, em qualquer nível na hierarquia, terá sempre um nível mais geral. As relações entre os conceitos no mapa conceitual representam as preposições, que constituem unidades semânticas por ligar dois ou mais conceitos. Podem ser são classificados em três tipos de estruturas: a) teia; b) hierárquica; c) conceitual.

◆ Na estrutura em teia, representado no Esquema 7, o tema central é colocado no meio do mapa conceitual;

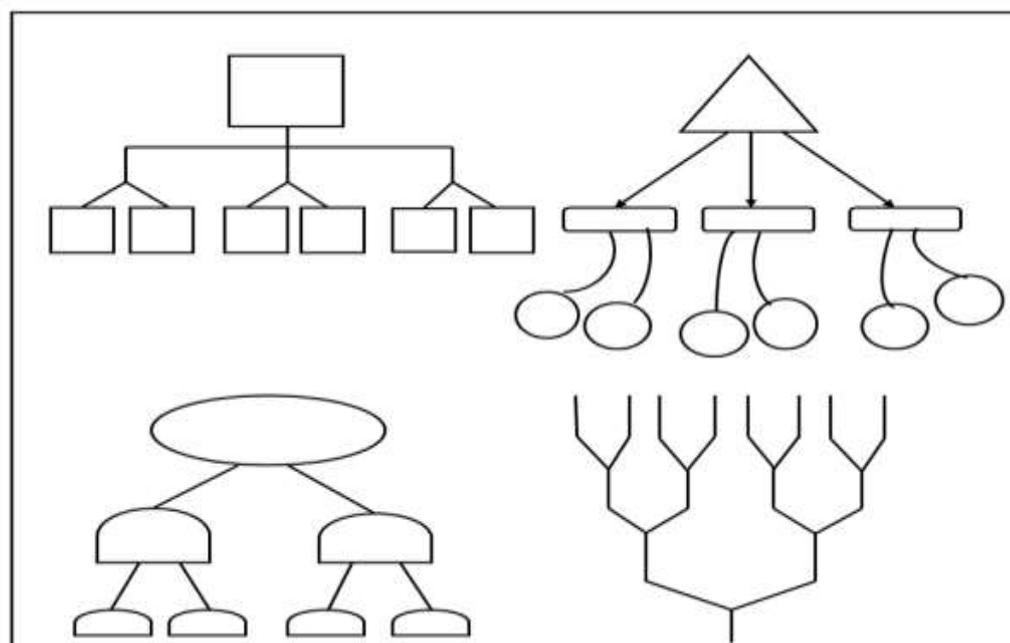
Esquema 7 - Estrutura em teia



Fonte: Lima (2004, p.137).

◆ No Esquema 8 é representada a estrutura hierárquica do mapa conceitual, na qual a informação é apresentada em forma descendente de importância, sendo que a informação mais importante é colocada no início da cadeia hierárquica;

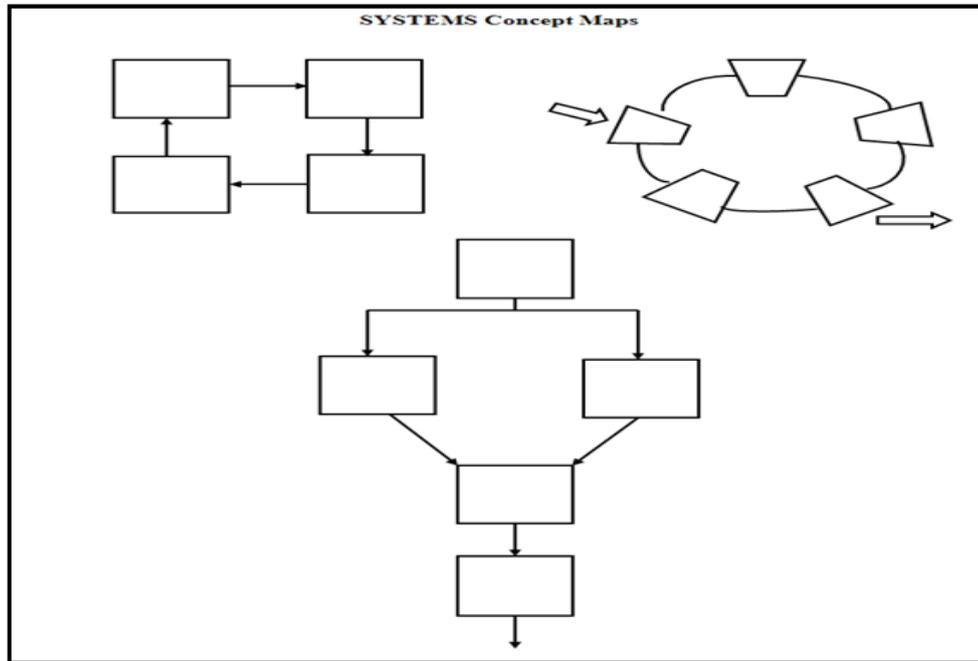
Esquema 8 - Estrutura hierárquica



Fonte: Lima (2004, p.138).

♦ Na estrutura do mapa conceitual as informações são organizadas em formato parecido com um fluxograma, mas com a possibilidade de inserção e exclusão de novos conceitos (Esquema 9).

Esquema 9- Estrutura conceitual



Fonte: Lima (2004, p.138).

As representações concisas e gráficas do conhecimento por meio desses mapas conceituais apresentam amplas possibilidades de relações, sejam elas hierárquicas ou horizontais, resultando em um ambiente ideal para se criar uma estrutura navegacional, na qual os usuários possam encontrar a informação com conteúdo semântico, principalmente se a representação for feita por um especialista da área a ser estruturada. O mapa conceitual funciona como um guia navegacional ajudando o usuário a caminhar pelos objetos relacionados (LIMA, 2004).

Na próxima seção será abordada a metodologia utilizada no decorrer desta pesquisa, a fim de alcançar o objetivo de analisar a produção científica, por meio de teses e dissertações dos PPGs. Para isso, tomou-se a literatura estudada nos capítulos anteriores para fundamentar a elaboração dos mapas, do glossário e do microtesauro em gestão ambiental.

## 4 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a análise terminológica da área de gestão ambiental desenvolvida nesta pesquisa, foi realizado um estudo exploratório no portal (sites) dos Programas de Pós-Graduação (PPG) credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Região Norte, sendo selecionados os seguintes programas *stricto sensu*:

-Área Interdisciplinar: Programas de Pós-Graduação de Gestão dos Recursos Naturais, Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/NUMA/UFPA) e Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

-Ciências Ambientais: Programas de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/UFAM) e Ciências Ambientais (PPGCA/UFPA).

Nessa fase da pesquisa, a intenção foi de coletar informações pertinentes ao desenvolvimento do estudo, conhecendo as áreas temáticas e linhas de pesquisa dos programas para posterior análise terminológica.

Em razão da abrangência dessas áreas temáticas do conhecimento, que a cada ano produzem uma quantidade significativa de trabalhos científicos, e, por conseguinte não sendo possível analisar toda a produção acadêmica existentes nos programas, foi feito um recorte temporal da pesquisa no período de 2009 a 2013, no qual foram produzidas 332 dissertações e 43 teses de doutorado nesses PPGs.

### MÉTODO DE ABORDAGEM

Metodologicamente, o estudo seguiu uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise do conteúdo dos documentos (os significados da terminologia ambiental) e, por conseqüência, o entendimento que expressa à comunicação do autor nas dissertações e teses, mostrando as relações dos termos e conceitos ambientais para posterior elaboração de um microtesauro sobre gestão ambiental.

Nesta pesquisa, há ênfase na análise do conteúdo dos documentos (os significados da terminologia ambiental) e, por conseqüência, o entendimento que expressa à comunicação do autor nas dissertações e teses, mostrando as relações dos termos e conceitos ambientais, corroborando o que afirma Bardin (apud Marconi; Lakatos, 2001, p. 29, grifo do autor) sobre análise de conteúdo e documental:

**a) Conteúdo** – trabalha a palavra, a prática da língua realizada por emissões identificáveis. Leva em consideração as significações (conteúdo), a forma e a distribuição desses conteúdos e formas. Lida com mensagens (comunicação) e tem como objetivo principal sua manipulação (conteúdo e expressão)

**b) Documental** – consiste em esclarecer a especificidade e o campo de análise de conteúdo. Seria um conjunto de operações, visando representar o conteúdo de um documento de forma diferente. Trabalha com documentos e se faz, principalmente, por classificações-indexação. Seu objetivo consiste na representação condensada da informação.

## QUANTO AO PROCEDIMENTO

Em relação ao seu delineamento a pesquisa teve como procedimento a pesquisa em fontes de papel. Segundo Gil (2002, 43) “o delineamento expressa em linhas gerais o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, e o planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla que envolve tanto a diagramação quanto a interpretação e de coleta de dados”. Na sua abordagem existem dois tipos de pesquisa de fontes de papel: a pesquisa bibliográfica e a documental. No estudo proposto é focada a pesquisa documental com ênfase na análise de conteúdo dos documentos, no caso a produção científica por meio das teses e dissertações dos PPGs das áreas Interdisciplinar e Ciências Ambientais da CAPES.

## MÉTODO DE COLETA DE DADOS

Para atingir o objetivo proposto, no que diz respeito às técnicas de pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados o diário de pesquisa e um formulário terminológico durante as consultas periódicas nas dissertações e teses dos PPGs.

O formulário terminológico (Apêndice A) foi construído com a finalidade de extração e coleta dos termos e conceitos na área ambiental. Esse instrumento teve uma função importante na coleta, extração, organização e análise das informações, pois através de sua aplicação foi possível fazer uma leitura técnica e aprofundada da produção científica, analisando as relações entre os termos e conceitos, e identificando as ambigüidades, os conceitos polissêmicos e novas interpretações da ciência regional ambiental. Para Finatto e Krieger (2004, p.137) corroboram que “o formulário terminológico é um elemento indispensável na organização de repertórios de terminologias e constitui um núcleo de informações a cerca de um termo ou expressão sob estudo”. Nessa ficha constam informações sobre variantes de termos, sinônimos, definições dentre outros.

## PROCESSO DE COLETA E ANÁLISE DOS TERMOS E CONCEITOS

O registro dos termos foi feito após a leitura técnica e identificação dos conceitos e termos no momento da análise do conteúdo dos documentos.

Primeiramente, foi elaborado um glossário terminológico dos termos e conceitos extraídos das teses e dissertações por meio da ficha terminológica. Em seguida foi elaborada uma lista dos conceitos em ordem alfabética. Nesse momento, foi construído um quadro terminológico que serviu de base para identificar principais conceitos mais usados nos PPGs.

Para dar mais qualidade na elaboração do glossário terminológico, foi consultado o glossário de gestão ambiental Termisul, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que consta de cerca de 550 termos utilizados na comunicação especializada no campo da gestão ambiental, por ser referência na divulgação da terminologia nessa temática e por ser responsável por padrões de normas internacionais ambientais (KRIEGER, 2006).

Após a construção do glossário foi elaborado mapas conceituais dos PPGs, que permitiram visualizar os principais conceitos e termos usados nas linhas de pesquisa dos Programas, sendo possível elaborar um mapa específico em gestão ambiental.

Na elaboração e confecção dos mapas conceituais foi escolhido o Cmap Tools versão 4.16, software livre para autoria de mapas conceituais, por ser esta uma ferramenta gratuita e de fácil manuseio, com interface amigável e que tem como finalidade construir, navegar, compartilhar e criticar modelos de conhecimento representados por mapas conceituais.

A partir dessa análise terminológica que resultou na elaboração do glossário terminológico e dos mapas conceituais, é elaborado o microtesauro sobre gestão ambiental (Apêndice C) propriamente dito seguindo as etapas: coleta e registro dos candidatos a descritores (termos), seleção das principais relações e a escolha e validação dos conceitos, estabelecimentos das relações, apresentação alfabética e a editoração.

Nesse contexto, para facilitar o relacionamento dos termos, foi consultado o Tesouro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por representar um vocabulário controlado que está sendo consultado por várias instituições de pesquisa ambiental e por possuir uma excelente abrangência da temática ambiental.

## **5 APLICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO AMBIENTAL**

A análise terminológica de teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação interdisciplinares e ambiental da CAPES foi realizada com a construção do glossário terminológico de gestão ambiental, de mapas conceituais dos programas selecionados e, por fim, a elaboração do microtesauro de gestão ambiental. Além da apresentação impressa também são apontados subsídios para disponibilização do microtesauro em formato eletrônico.

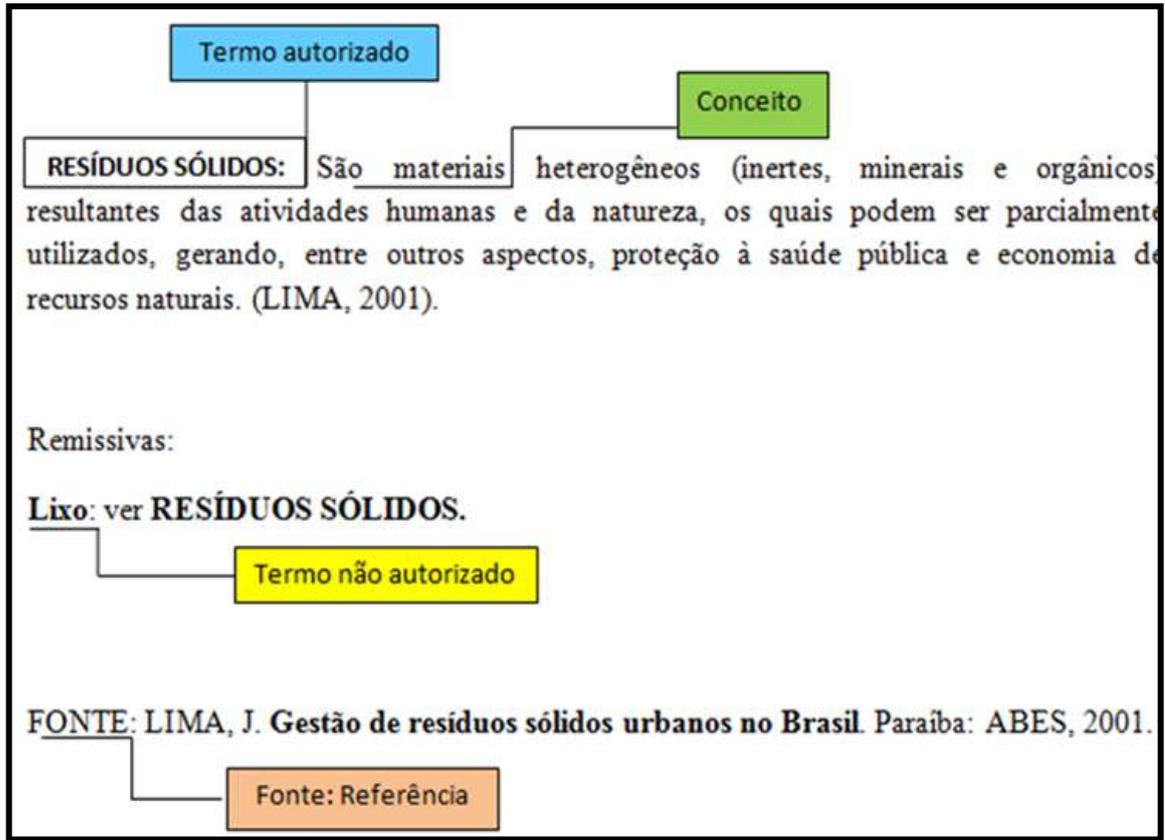
### **5.1 O GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL**

Com a finalidade de elaborar o microtesauro sobre gestão ambiental foi construído o glossário terminológico, por ser um dos instrumentos terminográficos que facilita a padronização, normalização, organização e sistematização das informações de uma área do conhecimento, no qual são reunidos termos em ordem alfabética e acompanhados de sua definição (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011; PAVEL; NOLET, 2002; PRYTERCH, 1995; FINATTO, 2004).

Assim, foram coletados e extraídos termos ambientais de teses e dissertações de programas de pós-graduação na temática gestão ambiental, sendo selecionados 190 termos e 490 conceitos, em Língua Portuguesa, estruturados na seguinte ordem: a entrada (termo autorizado), conceito do termo ou descritor, a fonte (sobrenome do autor e ano) e as remissivas ver (que aponta para o sinônimo que já foi definido anteriormente) e ver também (remetendo a outras entradas relacionadas ao termo), sendo aplicado quando houver necessidade.

No Quadro 4 é mostrado exemplo de verbete adotado no glossário de gestão ambiental, o qual é apresentado de forma completa no Apêndice D.

Quadro 4 - Exemplo de verbete do glossário terminológico sobre gestão ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Ressalta-se que a validação desses conceitos no glossário possibilita a maior confiabilidade das definições na área ambiental, sendo possível perceber e compreender o significado correto dos termos usados na temática gestão ambiental. A sua principal característica é ser normalizadora buscando estabelecer a padronização terminológica e analisando o funcionamento dos termos com vistas a seu registro em instrumentos de referência especializada (FINATTO; KRIEGER, 2004).

No Quadro 5 são apresentados os termos ambientais selecionados nos PPGs PPGEDAM, PPGDSTU, PPGCASA e PPGCA que serviram de base para a construção do glossário.

Quadro 5 - Quadro terminológico (termos) da produção científica dos PPGs: PPGEDAM, PPGDSTU, PPGCASA e PPGCA.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	AÇÃO COLETIVA	ACORDO DE PESCA	ADAPTAÇÃO	AGRICULTURA FAMILIAR
AMBIENTE URBANO	APROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA	AQUICULTURA	ANÁLISE DE RISCO	ANÁLISE DE RISCO AMBIENTAL
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)	ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE)	ÁREAS PROTEGIDAS	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL	ASSENTAMENTO RURAL
ASSOCIAÇÕES	ATERRO CONTROLADO	AUDITORIA AMBIENTAL	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)
AVALIAÇÃO DE RISCO AMBIENTAL	BACIA HIDROGRÁFICA	BIODIVERSIDADE	CADEIA PRODUTIVA	CAMPESINATO
CAPITAL SOCIAL	CARTOGRAFIA	CARTOGRAFIA TEMÁTICA	CERTIFICAÇÃO FLORESTAL	CICLO HIDROLÓGICO
CIDADES RIBEIRINHAS	CIDADE SUSTENTÁVEL	CLUSTER	CLUSTER INDUSTRIAL	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
COMPETÊNCIA	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL	COMPETÊNCIA PROFISSIONAL	COMUNICAÇÃO	COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	CONSELHO DELIBERATIVO	CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	CONTABILIDADE AMBIENTAL	COOPERATIVAS
COOPERATIVISMO	CULTURA AMBIENTAL	DEMOCRACIA DELIBERATIVA	DENDÊ	DESASTRE
DESASTRE AMBIENTAL	DESASTRES HUMANOS	DESASTRES MISTOS	DESASTRE NATURAL	DESENVOLVIMENTO
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	DESENVOLVIMENTO LOCAL	DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	DESENVOLVIMENTO RURAL
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RURAL	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	DESFLORESTAMENTO	DESIGN AMBIENTAL
ECODESENVOLVIMENTO	ECOLOGIA DA PAISAGEM	ECONOMIA ECOLÓGICA	ECONOMIA POPULAR	ECONOMIA SOLIDÁRIA
ECOTURISMO	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	EDUCAÇÃO NO CAMPO	ESPAÇO	ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS
ESPAÇO URBANO	ETNOFÁRMACIA	FARMACOECONOMIA	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	FITOTERAPIA SOLIDÁRIA
FRONTEIRA	FRONTEIRA DE EXPANSÃO	FRONTEIRA CONSOLIDADA	GEOPROCESSAMENTO	GERENCIAMENTO DE RESÍDUO SÓLIDO
GESTÃO	GESTÃO AMBIENTAL	GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL	GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS	GESTÃO URBANA	GESTÃO DA ÁGUA	GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DE RISCOS	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GESTÃO DO CONHECIMENTO	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	GOVERNANÇA
GOVERNANÇA AMBIENTAL	GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA	GOVERNANÇA PÚBLICA	GOVERNANÇA URBANA	ICMS ECOLÓGICO
ICTIOCOURO	IMPACTO AMBIENTAL	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA	INDICADORES	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
INFILTRAÇÃO DA ÁGUA	INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO AMBIENTAL	INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA	INUNDAÇÃO
JARDIM BOTÂNICO	LAGO	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	LICENÇA AMBIENTAL	MANEJO COLETIVO

MANEJO FLORESTAL	MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	MANGUEZAL	MEIO AMBIENTE	MIGRAÇÃO
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL	MODELAGEM HIDROLÓGICA	MONITORAMENTO AMBIENTAL	MOVIMENTOS SOCIAIS	MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NEOEXTRATIVISMO	ORDENAMENTO TERRITORIAL	ORGANIZAÇÕES	ORLA MARÍTIMA	PARQUES URBANOS
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PERCEPÇÃO AMBIENTAL	PESCA	PESCA ARTESANAL	PLANEJAMENTO
PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	PLANO DIRETOR	PLANO DIRETOR URBANO	PLANO DE MANEJO	POLÍTICA INDUSTRIAL
POLÍTICAS PÚBLICAS	POLUIÇÃO SONORA	POPULAÇÕES TRADICIONAIS	PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR	QUILOMBOLAS
RECICLAGEM	REDES	REFUGIADOS AMBIENTAIS	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	RESERVA EXTRATIVISTA
RESERVA FLORESTAL LEGAL	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	RESÍDUOS SÓLIDOS	RESÍDUO SÓLIDO URBANO	RISCO
RISCO AMBIENTAL	RISCO NATURAL	RISCO SOCIAL	SENSORIAMENTO REMOTO	SERVIÇOS AMBIENTAIS
SISTEMAS AGROFLORESTAIS	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	SOCIEDADE SUSTENTÁVEL
SUSTENTABILIDADE	TECNOLOGIA SOCIAL	TERRAS INDÍGENAS	TERRITORIALIDADE	TERRITÓRIO
TERRITÓRIO DE PESCA	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	TURISMO	TURISMO SUSTENTÁVEL	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INTEGRAL	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	URBANIZAÇÃO	VARIABILIDADE CLIMÁTICA	VULNERABILIDADE
VULNERABILIDADE CLIMÁTICA	ZONA COSTEIRA	ZONA DE AMORTECIMENTO	ZONA DE PRESERVAÇÃO	ZONEAMENTO AMBIENTAL

Fonte: elaborado pelo autor, 2014

Na elaboração do glossário sobre gestão ambiental identificou-se a diversidade dos conceitos na área ambiental, adotados pelos pesquisadores em formação (alunos de mestrado e doutorado) em seus estudos, além do surgimento de novos termos e conceitos na linha de atuação da gestão ambiental, por exemplo, design ambiental, fitoterapia solidária, ictiocouro (couro do peixe), que possibilitam entender a relação interdisciplinar entre as disciplinas.

Por outro lado, os termos mais citados foram: arranjo produtivo local, capital social, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, gestão ambiental, governança ambiental, licenciamento ambiental, políticas públicas, território, turismo sustentável e unidades de conservação.

Contudo, como afirmam Finatto e Krieger (2004), os glossários não visam a exaustividade dos termos selecionados. Entretanto, quando se produz um glossário terminológico, vincula-se o trabalho a uma reflexão sobre uma determinada linguagem especializada, neste caso a gestão ambiental. Destaque-se a necessidade de observar seus

usos, especificidades de sentido e especificidades textuais num sentido mais amplo. (FINATTO; KRIEGER, 2004).

Assim, devido à análise terminológica aplicada nas teses e dissertações dos PPGs, que resultou na elaboração do glossário terminológico, permitiu identificar, clarificar e mapear os conceitos existentes no campo da gestão ambiental, visando à elaboração de mapas conceituais e do microtesauro apresentados nos próximos itens.

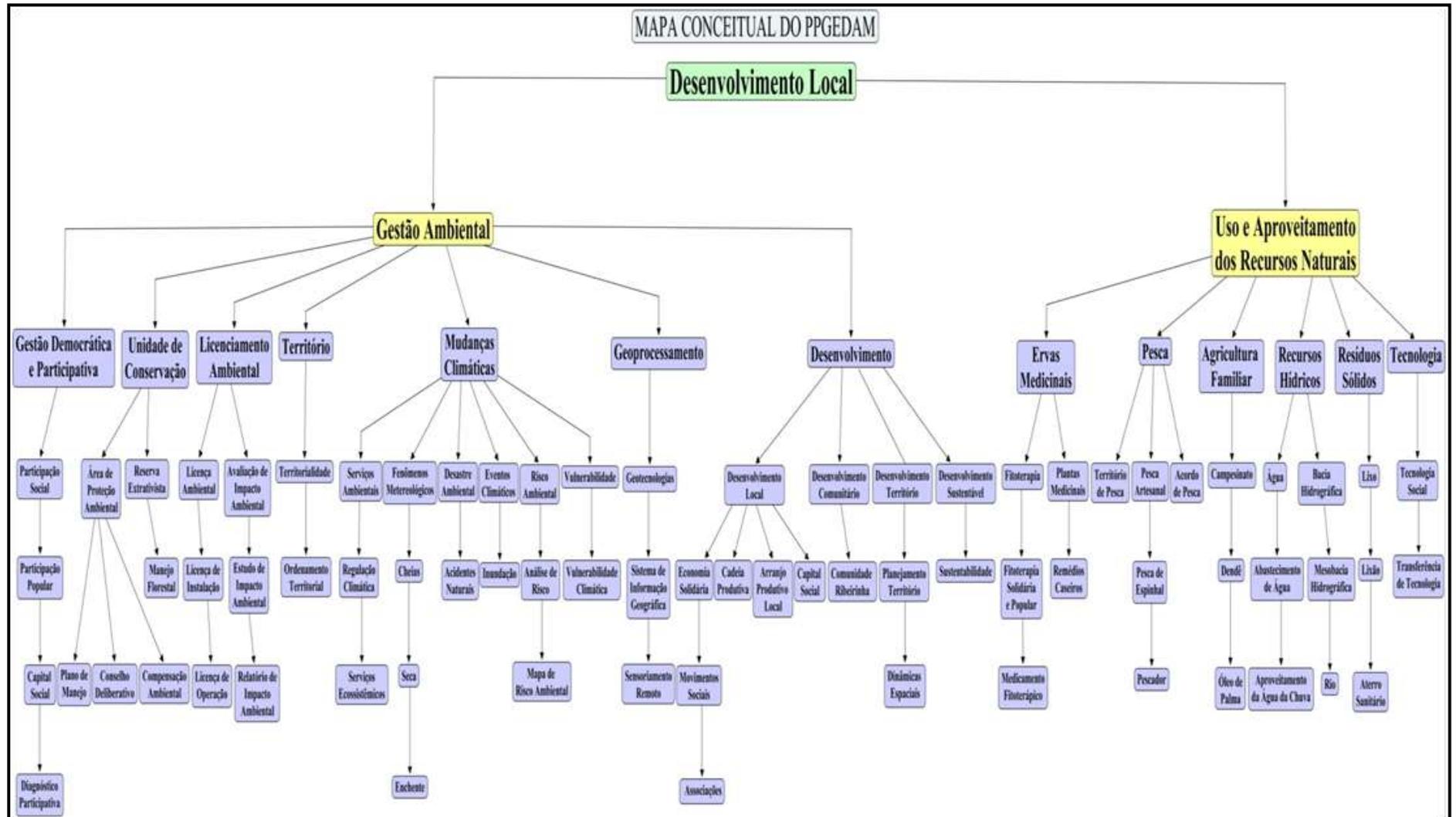
## 5.2 ANÁLISE TERMINOLÓGICA NO CAMPO DA GESTÃO AMBIENTAL: CONSTRUINDO O MAPA CONCEITUAL

Na análise de conteúdo e documental das dissertações e teses do PPGs foi extraída uma diversidade de termos que são representados por conceitos ambientais. Diante disso, por meio dessas análises foi possível esclarecer a especificidade do conteúdo ambiental, consistindo a representação condensada da informação. Nesse momento da pesquisa, elaboramos um quadro terminológico com esses conceitos (Apêndice B), com bases nas áreas de concentração e das linhas de pesquisa dos devidos programas.

Constatou-se nessa análise documental o surgimento de uma diversidade de termos e conceitos adotados na pesquisa científica ambiental, sendo que alguns termos se destacaram em relação aos outros, percebido por meio de um levantamento dos principais termos mais usados na produção científica do Programas, onde os que mais se destacaram com foco na gestão ambiental foram: áreas protegidas, arranjo produtivo local, bacia hidrográfica, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, governança, licenciamento ambiental, ordenamento territorial, participação social, reserva extrativista (Resex), resíduos sólidos, território, unidades de conservação e vulnerabilidade climática.

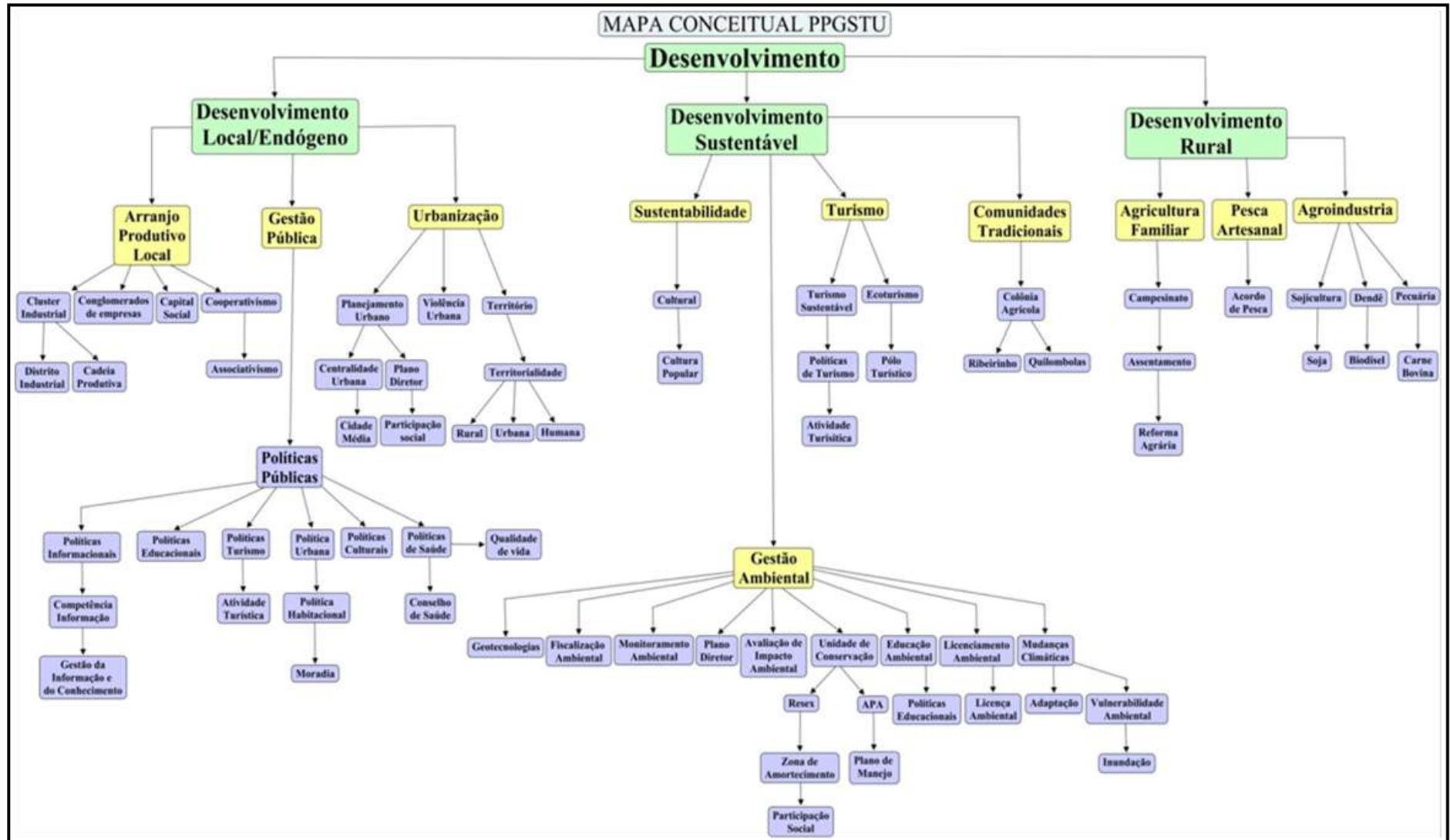
Com base nos termos e conceitos identificados no Apêndice B, foram elaborados mapas conceituais dos PPGs analisados nesta pesquisa. A construção desses mapas serviu de apoio para elaboração de um microtesauro sobre gestão ambiental. Os mapas conceituais são analisados nos seguintes esquemas:

Esquema 10 - Mapa conceitual do PPGEDAM



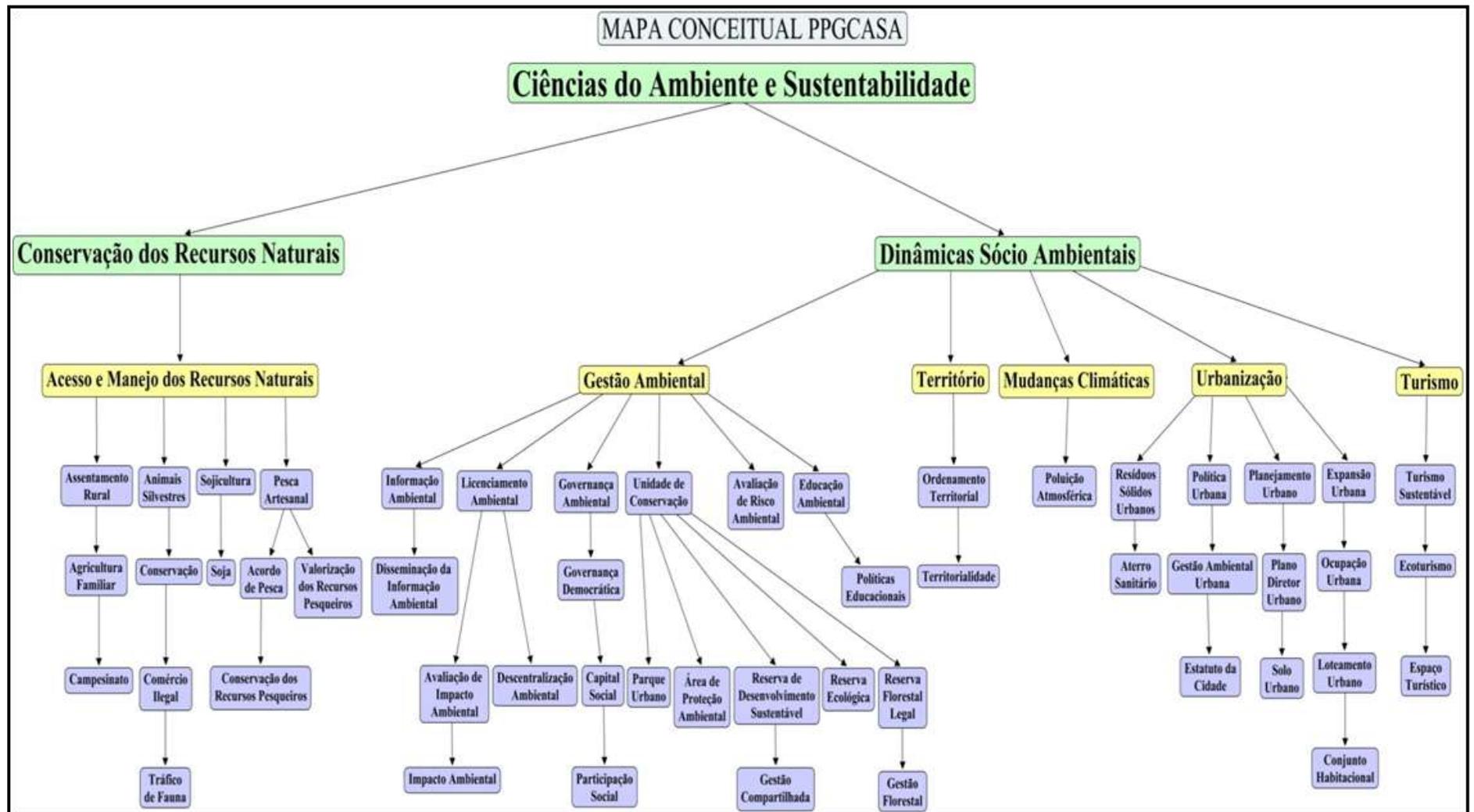
Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Esquema 11 - Mapa conceitual do PPGDSTU



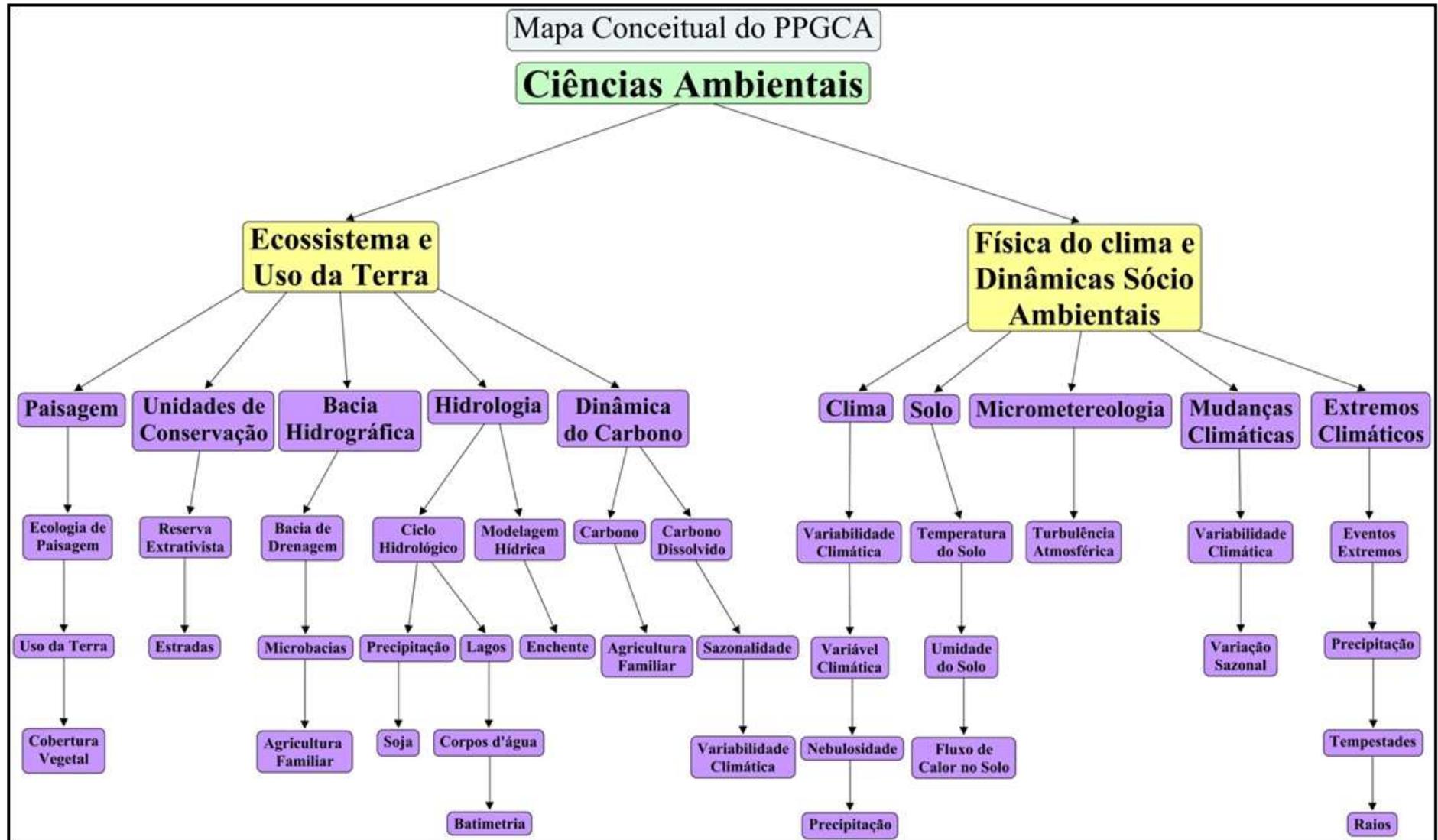
Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Esquema 12 - Mapa conceitual do PPGCASA



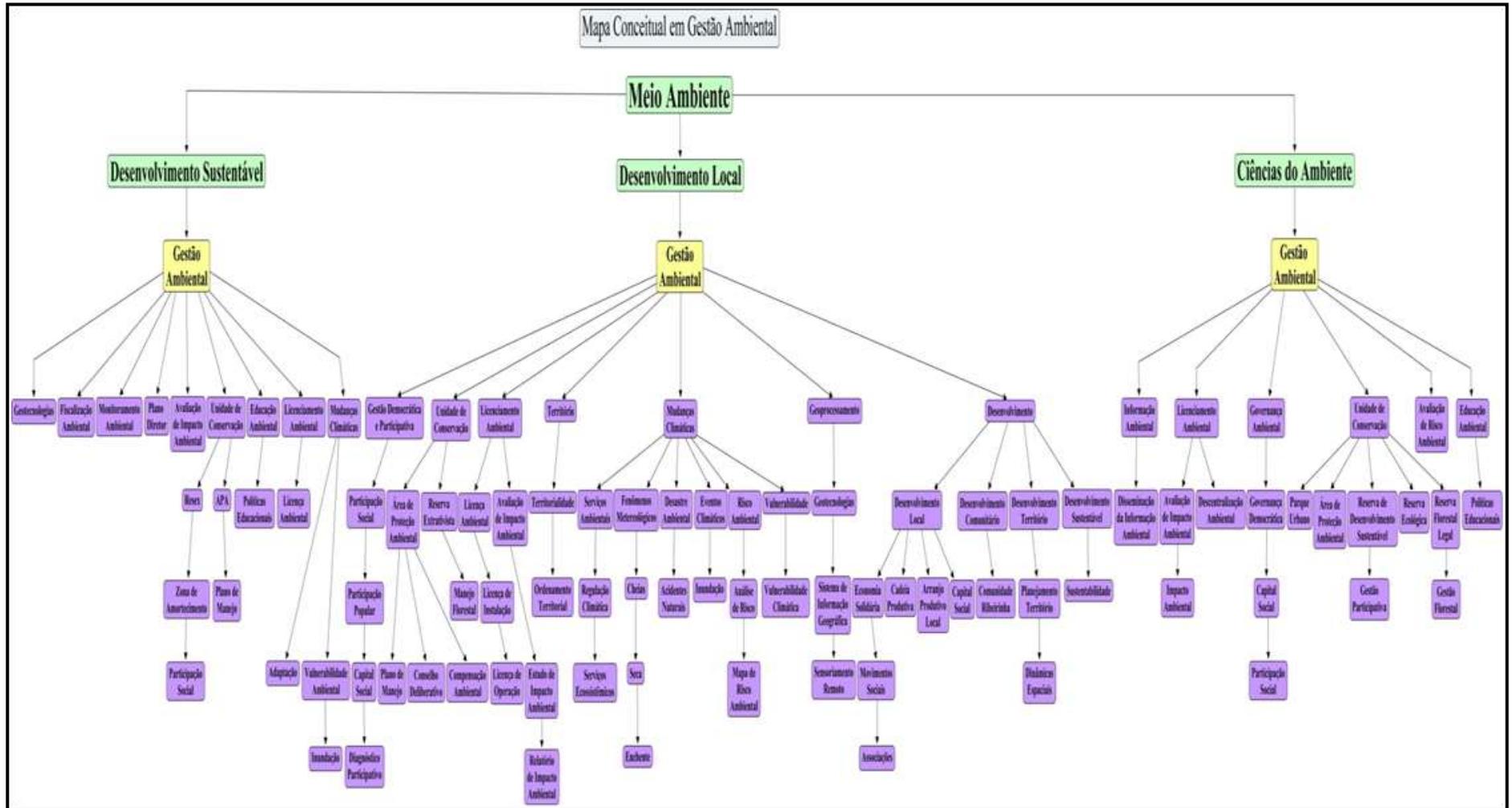
Fonte: elaborado pelo autor, 2014.

Esquema 13 - Mapa conceitual do PPGCA



Fonte: elaborado pelo autor, 2015.

Esquema 14 - Mapa conceitual específico em gestão ambiental



Fonte: elaborado pelo autor, 2015.

Esses mapas conceituais são do tipo representação gráfica de estrutura hierárquica, que apresenta a informação em forma descendente de importância, sendo que a informação mais importante é colocada no início da cadeia hierárquica (diagrama hierárquico composto por termos chaves) mostrando as suas inter-relações conceituais da especialidade, ou seja, conforme cada área de concentração ou linha de pesquisa de cada programa.

No Esquema 10 é representado o mapa do PPGEDAM, identificou-se duas linhas de pesquisa em que uma se concentra seus estudos no uso e aproveitamento dos recursos naturais com áreas se destacando com os seguintes conceitos: ervas medicinais, pesca, recursos hídricos e tecnologias sociais. Esses conceitos se relacionam com outros temas, possibilitando entender seus estudos interdisciplinares com suas especificidades.

Já em gestão ambiental, são mostradas as suas especialidades principalmente com seus instrumentos de gestão, tais como: unidades de conservação, licenciamento ambiental, compensação ambiental, plano de manejo e geoprocessamento. Esses conceitos se relacionam com estudos com os seguintes temas: gestão participativa, uso do território, desenvolvimento local e mudanças climáticas.

No Esquema 11 é representado pelo mapa do PPGSTU, identificou-se três áreas de atuação centralizadas no desenvolvimento, sendo que a primeira se destaca o desenvolvimento local endógeno com as seguintes temáticas: arranjo produtivo local, gestão públicas e urbanização, com uma diversidade de conceitos ambientais.

No desenvolvimento sustentável os estudos se voltam para os seguintes temas: sustentabilidade, gestão ambiental, turismo e comunidades tradicionais, se relacionando como os seguintes conceitos: fiscalização ambiental, unidades de conservação, turismo sustentável, mudanças climáticas dentre outros. Já no desenvolvimento rural se destacam as seguintes áreas: agricultura familiar e agroindústria. Nesse programa há uma diversidade muito grande de tema e relações entre os conceitos ambientais.

No Esquema 12, representado pelo mapa do PPGCASA, identificou-se duas linhas de pesquisa de atuação uma em conservação dos recursos naturais com ênfase no acesso e manejo ambiental, com uma diversidade de conceitos, tais como: assentamento rural, animais silvestres e pesca artesanal.

Enquanto, na linha de pesquisa dinâmica sócio ambiental se destacam as seguintes temáticas: gestão ambiental, uso do território, mudanças climáticas urbanização e turismo, se relacionando com uma diversidade de conceitos como: informação ambiental, licenciamento ambiental, governança ambiental, ordenamento territorial, planejamento urbano e turismo sustentável

No Esquema 13, representado pelo mapa do PPGCA, identificou-se duas áreas de atuação, uma volta-se para o ecossistema e uso da terra e a outra para a física do clima e dinâmicas sócio ambientais. Na primeira os temas se concentram em unidades de conservação, bacia hidrográfica e dinâmica do carbono. Enquanto na segunda área os estudos se concentram no clima, solo e mudanças climáticas.

Baseado nos três programas citados, exceto o PPGCA por não ter identificado uma linha de atuação que trabalha especificamente a gestão ambiental, foi criado um mapa conceitual específico em gestão ambiental por meio da análise dos outros mapas, conforme é apresentado no Esquema 14.

Nesse mapa conceitual identificou-se os principais instrumentos da gestão ambiental, apresentados por meio dos seguintes conceitos: geotecnologias, fiscalização ambiental, compensação ambiental, licenciamento ambiental, plano de manejo, educação ambiental, informação ambiental, avaliação de risco ambiental, dentre outros. Há presença das relações dos termos e conceitos, formando uma diversidade interdisciplinar entre os conceitos.

Constatou-se a importância da construção desses mapas conceituais para visualizar e mapear os principais termos e conceitos da temática gestão ambiental, com suas grandes áreas e suas especificidades, servindo como um norte para a construção do microtesouro sobre gestão ambiental.

### 5.3 A ELABORAÇÃO DO MICROTESAURO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL

Para a elaboração do Microtesouro em Gestão Ambiental atentou-se à necessidade de se criar um instrumento de linguagem documentária, conforme Cintra et al. (2002), Jesus (2002) e Lara (2004), no qual se deve estabelecer relação entre a linguagem documentária (tesauros) para o tratamento dos conteúdos informacionais e a linguagem utilizada pelo usuário para a recuperação desses conteúdos.

Dodebei (2002) que diz que o tesauro é um instrumento da Linguagem Documentária, sendo elaborado a partir de determinada área do conhecimento, o que neste caso é em gestão ambiental.

O microtesouro em gestão ambiental foi estruturado com termos preferidos e ou não preferidos, organizados em ordem alfabética, sendo os termos selecionados apresentados em letras maiúsculas e em negrito (Apêndice C).

A relação conceitual dos termos utilizada nesse microtesauro foi a de forma hierárquica e associativa, sendo a primeira representada pelos termos geral (TG) e específico (TE), enquanto que a associativa apresenta o termo relacionado, representado pela sigla TR. Adotamos também na relação a nota de escopo ou nota explicativa (NE) para conceituar o descritor escolhido no tesauro de gestão ambiental (Lancaster, 1987; Currás, 1995 e Van der Lan, 2002).

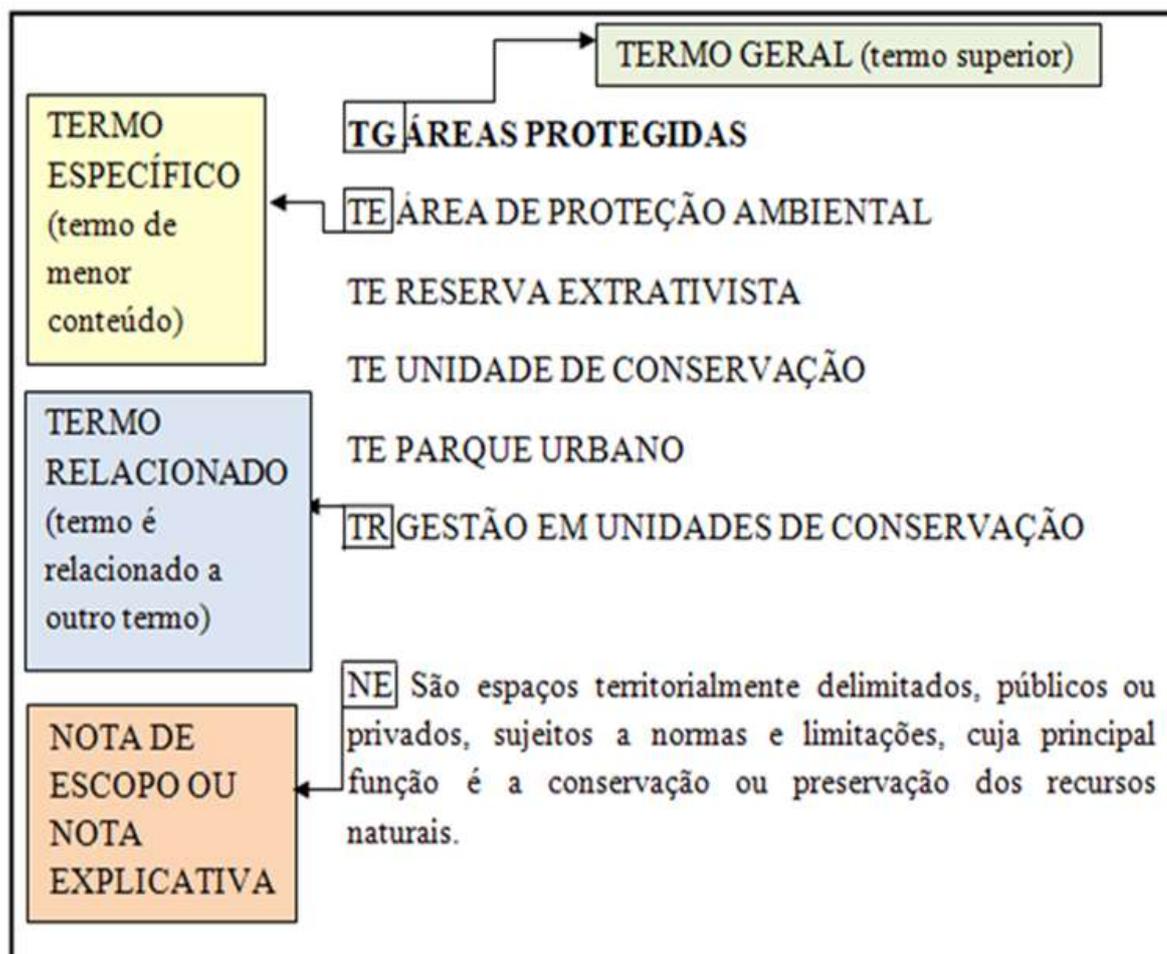
No Quadro 6 é apresentado modelo usado no microtesauro sobre gestão ambiental em que se observa essas relações, tomando como exemplo o termo geral (TG) ou termo maior **áreas protegidas**.

Para esse termo geral são adotados os termos específicos (TE) ou áreas específicas **área de proteção ambiental, reserva extrativista, unidade de conservação e parque urbano**, que indica que as pesquisas desenvolvidas em áreas protegidas têm sido detalhadas nesses termos individualmente (termos menores) ou também associados.

Em relação ao termo relacionado (TR), tem-se a **gestão em unidades de conservação**, no qual se pode encontrar a relação de gestão de áreas protegidas, em especial de unidades de conservação. Assim, é uma forma de se complementar o tema áreas protegidas, de igual maneira que esse no tema gestão de unidades de conservação estará relacionado.

A nota de escopo ou nota explicativa é conceito do termo geral (descritor) **áreas protegidas**. Esse conceito é o adotado (extraído) durante a análise terminológica das teses e dissertações dos PPGs que resultou na elaboração do glossário terminológico.

Quadro 6 - Relações do microtesauro sobre gestão ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Portanto, para o termo geral ou superior áreas protegidas consideram-se o uso de diferentes termos específicos que podem representar o conteúdo de documentos, não sendo necessariamente adotados todos eles.

Por outro lado, o termo relacionado gestão de unidades de conservação significa que ao termo escolhido como geral (áreas protegidas) existem outros termos que de alguma forma tem ligação com ele. Assim, essa relação estabelecida favorece o entendimento e compreensão de cada termo ambiental para o desenvolvimento de pesquisas em gestão ambiental.

Este exemplo extraído do microtesauro construído permite visualizar o entendimento do termo gestão ambiental, conforme definições de Barbieri (2011), Machado et al. (2002), Philippi Jr. e Maglio (2005), Philippi Jr., Roméro e Bruna (2004), Quintas (2006), Tinoco e Kraemer (2008) e Vasconcellos Sobrinho (2014), nos quais se percebe a necessidade

de gerir o meio ambiente de forma a se manter seu equilíbrio para que se tenha a qualidade de vida dos seres que nele se desenvolvam

No Quadro 7, são apresentadas algumas relações do microtesauro sobre gestão ambiental, com sua estrutura hierárquica, relações com termos ambientais, suas especificidades.

Quadro 7 - Apresentação das relações do microtesauro sobre gestão ambiental

<p><b>TG AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL</b>  TE PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL  TE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL  TE RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL  TR IMPACTO SÓCIO AMBIENTAL  NE É um instrumento de política ambiental, formado por um conjunto de procedimentos, capaz de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta e de suas alternativas.</p>	<p><b>TG DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>  TE CAPITAL SOCIAL  TE CADEIA PRODUTIVA  TE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO  TE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL  TR POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  NE É o desenvolvimento que se caracteriza por ser endógeno, nasce das forças internas da sociedade; constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões.</p>
<p><b>TG EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>  TE EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA  TE EDUCAÇÃO RURAL  TE EDUCAÇÃO NO CAMPO  TR INDICADORES EDUCACIONAIS  NE É uma proposta de uma educação que visa a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.</p>	<p><b>TG GESTÃO</b>  TE GESTÃO AMBIENTAL  TE GESTÃO DEMOCRÁTICA  TE GESTÃO PARTICIPATIVA  NE Sob a ótica da administração, está relacionado com o conjunto de recursos decisórios e a aplicação das atividades destinadas aos atos de gerir.</p>
<p><b>TG GESTÃO AMBIENTAL</b>  TE PLANO DE MANEJO  TE CONSELHO DELIBERATIVO  TE MONITORAMENTO AMBIENTAL  TE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  TE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL  TE LICENCIAMENTO AMBIENTAL  TR GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  NE É a condução, a direção e o controle pelo governo do uso dos recursos naturais, através de determinados instrumentos, o que inclui medidas econômicas, regulamentos e normalização, investimentos públicos e financiamento, requisitos interinstitucionais e judiciais.</p>	<p><b>TG GESTÃO DA ÁGUA</b>  TE ABASTECIMENTO DE ÁGUA  TE ÁGUA  TE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA  NE É concebida através de métodos organizados, cujo objetivo principal é solucionar os problemas concernentes ao uso e ao controle dos recursos hídricos, atendendo, dentro de suas limitações econômicas e ambientais e considerando os princípios de justiça social, à demanda pela sociedade, a partir das disponibilidades limitadas, previstas em estudos de investigação e diagnóstico.</p>
<p><b>TG LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>  TE LICENÇA AMBIENTAL  TE LICENÇA PRÉVIA  TE LICENÇA DE INSTALAÇÃO  TE LICENÇA DE OPERAÇÃO  NE Constitui um importante instrumento de gestão do ambiente, na medida em que, por meio dele, a Administração pública busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, de forma a compatibilizar o desenvolvimento econômico com preservação do equilíbrio ecológico.</p>	<p><b>TG RESERVA EXTRATIVISTA</b>  TE EXTRATIVISMO  TE NEOEXTRATIVISMO  TE FLORESTA  TE RESERVA FLORESTAL  TE RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  NE É uma Unidade de Conservação (UC) destinada à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais extrativistas.</p>

Fonte:Elaborado pelo autor, 2014.

Percebe-se nessas relações conceituais a importância de se identificar a grande área do conhecimento ambiental e suas especificidades para que haja de fato a apropriação e explicação do conteúdo das pesquisas. Esses descritores (termos autorizados) mostram a relação da gestão ambiental com seus principais instrumentos de gestão, e suas áreas específicas de atuação, facilitando o entendimento do conceito selecionado.

Assim, a elaboração desse instrumento propicia entender melhor as relações conceituais em gestão ambiental, tendo como finalidade o controle terminológico, a recuperação da informação e a padronização da informação ambiental.

Nesse contexto, o microtesauro sobre gestão ambiental com todos os termos e conceitos, com suas relações e especificidades ambientais é apresentado, na íntegra, em ordem alfabética, no Apêndice C.

É oportuno reforçar a necessidade de atualização do tesauro ambiental de forma permanente (constante), ou seja, deve ser uma atividade contínua no campo da terminologia ambiental, devido o surgimento e o registro de ocorrência de novos termos e definições na área da gestão ambiental.

Nesse sentido, além do microtesauro em formato impresso, ressalta-se a necessidade de disponibilização e disseminação do microtesauro em formato eletrônico sugerido no próximo item.

### **5.3.1 Subsídios para aplicação do microtesauro sobre gestão ambiental em formato eletrônico**

Considerando a facilidade para atualização, consulta, disponibilização e disseminação das terminologias em gestão ambiental apresentadas no microtesauro em gestão ambiental sugere-se adotar o Software de Criação e Gerenciamento de Tesouros (TECER) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (Anexo A).

O TECER é um sistema baseado em software livre que tem por objetivo auxiliar na criação, gestão e consulta de tesouros, tendo como funcionalidades o controle de entradas, de geração de relatórios em tela e impressos e de intercâmbio e aproveitamento de termos entre tesouros. O TECER pode ser utilizado por vários usuários trabalhando de forma colaborativa, em rede local ou pela internet, sendo controlado por senhas e níveis de acesso. Esse sistema de gerenciamento de tesouros consiste em um conjunto de módulos integrados, atendendo a critérios de consistência e segurança (IBICT, [s.d]).

A instalação do software, alimentação dos dados (termos e conceitos) e disponibilização do microtesauro em formato eletrônico para o acesso e consulta das informações ao usuário em geral se dará em outro momento, considerando a necessidade de se realizar parceria com o IBICT, para que o referido microtesauro seja disponibilizado no site desse Instituto e não apenas que seja usado o software TECER.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento disseminado em publicações científicas provenientes de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da gestão ambiental tem gerado diversos termos e conceitos, os quais, muitas vezes, sem padronização terminológica, provocam polissemia e ambiguidades nos significados e definições.

Para evitar que isso ocorra, é importante que estudos especializados efetivos de análise terminológica possibilitem entender, conhecer e representar seus objetos de estudo e transferir esse conhecimento especializado a outras áreas e contextos, como é o caso desta dissertação.

Dessa maneira, nesta pesquisa, realizou-se a análise terminológica nas dissertações e teses dos PPGs da CAPES, nas áreas interdisciplinar e ambiental, o que permitiu conhecer as atuais formas de representação do conteúdo desses documentos sobre a temática gestão ambiental.

A apropriação da terminologia em gestão ambiental possibilitou elaborar o microtesauro em gestão ambiental, a partir de dois instrumentos terminográficos: o glossário terminológico e os mapas conceituais dos PPGs analisados e do tema gestão ambiental deles emergidos, eliminando ambiguidades terminológicas, para facilitar a comunicação entre os pesquisadores ambientais.

A construção do glossário terminológico permitiu: a) perceber e compreender os significados dos termos utilizados na temática gestão ambiental; b) estabelecer a padronização terminológica e o funcionamento dos termos, tendo em vista seu registro em instrumento de referência especializada; c) identificar a diversidade dos conceitos na área de meio ambiente com o surgimento de novos termos e conceitos na linha de atuação da gestão ambiental.

A elaboração desse glossário não estabelece a exaustividade dos termos selecionados, mas apresenta as relações importantes nas pesquisas desenvolvidas e identifica os principais termos usados na relação interdisciplinar. Isso é notado com o aparecimento de termos em desenvolvimento local, design ambiental, mudanças climáticas, neoextrativismo, territorialidade, dentre outros.

Além do glossário e a fim de oferecer maior qualidade na elaboração do microtesauro em gestão ambiental, foram criados cinco mapas conceituais, sendo que um específico em gestão ambiental. Esse mapa especializado permitiu visualizar e mapear os principais termos e conceitos da temática gestão ambiental com suas grandes áreas e especificidades.

Com o mapeamento temático da gestão ambiental, por meio dos mapas conceituais foi possível identificar o uso dos principais termos e conceitos utilizados por pesquisadores na construção do conhecimento científico na área ambiental.

Assim, foi possível perceber que no mapa específico em gestão ambiental há uma diversidade de termos, tendo como exemplo os principais instrumentos usados na gestão ambiental, com conceitos e termos gerais (descritores) que vão se direcionando para uma determinada especialidade como, por exemplo, o licenciamento ambiental, se relacionando com outras áreas de atuação, no caso a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) com seus Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

O microtesouro em gestão ambiental foi estruturado com termos preferidos e não preferidos, organizados em ordem alfabética. Esse instrumento da linguagem documentária permitiu demonstrar as relações conceituais no âmbito da gestão ambiental com suas grandes áreas e especificidades, tendo como intuito o controle terminológico, a recuperação da informação e a padronização da informação ambiental.

A elaboração do microtesouro terminológico possibilitou identificar os termos próprios do campo da gestão ambiental, fornecer referências para a compreensão de termos e conceitos ambientais, organizar e divulgar informações científicas ambientais e constituir-se em um instrumento terminológico para representação e transmissão do conhecimento especializado na temática gestão ambiental, sendo uma importante fonte de informação ambiental.

O diferencial desse microtesouro é que na sua estrutura é apresentada a chamada nota de escopo ou nota explicativa, isto é, informa o conceito do termo escolhido utilizado na temática gestão ambiental, facilitando o entendimento da definição e das relações conceituais e hierárquicas.

Como instrumento de tomada de decisão, o microtesouro de gestão ambiental servirá na busca e recuperação da informação ambiental pelo profissional da informação (bibliotecário) em uma unidade de informação, disponibilizando essa informação para o usuário que precisa desenvolver as suas pesquisas no campo na gestão ambiental e outros temas interdisciplinares.

Por outro lado, no ambiente organizacional, o microtesouro pode ser usado para a representação dos assuntos, de documentos e nas buscas informacionais que subsidiam a tomada de decisão, propiciando a padronização e sistematização da informação ambiental assim como o controle terminológico mais eficaz, fortalecendo o campo da gestão ambiental na Região Amazônica.

Na própria relação do microtesauro consta a definição do termo genérico (descriptor) gestão ambiental com suas especificidades, identificadas aos principais instrumentos que podem ser usados pelos gestores para tomar decisões como áreas protegidas, plano de manejo, licenciamento ambiental, monitoramento ambiental, educação ambiental e avaliação de impacto ambiental. Entender o significado dessas terminologias fortalece a comunicação entre os especialistas na pesquisa ambiental na Amazônia

No que diz respeito à disseminação dessas informações, apresenta-se o microtesauro em formato impresso, além de estabelecer diretrizes para a instalação de um *software*, alimentação dos dados (termos e conceitos) e disponibilização do microtesauro em formato eletrônico, para o acesso e consulta das informações ao usuário em geral.

É oportuno ressaltar que a atualização do microtesauro deve ser uma constante na pesquisa científica sobre meio ambiente, pois frequentemente há o surgimento de novos conceitos e termos no campo da gestão ambiental. Nesse sentido, é necessário garantir essa revisão, pois esse instrumento da linguagem natural não deve perder a sua credibilidade no controle e padronização da informação ambiental.

Nenhum instrumento da linguagem documentária ou da terminografia é completo, e por isso o microtesauro precisa ser monitorado e observado para que a sua autenticidade não deixe de existir, pois a sua credibilidade depende da especificidade selecionada, no caso a gestão ambiental.

Pode-se afirmar que os instrumentos terminológicos da representação da informação ambiental têm um papel crucial no desenvolvimento das atividades dos pesquisadores, alunos e professores envolvidos com trabalhos e pesquisas ambientais. Assim, o glossário, os mapas conceituais e o microtesauro específico em gestão ambiental, propostos, são mecanismos que podem fortalecer os estudos de campo da gestão ambiental.

Essa pesquisa mostrou que a partir da análise terminológica nos PPGs da Amazônia houve um subsídio o avanço do conhecimento sob gestão ambiental, sobretudo em sua interpretação e aplicação na região amazônica, principalmente na produção científica dos programas de pós-graduação na especialidade gestão ambiental que retratam suas contribuições para o avanço no entendimento do conceito.

A análise terminológica que resultou na elaboração do microtesauro em gestão ambiental, além de contribuir como ferramenta de auxílio ao profissional da informação na representação e recuperação da informação para tomada de decisões, auxilia, também, o usuário ao acesso da informação ambiental e o gestor na tomada de decisão.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724 - informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 12676: Métodos para análise de documentos**: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental**: conceitos, modelos e instrumentos. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BOTELHO, Lara Batista. **Organização e recuperação da informação em Ciências da Saúde**: a elaboração de um microtesauro de Nutrição. Brasília, 2008. 152f. Dissertação (Mestrado na faculdade de Ciência da Informação) – Universidade de Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário temático de alimentação e nutrição**. Brasília: MS, 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Vocabulário jurídico**: tesouros. Brasília, 2015.

CABRÉ, Maria Teresa. La Terminologia hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, v.24, n.3, 1995.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Subsídios para um sistema de informação ambiental Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 1992.

CAPES. Área interdisciplinar: avaliação trienal: documento de área 2013. Disponível em: <[www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)>. Acesso em: 26 jun. 2014.

CAMPELO, Bernadete Santos. Teses e Dissertações. In: CAMPELO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Vladares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte : UFMG, 2000. p.121-135.

CAVALCANTI, Cordelia R. **Indexação & tesauro**: metodologia e técnicas. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. 89 p.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. Marília, 2009. 209f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista).

CINTRA, Anna Maria Marques et al.. **Para entender as Linguagens Documentárias**. São Paulo : Polis, 2002. 96p.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo et al. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. P.19-51.

CONDURÚ, Marise Teles; PEREIRA, José Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos. 5.ed. Belém, 2013.

CONDURÚ, Marise Teles. Governança na Amazônia: informação ambiental para toada de decisões. In: Rocha, Gilberto de Miranda et al (orgs.). **Governança, integração e meio ambiente na Amazônia**. Belém: NUMA UFPA, 2007.

CURRÁS, Emília. **Tesauros**: linguagens terminológicas. Brasília: IBICT, 1995. 286p.

DEREK, Austin. **Diretrizes para o estabelecimento dos tesauros monolíngües**. Brasília: IBICT, 1993. 80p.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo : Atlas, 2006.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

FINATTO, Maria José Bocorny; KRIEGER, Maria da Graça. **Introdução à terminologia** : teoria e prática. São Paulo : Contexto, 2004. 223p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 224p.

IBAMA. **Thesaurus de meio ambiente**. Brasília, 1996. 444p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diretrizes para a elaboração de tesauros monolíngües**: projeto coordenado por Hagar Espanha Gomes. IBICT: Brasília, 1984. 70p.

\_\_\_\_\_.Manual de instalação Tecer. Disponível em:<[www.ibict.br/pesquisa](http://www.ibict.br/pesquisa).> Acesso em: 16/12/2014.

JESUS, Jerocir Botelho Marque de. **Tesauro**: um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação. Recife: [s.n.], 2002.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KRIEGER, Maria da Graça et al. **Glossário de gestão ambiental**. São Paulo: Disal, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001. 219p.

LANCASTER, F. W. **Construção e uso de tesauros**: curso condensado. Brasília : IBICT, 1987. 106p.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Elementos de terminologia.** São Paulo: ECA-USP, 2005. Disponível:<[http://infobservatorio.incubadora.fapesp.br/portal/int\\_terminol/bibliografia/el\\_emterm2005.doc/view](http://infobservatorio.incubadora.fapesp.br/portal/int_terminol/bibliografia/el_emterm2005.doc/view)>. Acesso em: 05 mai. 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação.** 2. ed. Brasília: Ed. Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo et al. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo :Signus, 2000. p.19-51.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Mapa conceitual como ferramenta para organização do conhecimento em sistemas de hipertexto e seus aspectos cognitivos. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v.9, n.2, p.134-145, jul./dez., 2004.

LIMA, Vânia Mara Alves. **Terminologia, comunicação e representação documental.** São Paulo. 1998. 118f. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

LORENZON, Emilena. **Análise de domínio para avaliação de tesouros.** São Paulo, 2011. Tese de doutorado (Programa de pós graduação em Ciência da Informação), Universidade Estadual Paulista.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MACHADO, J. M. et al. O impacto ambiental como instrumento orientador na educação e na política ambiental. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22., Curitiba, 2002. **Anais ...** Curitiba, 2002.

MOMM, Christiane Fabíola. **O conhecimento científico em turismo no Brasil: cursos de pós-graduação (*Stricto Sensu*) – período de 2000 a 2006.** 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível de conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.6, dez. 2004.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 2. ed .Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MUELLER, Charles Curt. Situação atual da produção de informações sistemáticas sobre o meio ambiente. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 14-22, jan./abr. 1992.

PAVEL, Sílvia. NOLET, Diane. **Manual de Terminologia.** Canadá: TERMIUM, 2002. 151p.

PHILIPPI JR, Arlindo, et al., Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, A. (edits.).

**Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação.** Barueri, SP: Manole, 2011.p.4-68.

PHILIPPI JR, Arlindo; FERNANDES, Valdir. Caminhos da Interdisciplinaridade na Pesquisa e na Pós-Graduação. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 63., Goiânia, 2011. **Anais...** Goiânia, 2011.

PHILIPPI JR, A.; MAGLIO I. C. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. In: PHILIPPI JR, A.; PELICIONE, M. C. F. (Ed.) **Educação ambiental e sustentabilidade.** Barueri-SP: Manole, 2005. p.217-256.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. **Curso de gestão ambiental.** Barueri: Manole, 2004. (Coleção Ambiental;1).

PHILIPPI JR., Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo Martins (Coords.). **Contribuição da Pós-Graduação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável Capes + 20.**Brasil: CAPES, 2012. 194p.

PONTES, Antônio Luciano. Terminologia científica: o que é e como se fa. **Revista de Letras**, v.19, n.2, p..44-51, jan.fev.,1997.

PRYTHERCH, Ray (Comp.). **Harrod's librarians' glossary.** 8. ed. Aldershot: Gower, 1995.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental.** Brasília: IBAMA, 2006.

REJOWSKI, Mirian. Subsídios para elaboração de um tesauro brasileiro de turismo. **Turismo em Análise**, v.22, n.3, dez., 2011.

SALES, Rodrigo de. **Tesouros e ontologias sob a luz da teoria comunicativa da terminologia.** Florianópolis, 2008. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Florianópolis, 2008.

SANTOS, Fernando Bittencourt dos; SILVA, Helen de Castro. **Busca e uso da informação ambiental por pesquisadores da área de meio ambiente.** In: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 2, 2006, São Paulo. Disponível em:<<http://www.amigosdanatureza.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

SEIFFERT, Maria Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental:** instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo : Atlas, 2011. 310p.

SILVA, Keila Paiva da. **Universidades Públicas:** das contribuições do conhecimento na Pós-Graduação ao desenvolvimento regional. 2011. 86f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de et al. Estudo bibliométrico de teses e dissertações em Administração na dimensão ambiental da sustentabilidade. **READ**, Porto Alegre, v.76, n.3, set./dez., p.541-568, 2013.

TARGINO, Maria das Graças. Informação ambiental – uma prioridade nacional? **Informação e Sociedade: Estudos**, v. 4, n. 1, p. 1-27, 1994.

TAVARES, Carla; FREIRE, Isa Maria. Informação ambiental no Brasil: para que e para quem. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 208-215, jul./dez. 2003.

TINOCO, José E. P.; KRAEMER, Maria E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UEHARA, Thiago et al. Pesquisa em gestão ambiental: análise da evolução na universidade de São Paulo, **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.13, n.1, p.165-185, jan./jun., 2010.

VAL, Adalberto Luis. **Amazônia**: reflexões para o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020. In: Plano Nacional de Pós-Graduação – 2011-2020. Brasília: CAPES, 2010.

VAN DER LAAN, Regina Helena. **Tesouro e terminologia**: uma inter-relação lógica. Porto Alegre, 2002.185f. Tese (Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – Instituto de Letras.

VAN DER LAN, Regina Helena. **Análise temática**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

VARGAS, Dóris Fraga. **Estudo metodológico de elaboração de tesouros**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Monografia (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação).

VARGAS, Dóris Fraga; VAN DER LAN, Regina Helena. A contribuição da terminologia na construção da linguagens documentárias como os tesouros. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.25, n.1, p.21-34, jan./jun., 2011.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Gestão ambiental. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: EUFBA, 2014.p.71-73.

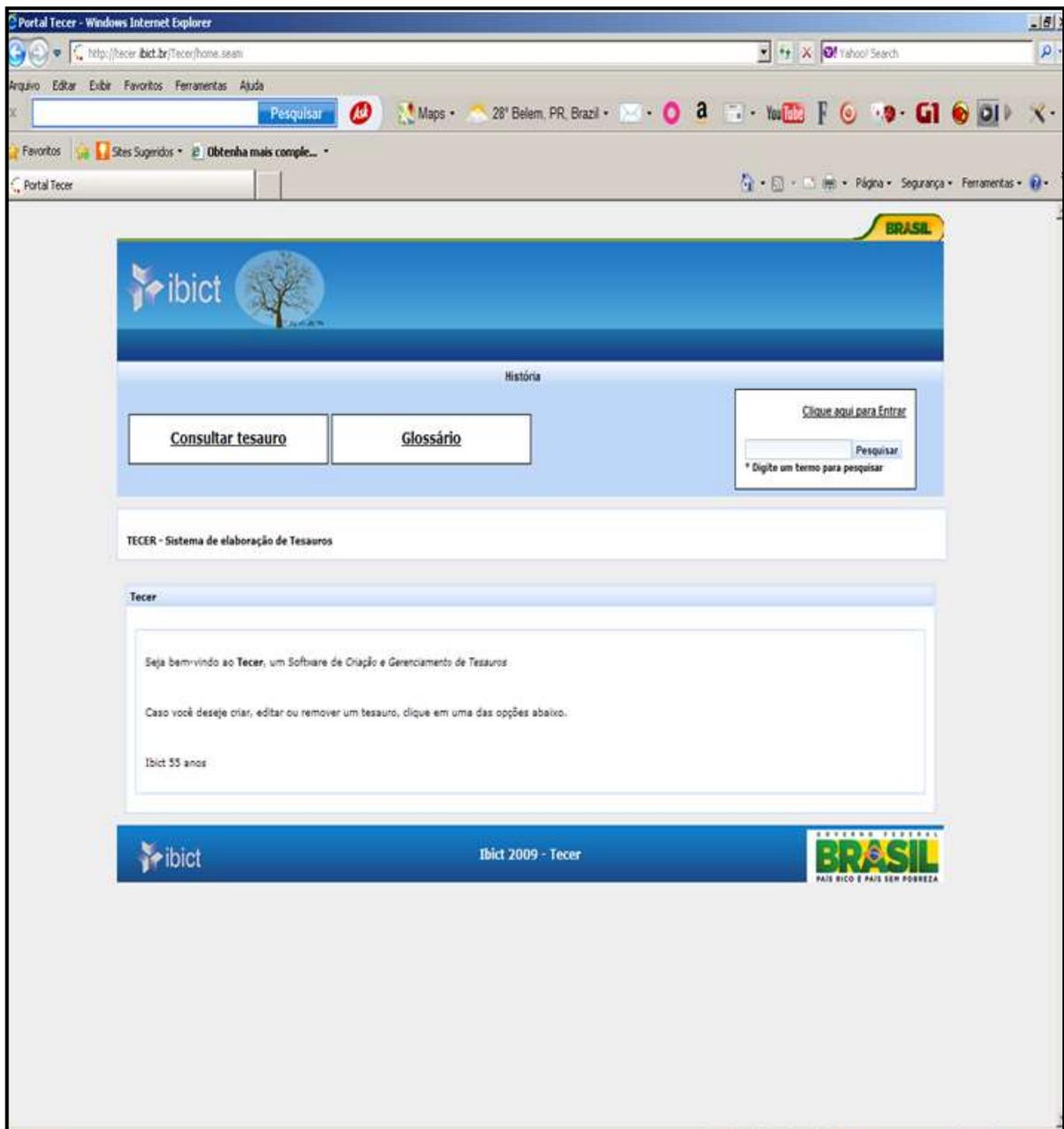
VIEIRA, Anna da Soledade. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.202-209, set. 1986.

\_\_\_\_\_. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para compreensão do discurso político ambiental do governo brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v.21, n.1, p.7-13, jan./abr., 1992.

VIEIRA, Jéssica; SANTOS, Monick; LAPA, Remi. Estudo da construção e aplicação do tesouro em desenvolvimento urbano. **Biblionline**, p.78-80, 2010.

**ANEXOS**

## ANEXO A - Software de Criação e Gerenciamento de Tesouros (TECER)



**APÊNDICES**

## Apêndice A - Formulário terminológico (coleta de termos)

<b>TERMO: (Descritor principal)</b>
<b>REFERÊNCIA DA DISSERTAÇÃO OU DA TESE:</b>
<b>CONTEXTO DO DISCURSIVO: (parágrafo do texto onde foi tirado o conceito)</b>
<b>DEFINIÇÃO:</b>
<b>REFERÊNCIA DA DEFINIÇÃO:</b>
<b>PALAVRAS CHAVE:</b>
<b>LINHA DE PESQUISA:</b>
<b>VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA (não é obrigatório)</b>
<b>TERMO ESPECÍFICO</b>
<b>TERMO RELACIONADO</b>
<b>OBSERVAÇÃO:</b>

FONTE: Finatto; Krieger (2004); Van Der Lan (2005), adaptado pelo autor

Apêndice B - Quadro de levantamento realizado dos termos utilizados nas Teses e Dissertações no período de 2009/2013

Nº	TERMOS	PPGEDAM	PPGDSTU	PPGCASA	PPGCA	Total
1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	-	-	-	1
2	AÇÃO COLETIVA	1	-	1	-	2
3	ACORDO DE PESCA	1	2	-	-	3
4	ADAPTAÇÃO	1	1	-	-	2
5	AGRICULTURA FAMILIAR	-	3	-	1	4
6	AMBIENTE URBANO	-	-	1	-	1
7	APROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA	1	-	-	-	1
8	AQUICULTURA	1	-	-	-	1
9	ANÁLISE DE RISCO	1	-	-	-	1
10	ANÁLISE DE RISCO AMBIENTAL	1	-	-	-	1
11	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)	1	1	1	-	3
12	ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE)	1	-	-	-	1
13	ÁREAS PROTEGIDAS	2	1	1	-	4
14	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL	4	3	-	-	7
15	ASSENTAMENTO RURAL	-	1	1	-	2
16	ASSOCIAÇÕES	2	1	-	-	3
17	ATERRO SANITÁRIO	1	-	2	-	3
18	AUDITORIA AMBIENTAL	1	-	-	-	1
19	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)	1	-	-	-	1
20	AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)	3	1	-	-	4
21	AVALIAÇÃO DE RISCO AMBIENTAL	-	-	2	-	2
22	BACIA HIDROGRÁFICA	3	1	-	3	7
23	BIODIVERSIDADE	-	2	-	-	2
24	CADEIA PRODUTIVA	1	2	-	-	3
25	CAMPESINATO	-	5	-	-	5
26	CAPITAL SOCIAL	1	5	1	-	7
27	CARTOGRAFIA	2	-	-	-	2
28	CARTOGRAFIA TEMÁTICA	2	-	-	-	2
29	CERTIFICAÇÃO FLORESTAL	-	2	-	-	2
30	CICLO HIDROLÓGICO	1	1	-	1	3
31	CIDADES RIBEIRINHAS	-	1	-	-	1
32	CIDADE SUSTENTÁVEL	1	-	-	-	1
33	CLUSTER	1	1	-	-	2
34	CLUSTER INDUSTRIAL	1	1	-	-	2
35	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	3	-	-	-	3

36	COMPETÊNCIA	-	3	-	-	3
37	COMPETÊNCIA INFORMACIONAL	-	3	-	-	3
38	COMPETÊNCIA PROFISSIONAL	-	1	-	-	1
39	COMUNICAÇÃO	1	1	-	-	2
40	COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	1	1	-	-	2
41	COMUNIDADES QUILOMBOLAS	-	2	-	-	2
42	CONSELHO DELIBERATIVO	2	-	-	-	2
43	CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	-	-	1	-	1
44	CONTABILIDADE AMBIENTAL	1	-	-	-	1
45	COOPERATIVAS	2	1	-	-	3
46	COOPERATIVISMO	2	1	-	-	3
47	CULTURA AMBIENTAL			1		
48	DEMOCRACIA DELIBERATIVA	-	-	1	-	1
49	DENDÊ	2	1	-	-	3
50	DESASTRE	2	-	-	-	2
51	DESASTRE AMBIENTAL	1	-	-	-	1
52	DESASTRE HUMANO	1	-	-	-	1
53	DESASTRE MISTO	1	-	-	-	1
54	DESASTRE NATURAL	2	-	-	-	2
55	DESENVOLVIMENTO	2	-	-	-	
56	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	1	-	-	-	1
57	DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	1	3	-	-	4
58	DESENVOLVIMENTO LOCAL	10	5	-	-	15
59	DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	3	-	-	-	3
60	DESENVOLVIMENTO RURAL	-	1	-	-	1
61	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	2	7	1		10
62	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RURAL	1	-	-	-	1
63	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	1	1	-	-	2
64	DEFLORESTAMENTO	-	-	-	1	1
65	DESIGN AMBIENTAL	-	-	2	-	2
66	ECODESENVOLVIMENTO	-	2	1	-	3
67	ECOLOGIA DA PAISAGEM	-	-	-	1	1
68	ECONOMIA ECOLÓGICA	2	-	-	-	2
69	ECONOMIA POPULAR	-	1	-	-	1
70	ECONOMIA SOLIDÁRIA	4	2	2	-	8
71	ECOTURISMO	-	1	3	-	4
72	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2	1	5	-	8
73	EDUCAÇÃO NO CAMPO	-	1	-	-	1
74	ESPAÇO	1	1	-	-	2
75	ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE	-	-	1	-	1

	<b>PROTEGIDOS</b>					
76	<b>ESPAÇO URBANO</b>	-	1	-	-	1
77	<b>ETNOFÁRMACIA</b>	1	-	-	-	1
78	<b>FARMACOECONOMIA</b>	1	-	-	-	1
79	<b>FITOTERAPIA</b>	1	-	-	-	1
80	<b>FITOTERAPIA SOLIDÁRIA</b>	1	-	-	-	1
81	<b>FRONTEIRA</b>	3	1	-	-	4
82	<b>FRONTEIRA DE EXPANSÃO</b>	-	1	-	-	1
83	<b>FRONTEIRA CONSOLIDADA</b>	-	1	-	-	1
84	<b>GEOPROCESSAMENTO</b>	3	-	-	1	4
85	<b>GERENCIAMENTO DE RESÍDUO SÓLIDO</b>	2	-	-	-	2
86	<b>GESTÃO</b>	2	2	-	-	4
87	<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	10	2	3	-	15
88	<b>GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA</b>	1	-	-	-	1
89	<b>GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL</b>	1	-	-	-	1
90	<b>GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>	1	1	1	-	3
91	<b>GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>	1	-	-	-	1
92	<b>GESTÃO URBANA</b>	1	-	-	-	1
93	<b>GESTÃO DA ÁGUA</b>	1	-	-	-	1
94	<b>GESTÃO DA INFORMAÇÃO</b>	-	3	-	-	3
95	<b>GESTÃO DE RISCOS</b>	1	-	-	-	1
96	<b>GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	1	-	-	-	1
97	<b>GESTÃO DO CONHECIMENTO</b>	-	1	-	-	1
98	<b>GESTÃO POR COMPETÊNCIAS</b>	-	1	-	-	1
99	<b>GOVERNANÇA</b>	3	4	3	-	10
100	<b>GOVERNANÇA AMBIENTAL</b>	1	1	-	-	2
101	<b>GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA</b>	-	1	-	-	1
102	<b>GOVERNANÇA PÚBLICA</b>	1	-	-	-	1
103	<b>GOVERNANÇA URBANA</b>	1	-	-	-	1
104	<b>ICMS ECOLÓGICO</b>	2	-	-	-	2
105	<b>ICTIOCOURO</b>	1	-	-	-	1
106	<b>IMPACTO AMBIENTAL</b>	1	-	-	-	1
107	<b>INDICAÇÃO GEOGRÁFICA</b>	1	-	-	-	1
108	<b>INDICADORES</b>	2	1	-	-	3
109	<b>INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE</b>	2	-	-	-	2
110	<b>INFILTRAÇÃO DA ÁGUA</b>	-	-	-	1	1
111	<b>INFORMAÇÃO</b>	-	3	1	-	4
112	<b>INFORMAÇÃO AMBIENTAL</b>	-	-	1	-	1
113	<b>INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA</b>	-	1	-	-	1

114	<b>INUNDAÇÃO</b>	-	1	-	-	1
115	<b>JARDIM BOTÂNICO</b>	-	-	-	1	1
116	<b>LAGO</b>	-	-	-	1	1
117	<b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	5	6	1	-	12
118	<b>LICENÇA AMBIENTAL</b>	1	1	-	-	2
119	<b>MANEJO COLETIVO</b>	-	1	-	-	1
120	<b>MANEJO FLORESTAL</b>	-	3	-	-	3
121	<b>MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL</b>	-	1	-	-	1
122	<b>MANGUEZAL</b>	1	-	-	-	1
123	<b>MEIO AMBIENTE</b>	-	-	1	-	1
124	<b>MIGRAÇÃO</b>	-	1	-	-	1
125	<b>MIGRAÇÃO INTERNACIONAL</b>	-	3	-	-	3
126	<b>MODELAGEM HIDROLÓGICA</b>	-	-	-	1	1
127	<b>MONITORAMENTO AMBIENTAL</b>	-	2	-	-	2
128	<b>MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	-	1	-	-	1
129	<b>MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b>	1	2	-	-	3
130	<b>NEOEXTRATIVISMO</b>	3	-	-	-	3
131	<b>ORDENAMENTO TERRITORIAL</b>	2	2	-	-	4
132	<b>ORGANIZAÇÕES</b>	-	1	-	-	1
133	<b>ORLA MARÍTIMA</b>	1	-	-	-	1
134	<b>PARQUES URBANOS</b>	3	-	-	-	3
135	<b>PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b>	2	2	-	-	4
136	<b>PERCEPÇÃO AMBIENTAL</b>	-	-	3	-	3
137	<b>PESCA</b>	2	1	-	-	2
138	<b>PESCA ARTESANAL</b>	2	1	-	-	3
139	<b>PLANEJAMENTO</b>	2	-	-	-	2
140	<b>PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO</b>	3	-	-	-	3
141	<b>PLANO DIRETOR</b>	2	-	-	-	2
142	<b>PLANO DIRETOR URBANO</b>	1	-	-	-	1
143	<b>PLANO DE MANEJO</b>	3	-	-	-	3
144	<b>POLÍTICA INDUSTRIAL</b>	-	1	-	-	1
145	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	4	8	-	-	12
146	<b>POLUIÇÃO SONORA</b>	-	-	2	-	2
147	<b>POPULAÇÕES TRADICIONAIS</b>	1	2	1	-	4
148	<b>PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR</b>	1	1	-	-	2
149	<b>QUILOMBOLAS</b>	-	2	-	-	2
150	<b>RECICLAGEM</b>	-	3	-	-	3
151	<b>REDES</b>	-	1	-	-	1
152	<b>REFUGIADOS AMBIENTAIS</b>	1	-	-	-	1
153	<b>REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b>	-	1	-	-	1
154	<b>RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX)</b>	1	2	1	1	5

155	RESERVA FLORESTAL LEGAL	-	-	1	-	1
156	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RDS)	1	-	1	-	2
157	RESÍDUOS SÓLIDOS	5	1	2	-	8
158	RESÍDUO SOLÍDO URBANO	1	1	-	-	2
159	RISCO	2	-	-	-	2
160	RISCO AMBIENTAL	1	-	-	-	1
161	RISCO NATURAL	2	-	-	-	2
162	RISCO SOCIAL	1	-	-	-	2
163	SENSORIAMENTO REMOTO	2	-	1	1	4
164	SERVIÇOS AMBIENTAIS	1	-	1	-	2
165	SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFS)	1	-	-	2	3
166	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1	-	-	-	1
167	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)	2	-	1	-	3
168	SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	1	-	-	-	1
169	SOCIEDADE SUSTENTÁVEL	-	2	-	-	2
170	SUSTENTABILIDADE	1	3	-	-	4
171	TECNOLOGIA SOCIAL	1	-	-	-	1
172	TERRAS INDÍGENAS	-	-	-	1	1
173	TERRITORIALIDADE	3	5	2	-	10
174	TERRITÓRIO	7	7	2	-	16
175	TERRITORIO DE PESCA	1	-	-	-	1
176	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	3	-	-	-	3
177	TURISMO	3	1	-	-	4
178	TURISMO SUSTENTÁVEL	3	-	3	-	6
179	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	6	3	4	3	16
180	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INTEGRAL	1	-	1	-	2
181	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL	1	-	1	-	-
182	URBANIZAÇÃO	-	3	-	-	3
183	VARIABILIDADE CLIMÁTICA	1	-	-	-	1
184	VULNERABILIDADE	8	1	-	-	9
185	VULNERABILIDADE CLIMÁTICA	1	-	-	-	1
186	ZONA COSTEIRA	1	-	-	-	1
187	ZONA DE AMORTECIMENTO	-	1	-	-	1
188	ZONA DE PRESERVAÇÃO	1	-	-	-	1
189	ZONEAMENTO AMBIENTAL	1	-	-	-	1

Apêndice C – Microtesauro sobre gestão ambiental



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA (PPGDAM)**  
**MESTRADO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO**  
**LOCAL**

**Paulo Cesar Chagas Maia**

**MICROTESAURO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL**

**Belém**  
**2015**

**Paulo Cesar Chagas Maia**

**MICROTESAURO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL**

**Trabalho desenvolvido como parte para obtenção de título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.**

**Orientador: Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho**

**Co-orientadora: Prof. Dra. Marise Teles Condurú**

**Belém  
2015**

**SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>91</b>
<b>2</b>	<b>ÂMBITO TEMÁTICO</b>	<b>92</b>
<b>3</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>92</b>
<b>4</b>	<b>IDIOMA</b>	<b>92</b>
<b>5</b>	<b>TERMOS</b>	<b>92</b>
<b>6</b>	<b>FORMAS DE APRESENTAÇÃO</b>	<b>93</b>
<b>7</b>	<b>RELAÇÕES E CONVENÇÕES</b>	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

O tesouro é uma ferramenta terminológica capaz de representar e padronizar termos e conceitos científicos usados na temática gestão do meio ambiente. Ele quando bem estruturado e elaborado pode realizar um mapeamento temático das terminologias ambientais utilizadas por pesquisadores e cientistas. Além de destacar alguns termos que estão sendo empregados e evidenciá-los para que possa auxiliar na sua compreensão quando empregados dentro da área da gestão ambiental.

O tesouro é definido como “uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, em que os elementos lingüísticos que o compõe (termos simples ou compostos), encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente” (CURRÁS, 1995).

Em outras palavras, por linguagem especializada entende-se aquela que atua em um domínio restrito; por normalizada, compreende-se uma linguagem controlada; as unidades lingüísticas são termos e, finalmente, por pós-coordenada deseja-se indicar que os termos são combinados no momento de seu uso, em oposição às linguagens pré-coordenadas cujos termos que designam assuntos complexos se coordenam previamente à sua utilização conceitual. (MOREIRA, ALVARENGA ; OLIVEIRA, 2004).

Diante desse contexto, pode-se afirmar a importância dos tesouros como instrumento da linguagem documentária e terminológica. Sales (2008, p.46) afirma que o “tesouro é uma linguagem documentária caracterizada pela especificidade e complexidade existente no relacionamento entre os termos que comunicam o conhecimento especializado”.

Nos dias atuais, são muitos os estudos científicos que abordam a elaboração de tesouros para representar os conceitos de um ou vários domínios de conhecimento. Assim, existem tesouros de Economia, Saúde, Direito, Psicologia, Turismo, Urbanismo, Direito, Arquitetura, ou seja, podem ser elaborados tesouros sobre as grandes áreas do conhecimento humano.

Nos estudos desenvolvidos pelas autoras Van Der Laan (2002), Botelho (2008) e Cervantes (2009), Vargas (2010) mostram que a elaboração dos tesouros facilitam o processo de padronização, organização e recuperação da informação em determinada especialidade. Em suas concepções esse instrumento da linguagem documentária é essencial na recuperação e representação da informação.

O presente microtesouro em gestão ambiental é resultado de uma análise terminológica da produção científica, por meio de 43 teses e 332 dissertações num período de

2009 a 2013 dos seguintes PPGs: PPGEDAM, PPGDSTU, PPGCASA e PPGCA. A sua elaboração propiciou entender melhor as relações conceituais em gestão ambiental, tendo como finalidade o controle terminológico, a recuperação da informação e a padronização da informação ambiental.

### **ÂMBITO TEMÁTICO**

A abrangência desse microtesauro volta-se para a área ambiental, sendo que foi feito um recorte espacial para o campo da gestão ambiental.

### **PÚBLICO ALVO**

Professores, alunos, pesquisadores envolvidos com a pesquisa interdisciplinar na área ambiental.

### **IDIOMA**

Microtesauro monolíngüe com a totalidade dos termos em língua portuguesa.

### **TERMOS**

É chamada termo a palavra ou expressão escolhida para representar um conceito uma única idéia dentro de um contexto específico (VARGAS, 2010). Os termos ambientais foram selecionados na produção científica por meio das teses e dissertações dos seguintes PPGs da CAPES: PPGEDAM, PPGDSTU, PPGCASA e PPGCA. Entretanto para validar e facilitar o relacionamento dos termos foi consultado o Tesouro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por representar um vocabulário controlado que é consultado por várias instituições de pesquisa ambiental e por possuir uma excelente abrangência da temática ambiental.

A área ambiental por ser dinâmica e estar em constante crescimento com o surgimento de novos termos e conceitos ambientais, será possível acrescentar e incluir novos termos neste microtesauro, sempre buscando a sua atualização na sua área de abrangência, no caso desta pesquisa, a gestão ambiental.

## FORMAS DE APRESENTAÇÃO

O presente microtesauro está estruturado por ordem alfabética, onde todos os termos de indexação, preferidos ou não-preferidos, estão organizados em uma só seqüência alfabética. Entretanto, esse microtesauro é precedido por um glossário terminológico, cujo a finalidade é identificar, clarificar e mapear os conceitos existentes na especificidade do campo da gestão ambiental. Os termos selecionados estão em caixa alta e em negrito.

## RELAÇÕES E CONVENÇÕES

O microtesauro em gestão ambiental apresenta a relação conceitual, sendo dividida em relações hierárquicas (termo geral e específico) e associativas (termo relacionado). Para representar estas relação utilizou-se as seguintes siglas: TG (termo geral), TE (termo específico), TR (termo relacionado) e NE (nota de escopo ou nota explicativa).

Exemplos:

### **Relação Geral e Específico**

**TG ÁREAS PROTEGIDAS**

TE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

### **Relação Associativa**

TR GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

### **Nota de Escopo**

NE São espaços territorialmente delimitados, públicos ou privados, sujeitos a normas e limitações, cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais, a eles associados.

## REFERÊNCIAS

CURRÁS, Emília. **Tesauros**: linguagens terminológicas. Brasília: IBICT, 1995. 286p.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível de conhecimento e os instrumentos de representação: tesauros e ontologias. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.6, dez. 2004.

VARGAS, Dóris Fraga. **Estudo metodológico de elaboração de tesauros**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Monografia (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação).

## MICROTESAURO SOBRE GESTÃO AMBIENTAL

### A

#### **TG AGRICULTURA FAMILIAR**

TE DENDÊ

TE ÓLEO DE PALMA

TE OLEOS VEGETAIS

TR BIODISEL DE DENDÊ

TR SISTEMAS AGROFLORESTAIS

NE É entendida como uma instituição provedora da reprodução da família com raízes fixadas na relação direta com a terra e com a produção e meios de sustento provenientes da agricultura, além de haver uma forte relação que se perpetua entre as gerações de uma família de agricultores, agregando princípios de reciprocidade nas relações, inclusive nas relações econômicas.

#### **TG ÁGUA**

TE ÁGUA DOCE

TE ÁGUA PLUVIAL

TR ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TR APROVEITAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA

NE Recurso natural indispensável a vida da terra, de disponibilidade limitada que, enquanto bem público, é de domínio do estado.

#### **TG ÁREAS PROTEGIDAS**

TE ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

TE RESERVA EXTRATIVISTA

TE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

TE PARQUE URBANO

NE São espaços territorialmente delimitados, públicos ou privados, sujeitos a normas e limitações, cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais, a eles associados.

#### **TG ARRANJO PRODUTIVO LOCAL**

TE CLUSTER INDUSTRIAL

TE CONGLOMERADOS DE EMPRESAS

NE É um modelo de integração econômica territorial e de sua inserção na economia globalizada, considerando os interesses e demandas das economias locais.

### **TG ASSOCIAÇÕES**

TE COOPERATIVA

TE COOPERATIVISMO

TR CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES

NE São organizações sem fins lucrativos que objetivam representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social destes. Possuem compromissos educativo, social e econômico e tem como principal função a negociação com o governo.

### **TG AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL**

TE PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL

TE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

TE RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

TR IMPACTO SÓCIO AMBIENTAL

NE É um instrumento de política ambiental, formado por um conjunto de procedimentos, capaz de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta e de suas alternativas.

## **B**

### **TG BACIA HIDROGRAFICA**

TE RIO

TE IGARAPÉ

TE BACIA DE DRENAGEM

TR MICROBACIAS

TR MESOBACIA HIDROGRAFICA

NE É uma área da superfície terrestre que drena água sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum podendo ser desenvolver em diferentes tamanhos.

## C

### **TG CAMPESINATO**

TE CAMPONESES

TR CABOCLO CAMPONÊS

TR ASSENTAMENTO HUMANO

NE É um modo de vida, ou uma forma de organização social de pequenos produtores rurais, que tem por base as relações familiares e de parentesco.

### **TG CARTOGRAFIA**

TE CARTOGRAFIA TEMÁTICA

TE CARTOGRAFIA DINÂMICA

TE REPRESENTAÇÃO CARTOGRAFICA

TR ESPACIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

NE É a ciência da representação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, suas relações e suas transformações ao longo do tempo, por meio de representações cartográficas que reproduzem os aspectos da realidade de forma gráfica e generalizada.

### **TG COMPETÊNCIA**

TE COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

TE COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

NE É o conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que credenciam um profissional a exercer determinada função.

### **TG COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA**

TE COMUNICAÇÃO LOCAL

NE É entendida numa perspectiva de igualdade entre emissor e receptor, fazendo com que o veículo comunitário surja como resposta prática às necessidades que tem a localidade de conhecer seus próprios problemas buscando assim o desenvolvimento local.

### **TG COMUNIDADES LOCAIS**

TE COMUNIDADES TRADICIONAIS

TE RIBEIRINHOS

TE AGRICULTOR RIBEIRINHO

**TR PRODUTOR RURAL RIBEIRINHO**

NE Populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

**TG CONTABILIDADE AMBIENTAL****TE ICMS ECOLÓGICO**

NE É um conjunto de informações que relatam adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade, relativas à área ambiental, que modificam seu patrimônio.

**TG COOPERATIVISMO****TE ECONOMIA SOLIDÁRIA****TE COOPERATIVAS****TE COOPERAÇÃO**

NE É entendido como um sistema reformista da sociedade que visa resultados favoráveis através de uma atividade coletiva que inclui o aspecto social.

**D****TG DEGRADAÇÃO AMBIENTAL****TE IMPACTO AMBIENTAL****TE DESMATAMENTO**

NE Processo resultante de danos ao meio ambiente pelo qual se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades.

**TG DENDÊ****TE ÓLEO DE PALMA****TR BIODISEL DE DENDÊ**

NE É uma planta perene de grande porte, que começa a produzir comercialmente três anos após o plantio, com vida útil de vinte cinco a trinta anos, apresenta picos de produção entre o sétimo ao décimo quinto ano, decrescendo a produção até o final da vida útil.

**TG DESASTRE****TE DESASTRE AMBIENTAL****TE DESASTRE NATURAL**

**TE DESASTRE HUMANO**

NE É um fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos.

**TG DESENVOLVIMENTO**

TE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TE DESENVOLVIMENTO LOCAL

TE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

TE DESENVOLVIMENTO RURAL

TE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

TR ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

TR CADEIA PRODUTIVA

TR CAPITAL SOCIAL

NE É um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.

**TG DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

TE COMUNIDADE RIBEIRINHA

NE É o processo de gestão dos recursos locais, aperfeiçoando e articulando as redes sociais existentes com os recursos ali disponíveis e com os contextos externos de relação do território local, para o atendimento duradouro das demandas comunitárias.

**TG DESENVOLVIMENTO LOCAL**

TE CAPITAL SOCIAL

TE CADEIA PRODUTIVA

TE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TE ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

TR POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NE É o desenvolvimento que se caracteriza por ser endógeno, nasce das forças internas da sociedade; constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões.

**TG DESENVOLVIMENTO RURAL**

TE REFORMA AGRÁRIA

TR TERRITORIO RURAL

NE Significa a diversificação da produção que vai ao mercado, o cuidado com a paisagem, o fortalecimento dos laços no mercado de produtos.

**TG DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

TE SUSTENTABILIDADE

TE SUSTENTABILIDADE SOCIO AMBIENTAL

NE É o desenvolvimento focado em utilizar os frutos do crescimento (capital) para reduzir os fluxos materiais, recuperar o meio-ambiente e redistribuir renda, se opõe ao cerne do crescimento quantitativo, que rege a lógica do capital mundial.

**TG DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

TE DINÂMICAS ESPACIAIS

TE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

NE É local que detêm as fontes específicas e as vantagens concorrenciais para se elevar o nível de desenvolvimento e obter melhorias para os territórios, mesmo estes sendo passivos de conflitos, em algumas ordens.

**TG DESIGN AMBIENTAL**

TE ECODESIGN

TE DESIGN SUSTENTÁVEL

NE É uma espécie de design estratégico, ou seja, o projeto de estratégias aplicadas pelas empresas que se impuseram seriamente a prospectiva da sustentabilidade ambiental.

**TG DIREITO AMBIENTAL**

TE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

TE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

NE Conjunto de princípios e regras que disciplina todas as atividades direta ou indiretamente relacionadas com uso racional dos recursos naturais.

**E**

**TG ECONOMIA AMBIENTAL**

**TE ECONOMIA ECOLÓGICA**

**TR COOPERATIVISMO**

**NE** Ramo da economia que está se desenvolvendo de forma a proporcionar a valoração dos bens e recursos naturais cabíveis.

**TG ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**TE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**TE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

**NE** Termo que surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho.

**TG EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**TE EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA**

**TE EDUCAÇÃO RURAL**

**TE EDUCAÇÃO NO CAMPO**

**TR INDICADORES EDUCACIONAIS**

**NE** É uma proposta de uma educação que visa a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

**TG ERVAS MEDICINAIS**

**TE PLANTAS FITOTERÁPICAS**

**TE PLANTAS MEDICINAIS**

**TR ETNOFARMACIA**

**TR REMÉDIOS CASEIROS**

**NE** São ervas encontradas na natureza em grande variedade. Com vasta possibilidade de utilização, elas são muito úteis na culinária, no uso medicinal e também em outros campos.

## **F**

**TG FENÔMENOS METEOROLÓGICOS**

**TE CHEIAS**

TE SECA

TE ENCHENTE

TE PRECIPITAÇÃO

NE São os objetos de estudo da ciência atmosférica. Esses fenômenos são mensurados pelos seus componentes principais (luz, água, eletricidade) ou por variáveis meteorológicas (temperatura, pressão, umidade do ar).

### **TG FITOTERAPIA**

TE FITOTERAPIA SOLIDÁRIA

TE FITOTERAPIA POPULAR

TE TERAPIA POPULAR

TR MEDICAMENTO FITOTERAPICO

NE Especialidade que promove o tratamento das doenças por meio de plantas medicinais.

### **TG FRONTEIRA**

TE FRONTEIRA CONSOLIDADA

TE FRONTEIRA DE EXPANSÃO

TR FRENTE PECUÁRIA

TR FRENTE MADEIREIRA

TR FRENTE MINERAÇÃO

NE Representa um espaço de conflitos e litígios, um lugar onde as relações de poder são explicitadas econômica e culturalmente, pois se trata de espaços ocupados por grupos sociais distintos com interesses diversificados em contextos históricos diferentes.

## **G**

### **TG GEOPROCESSAMENTO**

TE GEOTECNOLOGIA

TE SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

TE SENSORIAMENTO REMOTO

TR MODELAGEM DE DADOS

NE É um conjunto das ciências e/ou tecnologias destinadas à coleta e tratamento de informações espaciais.

**TG GESTÃO**

TE GESTÃO AMBIENTAL

TE GESTÃO DEMOCRÁTICA

TE GESTÃO PARTICIPATIVA

NE Sob a ótica da administração, está relacionado com o conjunto de recursos decisórios e a aplicação das atividades destinadas aos atos de gerir.

**TG GESTÃO AMBIENTAL**

TE PLANO DE MANEJO

TE CONSELHO DELIBERATIVO

TE MONITORAMENTO AMBIENTAL

TE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

TE POLÍTICA AMBIENTAL

TE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

TE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

TR PLANO DE AÇÃO AMBIENTAL

TR IMPACTO SÓCIO-AMBIENTAL

TR IMPACTO AMBIENTAL

TR GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

NE É a condução, a direção e o controle pelo governo do uso dos recursos naturais, através de determinados instrumentos, o que inclui medidas econômicas, regulamentos e normalização, investimentos públicos e financiamento, requisitos interinstitucionais e judiciais.

**TG GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL**

TE PLANEJAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

TE PLANO DIRETOR MUNICIPAL

NE É o processo administrativo que encarrega ao poder público local e a sociedade civil organizada, o poder de formular, implementar e avaliar as políticas ambientais expressas em planos, programas e projetos.

**TG GESTÃO DEMOCRÁTICA**

TE CONSELHO DELIBERATIVO

TE GESTÃO PARTICIPATIVA

NE É uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia

### **TG GESTÃO PARTICIPATIVA**

TE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

TE PARTICIPAÇÃO POPULAR

TE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

TR DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

NE É a gestão que pretende transformar as pessoas em parceiros, de modo que os mesmos participem efetivamente dos processos decisórios como agentes modificadores e formadores de opinião.

### **TG GESTÃO DA ÁGUA**

TE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TE ÁGUA

TE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

NE É concebida através de métodos organizados, cujo objetivo principal é solucionar os problemas concernentes ao uso e ao controle dos recursos hídricos, atendendo, dentro de suas limitações econômicas e ambientais e considerando os princípios de justiça social, à demanda pela sociedade, a partir das disponibilidades limitadas, previstas em estudos de investigação e diagnóstico.

### **TG GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

TE ÁGUA

TE RECURSOS HÍDRICOS

TR USO DE ÁGUA

NE É o conjunto de ações destinadas a regular o uso, o controle e a proteção dos recursos hídricos, em conformidade com a legislação e normas pertinentes.

### **TG GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

TE LIXO

TE RESÍDUO SÓLIDO

TE RESÍDUO SÓLIDO URBANO

**TR RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

NE É o processo que compreende as ações referentes à tomada de decisões políticas e estratégicas quanto aos aspectos institucionais, operacionais, financeiros, sociais e ambientais relacionados aos resíduos sólidos, capaz de orientar a organização do setor.

**TG GESTÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

TE GESTÃO AMBIENTAL

TE CONSELHOS

TE PLANO DE MANEJO

NE É um conjunto de elementos, aspectos e informações pertinentes às unidades de conservação que trabalham de maneira inter-relacionada, com a finalidade de padronizar procedimentos, registros e de operacionalização de atividades.

**TG GOVERNANÇA**

TE GOVERNANÇA AMBIENTAL

TE GESTÃO

TR GOVERNO

NE É a criação de condições para regras planejadas e a ação coletiva ou instituições de coordenação social, podendo ser considerada como o processo de resolução de conflitos e de geração de uma visão e coordenação para a sustentabilidade.

**I****TG IMPACTO AMBIENTAL**

TE DANO AMBIENTAL

TE DESASTRE ECOLÓGICO

NE É qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente a saúde, a segurança e o bem estar da população.

**TG INDICAÇÃO GEOGRÁFICA**

TE DENOMINAÇÃO DE ORIGEM

TE INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA

TE REGIÃO

NE É uma ferramenta coletiva capaz de valorizar as características diferenciadas de produtos permitindo a agregação de valor e protegendo de falsificações, permitindo um diferencial de mercado em função das características de seu local de origem e o modo de produção.

### **TG INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE**

TE SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

TR BARÔMETRO DE SUSTENTABILIDADE

NE São instrumentos de mensuração que devem ser adequados à realidade ambiental e socioeconômica da região a ser avaliada.

### **TG INFORMAÇÃO**

TE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

TE GESTÃO DO CONHECIMENTO

TE INFORMAÇÃO AMBIENTAL

TR COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

NE É um conjunto de dados, os quais devidamente processados são providos de um determinado significado e contexto para o sistema.

## **L**

### **TG LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

TE LICENÇA AMBIENTAL

TE LICENÇA PRÉVIA

TE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

TE LICENÇA DE OPERAÇÃO

NE Constitui um importante instrumento de gestão do ambiente, na medida em que, por meio dele, a Administração pública busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, de forma a compatibilizar o desenvolvimento econômico com preservação do equilíbrio ecológico.

## **M**

### **TG MIGRAÇÃO**

TE IMIGRAÇÃO

TE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

TR FLUXOS MIGRATÓRIOS

TR MIGRAÇÃO DE MULHERES

NE É o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra, que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência.

## **TG MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

TE EXTREMO CLIMÁTICO

TE PRECIPITAÇÃO

TE RISCO CLIMÁTICO

TE VULNERABILIDADE

TE VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

TR ANÁLISE DE RISCO

TE EVENTOS CLIMÁTICOS

TE ENCHENTE

TE INUNDAÇÃO

TR IMPACTO CLIMÁTICO

TR CONTROLE DE ENCHENTE

NE Este fenômeno corresponde à mudança direta ou indiretamente atribuída à atividade humana, que altere a composição da atmosfera global e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

## **O**

### **TG ORGANIZAÇÕES**

TE MOVIMENTO SOCIAL

TE ASSOCIATIVISMO

TR ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

NE São locais de ação social que funcionam como sistemas pensados para atingir metas formais definidas por intermédio da tomada de decisão racional. E elas podem ser organizações políticas, econômicas, sociais.

## **P**

### **TG PESCA**

TE PESCA ARTESANAL

TE PESCADOR ARTESANAL

TR TERRITÓRIO DA PESCA

TR PESCA DE ESPINHAL

NE É toda atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal ou mais freqüente de vida e que seja ou não submetido a aproveitamento econômico.

### **TG PESCA ARTESANAL**

TE PESCADOR

TR COURO DE PEIXE

TR ICTIOCouro

NE É a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias que utilizam pequenas quantias de capital e meio de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos.

### **TG PLANEJAMENTO**

TE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

TE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

TE PLANEJAMENTO URBANO

TE PLANO DIRETOR

TR PLANO DIRETOR MUNICIPAL

NE É uma ação pautada por uma perspectiva de transformação na consciência das pessoas, antes de transformar a realidade através da práxis, ele implica em um processo pedagógico onde a comunicação se torna fundamental em seus aspectos de linguagem e métodos.

### **TG PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**

TE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

TE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

TE METODOLOGIAS PARTICIPATIVOS

NE É o processo de construção coletiva em que se vai fazendo e aprendendo, a partir de um conhecimento preliminar que referencia o fazer, o compreender e o interpretar a realidade e o próprio procedimento coletivo de criação, o processo completo de planejamento alimenta-se, indefinidamente, na trilogia dialógica do sabendo-fazendo-aprendendo (sabendo mais).

### **TG POLÍTICAS PÚBLICAS**

TE POLÍTICA EDUCACIONAL

TE POLÍTICA HABITACIONAL

TE POLÍTICAS DE SAÚDE

NE São diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

### **TG POPULAÇÃO TRADICIONAL**

TE COMUNIDADES LOCAIS

TE COMUNIDADES RURAIS

TE POPULAÇÕES LOCAIS

TE POPULAÇÕES INDÍGENAS

NE São aquelas populações que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável.

## **R**

### **TG RECURSOS HÍDRICOS**

TE BACIA HIDROGRÁFICA

TE ÁGUA

TE ÁGUA PLUVIAL

TR USO DA ÁGUA

TR GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS

TR TRATAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA

NE Recursos da água, existentes em um determinado território, destinados a atender a diversas necessidades, com prioridade para o abastecimento de água.

### **TG RECURSOS NATURAIS**

TE RECURSOS FLORESTAIS

TE CARVÃO VEGETAL

TE MADEIRA NATIVA

TR REFLORESTAMENTO

NE Fontes de riquezas naturais utilizáveis pelo ser humano, com a água, solo, as florestas, os campos, a vida animal, os minerais e a paisagem.

### **TG RESERVA EXTRATIVISTA**

TE EXTRATIVISMO

TE NEOEXTRATIVISMO

TE FLORESTA

TE RESERVA FLORESTAL

TE RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

NE É uma Unidade de Conservação (UC) destinada à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais extrativistas.

### **TG RESÍDUOS**

TE RESÍDUOS SÓLIDOS

TR GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

NE Restos das atividades humanas, consideradas como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, no estado sólido, semi-sólido ou semi-líquidos.

### **TG RESÍDUOS SÓLIDOS**

TE RESÍDUO SÓLIDO URBANO

TR LIXO

TR LIXÃO

TR RECICLAGEM DE LIXO

TR CATADORES DE LIXO

NE São materiais heterogêneos (inertes, minerais e orgânicos) resultantes das atividades humanas e da natureza, os quais podem ser parcialmente utilizados, gerando, entre outros aspectos, proteção à saúde pública e economia de recursos naturais.

### **TG RISCO**

TE RISCO AMBIENTAL

TE RISCO CLIMÁTICO

TE RISCO SOCIAL

TE RISCO NATURAL

TR MAPA DE RISCO AMBIENTAL

TR GESTÃO DOS RISCOS

NE É uma medida da probabilidade e severidade de um efeito adverso para a saúde, propriedade ou ambiente.

### **TG RISCO AMBIENTAL**

TE RISCO NATURAL

TE RISCO SOCIAL

TR VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

TR REFUGIADO AMBIENTAL

TR ENCHENTE

TR INUNDAÇÃO

NE É uma forma de relacionar-se com o futuro, expressa pela probabilidade de que uma determinada ameaça ocorra, causando danos aos seres humanos e ao seu bem-estar, ou seja, o risco fundamenta a existência de indivíduos, organizações e sociedade que vem sendo amplamente discutido devido aos acidentes industriais, ao aumento de poluição ambiental, ao aquecimento global

### **TG RISCO NATURAL**

TE ACIDENTES NATURAIS

TR GESTÃO DOS RICOS

NE É a probabilidade que um local tem de ser afetado por conta de uma ameaça natural, associada à falta de medidas adequadas para minimizar seus impactos negativos relacionado ao alto grau de vulnerabilidade social.

## S

### **TG SERVIÇOS AMBIENTAIS**

TE POLUIÇÃO DO AR

TE REGULAÇÃO CLIMÁTICA

TE REGULAÇÃO DE POLUIÇÃO DE RESÍDUOS

TE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

NE São atividades ocasionadas de modo espontâneo por componentes do sistema ambiental, cujos resultados impactam direta ou indiretamente na manutenção e na reprodução dos modos de vida de grupos humanos.

### **TG SISTEMA DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA**

TE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

TE ÁGUA

NE É o conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável de uma comunidade para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos.

## T

### **TG TERRITÓRIO**

TE FRAGMENTO DE TERRITÓRIO

TE TERRITORIALIDADE

TE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

TR ORDENAMENTO TERRITORIAL

TR SISTEMA TERRITORIAL

TR TERRITORIO RURAL

NE é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço. O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja, energia e informação e que por consequência revela relações marcadas pelo poder.

### **TG TURISMO**

**TE TURISMO SUSTENTÁVEL**

**TR REGIÃO TURÍSTICA**

**TR ECOTURISMO**

NE É o movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. A essência do turismo está na relação das pessoas umas com as outras e destas com os espaços em que elas e os outros vivem.

**TG TURISMO AMBIENTAL**

**TE ECOTURISMO**

**TR TURISMO SUSTENTÁVEL**

NE É um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para assegurar a qualidade de vida da comunidade; proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente do qual dependem tanto a comunidade como o turista.

## **U**

**TG UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

**TE ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

**TE PARQUE URBANO**

**TR SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

NE É uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos.

**TG URBANIZAÇÃO**

**TE PLANEJAMENTO URBANO**

**TE CENTRALIDADE URBANA**

**TR CIDADE MÉDIA URBANA**

**TR REDE URBANA**

**TR CIDADES RIBEIRNHAS**

NE É a forma espacial da organização social em constante transformação, cuja expressão se materializa nas modificações evidenciadas no meio ambiente edificado.

**V****TG VULNERABILIDADE****TE VULNERABILIDADE CLIMÁTICA**

NE É a combinação de características de uma pessoa ou grupo, expressa em relação à exposição à ameaça, possuindo ampla relação com o status social e poder econômico do indivíduo ou da comunidade envolvida.

**Z****TG ZONA COSTEIRA****TE ESPAÇO LITORÂNEO****TR TERRITÓRIO COSTEIRO**

NE É o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre.

## GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO EM GESTÃO AMBIENTAL

### A

#### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Constitui-se num conjunto de obras, instalações e serviços, destinados a captar, tratar e distribuir água a uma população, em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades da mesma, para fins de consumo doméstico, comercial, público e industrial.

FENZEL, N; MENDES, R. L. R; FERNANDES, L. L. **A sustentabilidade do sistema de abastecimento de água:** da captação ao consumo de água em Belém. Belém: NUMA/UFPA, 2010.

#### AÇÃO COLETIVA

É um conjunto das relações sociais estabelecidas por indivíduos agindo coletivamente para conquistar benefícios que não alcançariam individualmente. Essa definição dá origem ao conceito de organização, qual seja, grupo de indivíduos com interesses comuns que julgam que as ações individuais e desorganizadas são menos eficientes que as coletivas na busca de seus interesses e, portanto, sob certas circunstâncias, atuam de maneira coordenada.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. UNB: São Paulo, 2004.

#### ACORDO DE PESCA

É um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definidos geograficamente.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa n. 9 de 31 de dezembro de 2002. Diário Oficial da União.** Brasília, DF: 01 de jan. de 2003.

É um conjunto de regras de acesso e de uso dos recursos pesqueiros numa determinada região, ou seja, recursos comuns que podem se reproduzir e não extinguir-se, dependendo das regras e do respeito a elas por parte da população.

OSTROM, E. Reformulando losbienescomunes.:In: Smith,Richard Chase; Pinedo, Danny (edt.) **El cuidado de losbienescomunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques enlaAmazonía.** Lima: Instituto delBien Comum; IEP, 2002.

#### ADAPTAÇÃO

Como a capacidade de um sistema para se adaptar aos estímulos climáticos e seus impactos, tendo como objetivo minimizar os danos causados por estas mudanças através da elaboração de técnicas, planos e medidas econômicas, sociais, ambientais e culturais.

BURCH, S. Transforming barriers into enablers of action on climate change: insights from three municipal case studies in British Columbia, Canada. **Global Environmental Changen**, n. 20, p. 287-297, 2010.

## AGRICULTURA FAMILIAR

É a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.

NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista Nera**, v. 7. São Paulo, 2006.

É entendida como uma instituição provedora da reprodução da família com raízes fixadas na relação direta com a terra e com a produção e meios de sustento provenientes da agricultura, além de haver uma forte relação que se perpetua entre as gerações de uma família de agricultores, agregando princípios de reciprocidade nas relações, inclusive nas relações econômicas, funcionando como uma rede de relacionamentos.

MARTINS, J. de S. **Impasses sociais e políticas em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**, 2001.

É aquela em que a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo, não sendo, em hipótese alguma, uma atividade alheia ao sistema capitalista, mas sim inserida nele. Interpreta a agricultura familiar como categoria antiga, mas só recentemente ganhou um novo sentido, atribuindo ao agricultor à idéia de produtor moderno com a introdução de políticas que o inclinam a uma produção com perspectivas econômicas.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999

É uma forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes da propriedade.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectiva**, v.1, n.2, 1997.

## AMBIENTE URBANO

São as habitações urbanas, os lares, que são os maiores desafios na estruturação das cidades e na organização dos espaços urbanos em especial nos grandes centros.

OLIVEIRA, J. A. de. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

## APROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA

Consiste em um modelo alternativo de abastecimento de água que faz uso das superfícies impermeáveis, entre elas: telhados, lajes, calçadas, entre outras, que visam coletar o produto das precipitações pluviométricas, em reservatório próprio para este fim que, após receber ou não tratamento, pode ser consumida com fins potáveis ou não potáveis em ambientes: doméstico, comercial ou industrial, com utilização pública ou privada.

VELOSO, Nircele da Silva Leal. **Água da Chuva e Desenvolvimento Local: o caso do abastecimento das ilhas de Belém**. 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

## AQUICULTURA

É um termo que se refere a um conjunto de criações de organismos que vivem parte ou a totalidade de suas vidas no meio aquático, tais como peixes, moluscos, anfíbio, répteis, crustáceos e algas. Para um produto ser considerado de origem aquícola, é necessário que durante o seu processo de criação ou cultivo haja algum tipo de intervenção humana que tenha como objetivo o aumento da produção, tais como adubação, integração com outras espécies, alimentação artificial, controle populacional, proteção contra predadores, aeração artificial.

TACON, A. J. Analyse des tendances de production en aquaculture in: FAO. **État de l'aquaculture dans le monde**. Rome. FAO, 2003, p. 5-46.

## **ANÁLISE DE RISCO**

O uso de informação disponível para estimar o risco para indivíduos ou populações, propriedades ou o ambiente. A análise de risco, geralmente, contém as seguintes etapas: definição do escopo, identificação do perigo e determinação do risco.

CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO, Naíse de Oliveira; RIO, Gisela Aquino Pires do. Riscos Ambientais e Geografia: conceituações, abordagens e escalas. In: **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 28, n.2, p.11-30, 2005.

## **ANÁLISE DE RISCO AMBIENTAL**

Consiste na avaliação dos riscos por meio de perspectivas técnicas capazes de antecipar possíveis danos à saúde humana ou aos ecossistemas, na avaliação dos eventos causadores desses danos em função do espaço e do tempo.

SILVA, C.C.A. Gerenciamento de Riscos Ambientais. In: PHILIPPI JR, A.; ROMERO; M. e BRUNA, G. (Eds). **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.

## **ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA)**

É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem por objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002** : regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: MMA/SBF, 2004.

São áreas de manejo sustentável, onde se procura conciliar a preservação dos recursos ambientais com a exploração sustentável de parte destes. sustenta ainda que a criação das APAs parece constituir-se de na estratégia adequada e única no momento, capaz de viabilizar a proteção de parcelas consideradas significativas de recursos naturais.

CAMARGO, Regina Stela Néspoli de. **Regulamentação da APA Corumbataí-SP**. In: Análise Ambiental: Uma visão Multidisciplinar. Sâmia Maria Taruk (org.). 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1995.

## **ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE)**

Área pública ou privada de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e extraordinárias características naturais e /ou com exemplares raros da biota regional, na qual os objetivos são: manter os ecossistemas naturais e regular o uso compatível com a conservação da natureza. Em caso de propriedades privadas, pode haver restrições no uso.

MONTEIRO, M. J. S. **Gestão ambiental em unidade de conservação**: proposta de instalações ecoturísticas na Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá. 91f. Monografia (Graduação em Administração: Gestão Ambiental) - Instituto de Estudos Superiores da Amazônia-IESAM, Belém, 2007.

## ÁREAS PROTEGIDAS

São estratégias para a conservação da natureza, que tem por objetivo resguardar determinados espaços que caracterizam biomas ecologicamente importantes.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

São espaços territorialmente delimitados, públicos ou privados, sujeitos a normas e limitações, cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais, a eles associados.

LEUZINGER, M. **Meio Ambiente**: propriedade e repartição constitucional de competências. Rio de Janeiro: Ed. Esplanadas, 2002.

É como uma área de terra/mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da biodiversidade e de seus recursos naturais e culturais associados, e manejada através de instrumentos legais e outros meios efetivos.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil**: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

É uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU-BRASIL). Artigo 2. Utilização de Termos. **Convenção sobre Diversidade Biológica - CBD**.

## ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

É um modelo de integração econômica territorial e de sua inserção na economia globalizada, considerando os interesses e demandas das economias locais .

BARQUERO, AntonioVázquez. **Desarrolloendogeno**. Universidad Autónoma de Madrid. EndogenousDevelopment. Networking, innovation, institutionsandcities. Routledge, Londres, 2002.

É um aglomerado de empresas (constituído por unidades de pequeno e médio porte, com ou sem a presença de uma grande empresa), localizado em um território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que mantém vínculos de articulação entre as unidades participantes e delas com outros atores institucionais (governo, associações, estabelecimentos de crédito, etc).

LIMA, Adelaide Motta e LOPES, Vítor. **Arranjos produtivos locais: conceito e experiências em discussão**. Salvador: SEI, 2003.

São aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, com especialização produtiva e com vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem, entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

SEBRAE. **Atuação do SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais**. Vitória, ES, Seminário de Arranjos Produtivos Locais – APL, 13 maio de 2009.

São organizações que prevê a existência de uma concentração geográfica de empresas, fornecedores, prestadores de serviços, entidades associadas, competitivas e cooperadas entre si. Este tipo de arranjo caracteriza-se por ser uma cadeia de produção compartilhada e especializada, em que o grau de colaboração, de cooperação e de complementaridade entre os empreendimentos e com outros agentes, instituições de ensino, pesquisa e fomento.

IBGM. Instituto Brasileiro de Gemas & Metais Preciosos. **Políticas e ações para a cadeia produtiva de gemas e jóias**. Brasília, 2005

São aglomerações locais que contam com o envolvimento de agentes econômicos, políticos e sociais, que com foco em atividades de um segmento econômico específico, apresentam vínculos entre si, mesmo que insipientes. Essas aglomerações locais apresentam a participação e a interação entre empresas produtoras de bens de capital, serviços, fornecedoras de insumos e comercializadoras para os produtos da aglomeração.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Novas políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos locais**. Parcerias Estratégicas, 2003. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/Artigos/LasCasParcerias.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

## ASSENTAMENTO RURAL

São novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais, ou seja, é a forma de acesso e democratização da terra àqueles que historicamente foram alijados dos projetos de desenvolvimento do país e que historicamente, muitas vezes foram diretamente prejudicados por tais projetos.

BERGAMASCO, Sonia M.; NORDER, Luis A. Coelho. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

## ASSOCIAÇÕES

São organizações sem fins lucrativos que objetivam representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social destes. Possuem compromissos educativo, social e econômico e tem como principal função a negociação com o governo. Tais entidades são vistas, como “sistema paralelo e parapolítico que aglutina mais que os partidos políticos e a partir do qual se estrutura ação política.

OLIVEIRA, Francisco. **Os protagonistas do drama: estado e sociedade no Brasil**. In: Larangeira, S. (org.). São Paulo, 1990.

São processos de criação coletiva por meio dos quais os membros de uma coletividade aprendem juntos, ou seja, inventam e fixam juntos novas maneiras de lidar com os jogos sociais da cooperação e do conflito e adquirem as capacidades de conhecimento, de relacionamento e de organização correspondentes.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E., (1977), **L'acteur et le système**. Paris: Ed. duSeuil.

## ATERRO CONTROLADO

Local de disposição final de resíduos sólidos urbanos no qual não são aplicadas todas as técnicas necessárias para assegurar a efetiva proteção ao meio ambiente e à saúde pública, configurando solução inadequada para disposição final.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil - 2008**. São Paulo: ABRELPE, 2009.

Técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores, se necessário.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos (NBR 8419)**. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

### **AUDITORIA AMBIENTAL**

É o processo sistemático e formal de verificação, por uma parte auditora, se a conduta ambiental e/ou o desempenho ambiental de uma entidade auditada atendem a um conjunto de critérios especificados.

PHILIPPI Jr, A.; AGUIAR, A.O. **Auditoria Ambiental**. In: PHILIPPI JR, A.; ROMERO; M. e BRUNA, G. (Eds). Curso de Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole: 805-856. 2004.

### **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE)**

É uma análise mais flexível e contínua das conseqüências ambientais de políticas, planos ou programas, propostos no âmbito de iniciativas governamentais, também podendo ser aplicado em organizações privadas. É realizado nos estágios iniciais da tomada de decisão, com o mesmo peso que considerações sociais e econômicas.

PARTIDÁRIO, M. **Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica: orientações metodológicas**. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente/Amadora, 2007.

### **AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (AIA)**

É o conjunto de métodos e técnicas visando sempre fornecer informações pertinentes à tomada de decisões quanto aos referidos projetos e programas: A execução de uma Avaliação de Impacto Ambiental segue, em geral, as seguintes etapas: i) desenvolvimento de um completo entendimento da ação proposta; ii) aquisição de um completo entendimento do ambiente a ser afetado; iii) determinação dos possíveis impactos sobre as características ambientais, quantificando quando possível, as mudanças e; iv) apresentação dos resultados da análise de maneira tal, que a avaliação das prováveis conseqüências ambientais da ação proposta possa ser utilizada num processo de decisão.

ALMEIDA, J.R. **Licenciamento ambiental brasileiro no contexto da avaliação de impactos ambientais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Consiste na análise das conseqüências ambientais prováveis de uma atividade humana no momento de sua proposição.

RIBEIRO, H. **Estudo de Impacto Ambiental como Instrumento de Planejamento**. In: PHILIPPI JR, A.; ROMERO; M. e BRUNA, G. (Eds). Curso de Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole: 759-790. 2004.

É um instrumento de política ambiental, formado por um conjunto de procedimentos, capaz de assegurar, desde o início do processo, que se faça um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta e de suas alternativas.

MOREIRA, I. V. D. Avaliação de impacto ambiental: instrumento de gestão. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 54-63, jun/1989.

É o processo de identificação, previsão, avaliação e mitigação dos efeitos relevantes de ordem biofísica, social ou outros de propostas de desenvolvimento antes de decisões importantes sejam tomadas.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT - IAIA. **Principles of environmental impact assessment best practice**. Fargo, 1999.

### **AVALIAÇÃO DE RISCO AMBIENTAL**

É definida como o processo por meio do qual se estabelecem os níveis de aceitabilidade de risco para os indivíduos, um grupo social ou toda a sociedade, para grupos específicos de organismos vivos e o ecossistema.

KOLLURU,R.V.; BROOKS,D.G.. Evaluación de riesgos integrada y administración estratégica. In: KOLLURU,R.V.; BARTELL,S.M.; PITBLADO,R.M.; STRICOFF,R.S. (Ed). **Manual de Evaluación y administración de riesgos**. McGraw-Hill. 1998.

É a avaliação que busca inferir os riscos à saúde humana, ao ecossistema e aos bens econômicos gerados por eventuais atividades antrópicas ou fenômenos naturais que possam alterar o equilíbrio ambiental.

CARPENTER, R. A. Risk Assessment. In: VANCLAY, F.; BRONSTEIN, D. A. **Environmental and social impact assessment**. New York, John Wiley & Sons LTDA. 1995.

## **B**

### **BACIA HIDROGRÁFICA**

É uma área conformada por cotas altas, chamadas divisores de águas, que drenam água, sedimentos e materiais dissolvidos para um ponto baixo comum, seja este um canal fluvial, um vale não canalizado, ou ainda o oceano. A bacia hidrográfica é formada por um conjunto de rios, córregos, lagos etc., cuja desembocadura final é a mesma, em geral representada pelos oceanos, rios e lagos.

GWP – GLOBAL WATER PARTNERSHIP; INBO – INTERNATIONAL NETWORK OF BASIN ORGANIZATION. **A handbook for integrated water resources management in basins**. Suécia: Elanders, 2009. 104 p.

Região onde a precipitação é coletada e conduzida para seu sistema de drenagem natural, onde o movimento de água superficial inclui todos os usos da água e do solo existentes na localidade.

FERREIRA, M. I. P. et al. Controle social na gestão dos recursos hídricos: estudo de caso nas Regiões Hidrográficas VIII e IX do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 1, n. 2. Campos dos Goytacazes: Essentia Ed., 2007.

É um conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes.

GUERRA, Antônio Teixeira. Degradação ambiental. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário geológico e geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 184.

É uma área da superfície terrestre que drena água sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum podendo ser desenvolver em diferentes tamanhos.

NETTO, Ana L. C. **Hidrologia de encosta na interface com a Geomorfologia**. Rio de Janeiro : Bertrand, 1995.

É uma área de captação natural da água da chuva que faz convergir os escoamentos para um único ponto de saída. A formação das bacias hidrográficas ocorre devido aos desníveis do terreno que orientam a drenagem das águas numa determinada direção.

TUCCI, C.E.M. *Vazões médias in: Hidrologia aplicada à gestão de pequenas bacias hidrográficas*. Porto Alegre: ABRH, 2001. cap.7, p.113-124.

É uma área de contribuição, delimitada por divisores topográficos e drenada por um sistema interconectado de cursos d'água, ou seja, uma bacia hidrográfica compreende toda a área de captação natural da água da chuva que proporciona escoamento superficial para o canal principal e seus tributários.

VILLELA, S. M.; MATTOS, A. **Hidrologia aplicada**. São Paulo, Editora McGraw Hill do Brasil, 1975.

É o conjunto de terras drenadas por um corpo d'água principal e seus afluentes e representa a unidade mais apropriada para o estudo qualitativo e quantitativo do recurso água e dos fluxos de sedimentos e nutrientes.

PIRES, J. S. R., SANTOS, J. E.; DEL PRETTE, M. E. A Utilização do conceito de bacia hidrográfica para a conservação dos recursos naturais. In: SCHIAVETTI, A.; CAMARGO, A. F. M. **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus: UESC, 2008. p. 17.

## **BIODIVERSIDADE**

É a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte. Ao lado da fauna e flora, tem-se uma variedade socioambiental – que não se molda apenas numa definição de mundo natural, mas também numa perspectiva de construção cultural e social.

ALBAGLI, Sarita. Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. *In: BELAS, Carla et al. Saber local/ interesse local: propriedade intelectual, conhecimento tradicional e biodiversidade na Amazônia*. Belém: MPEG;CESUPA, 2005.

É a variedade de organismos considerada em todos os níveis, de variações genéticas da mesma espécie aos grupos de gênero, famílias, e níveis taxonômicos ainda mais altos; inclui a variedade de ecossistemas, que compõem tanto as comunidades de organismos num *habitat* particular como as condições físicas em que vivem.

WILSON, E. O. **Diversidade da vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 359p.

## **C**

### **CADEIA PRODUTIVA**

É o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos agropecuários e agroflorestais, fornecedores de insumos e serviços, industriais de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais de produtos e subprodutos.

CASTRO, A. M. G. de. **Análise da competitividade das cadeias produtivas**. Manaus: SUFRAMA, 2000.

É uma seqüência de operações interdependentes que tem por objetivo produzir, modificar e distribuir um produto.

ZYLBERSZTAJN, D. **Políticas agrícolas e comércio mundial**. Brasília : IPEA, 1994.

## **CAMPESINATO**

É um modo de vida, ou uma forma de organização social de pequenos produtores rurais, que tem por base as relações familiares e de parentesco.

D'INCAO, Maria da Conceição. Teoria e Prática no Estudo do Campesinato Paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia; MANESCHY, Cristina (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

É uma classe social que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

É uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas; a unidade familiar, como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como o principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: ANPOCS, 1992.

São aquelas famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural seja ela extrativa, agrícola e não-agrícola, sendo desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem como resultado dessa alocação.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento Sustentável**. Belém: EDUFPA. 2000.

## **CAPITAL SOCIAL**

É o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 316p.

É o conjunto das características da organização social que englobam as redes de relações, normas de comportamentos, valores, confiança, obrigações e canais de informações que quando existentes em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência na Itália moderna. Rio de Janeiro : FGV, 1996.

É um elemento de desenvolvimento social que pode ser construído e introduzido nas comunidades, através da articulação de atores sociais, bem como a elaboração de estratégias participativas, tendo por principais objetivos apresentar alternativas que minimizem os níveis de pobreza e de exclusão política.

DURSTON, J. **Construindo capital social social comunitário**. Revista de La Cepal. Diciembre, 1999.

É um conjunto de elementos tangíveis que contam na vida cotidiana das pessoas, como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações entre indivíduos e a família direcionadas para o bem estar da comunidade.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pitandas (Bahia, Brasil). In: CONFERÊNCIA REGIONAL ISTR-LAC, 4., 2003, San José-Costa Rica. **Anais...** San José-Costa Rica, 2003.

## **CARTOGRAFIA**

É a organização, apresentação, comunicação e utilização da geoinformação nas formas visual, digital ou tátil que inclui todos os processos de preparação de dados, no emprego e estudo de todo e qualquer tipo de mapa.

CARLOS, A. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. Contexto Acadêmica, 2001.

É a ciência da representação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e sociais, suas relações e suas transformações ao longo do tempo, por meio de representações cartográficas que reproduzem os aspectos da realidade de forma gráfica e generalizada.

SANTOS, Clézio. Cartografia Ambiental e Planejamento Territorial Urbano. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 7, jul.-ago./set., 2009.

## **CARTOGRAFIA TEMÁTICA**

É a parte da Cartografia que diz respeito ao planejamento, execução e impressão de mapas sobre um fundo básico, ao qual serão anexadas informações através de simbologia adequada, visando atender as necessidades de um público específico.

DUARTE, P.A. **Cartografia Temática**. Série Didática, Florianópolis, Editora UFSC, 1991.

Parte da cartografia que diz respeito ao planejamento, execução e impressão de mapas sobre um fundo básico, ao qual serão anexadas informações através de simbologia adequada, visando atender às necessidades de um público específico.

SANTOS, Clézio. Cartografia Ambiental e Planejamento Territorial Urbano. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 7, jul.-ago.-set./2009, p. 40-74.

## **CERTIFICAÇÃO FLORESTAL**

É um mecanismo que ajuda a identificar a origem e a qualidade de um produto ou processo de produção. Considerada uma ferramenta importante nas atuais relações de mercado, a certificação emite para o consumidor uma mensagem sobre a qualidade diferenciada de um bem.

LIMA, Ana Carolina Barbosa de; et al. **E certificar, faz diferença?** Estudo de avaliação de impacto da certificação FSC/RAS. Piracicaba: IMAFLORA, 2009.

É o processo pelo qual se verifica se uma floresta, seja ela plantada ou nativa, foi e está sendo manejada de acordo com padrões ambientais, econômicos e sociais pré-estabelecidos.

SARTORI, Roberto Scorsatto; BACHA, Calos José Caetano. **A evolução da certificação florestal no Brasil**. SÃO PAULO: AMATA BRASIL, 2007.

## CICLO HIDROLÓGICO

É entendido como um processo contínuo de condução de massas de água do oceano para a atmosfera que ocorre por meio das precipitações, que ao incidirem as superfícies terrestres, evaporam, escoam superficialmente e/ou infiltram-se, sendo encaminhadas ao oceano.

TUCCI, C. E. M. **Hidrologia: ciência e aplicação**. 2. ed. Porto Alegre: ABRH, 2001.

É um processo cíclico e contínuo de transporte da água da terra, interligando atmosfera continentes e oceanos.

CARRIELLO, F. **Estimativas da resposta hidrológica as sub-bacias brasileira**. INPE, 2004.

## CIDADES RIBEIRINHAS

São cidades que estão localizadas às margens dos rios; são pequenas tanto em demografia como em extensão territorial; são de abrangência local; apresentam características tradicionais, no sentido do ordenamento espacial, da produção econômica e relações socioculturais. Em síntese, são cidades com pouca modernização econômica e territorial.

TRINDADE JUNIOR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

## CIDADE SUSTENTÁVEL

É um espaço no qual as pessoas e os negócios devem continuamente melhorar o ambiente natural, construído e cultural, em nível local e em sua relação com o espaço vizinho (meio ambiente regional).

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário et. al. Introduzindo o debate sobre o desafio político da sustentabilidade urbana. In: VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário et. al. (Org.) **O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão socioambiental de Belém**. Belém: NUMA/ UFPA; EDUFPA, 2009. 179 p.

## CLUSTER

É uma aglomeração competitiva, um pólo consolidado com forte interação entre as empresas, estendendo-se verticalmente a jusante e a montante lateralmente, e comportando entidades de suporte privadas e públicas, com coesão social e política.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).

### **CLUSTER INDUSTRIAL**

São concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para a competição.

PORTER, M. E. **Competição oncompetition**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

### **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

É um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis decorrentes da implantação de empreendimentos considerados efetivos ou potencialmente poluidores identificados no Estudo de Impacto Ambiental em sede de licenciamento ambiental.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em 21 mai. 2011.

É o instrumento que impõe aos empreendimentos causadores de impactos ambientais significativos e não mitigáveis/não elimináveis pela melhor tecnologia conhecida no momento, o dever de apoiar, com recursos financeiros, a criação e implantação de unidades de conservação de proteção integral, como forma de contrabalançar os danos ambientais resultantes de tais atividades econômicas e industriais.

BECHARA, Erika. **Licenciamento e Compensação Ambiental na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. São Paulo: Atlas, 2009. 295p.

### **COMPETÊNCIA**

É a tomada de iniciativa e o assumir de responsabilidade do indivíduo sobre problemas eventos que ele enfrenta em situações profissionais. Cita três características fundamentais na definição de competência: responsabilidade – conhecer sua responsabilidade e habilidade para o trabalho; articular pessoas – demonstrar capacidade de mobilizar pessoas em torno de uma situação; e, compartilhar – repartir idéias buscando a resolução de problemas.

ZARIFIAN, P. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: SENAC, 2003.

É o conjunto de conhecimentos, habilidades e experiências que credenciam um profissional a exercer determinada função.

GARRIDO, Laércio M. **Virei gerente, e agora?** São Paulo: Nobel, 2000.

É a inteligência prática para situações que se apóiam sobre os conhecimentos adquiridos e os transformam com tanto mais forma quanto mais aumenta a complexidade das situações.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2008.

### **COMPETÊNCIA INFORMACIONAL**

É a reunião das competências individuais aplicadas na prática do trabalho com informação.

MIRANDA, Silvânia V. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004.

É o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e a sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

DUDZIAK, E. Informationliteracy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

É o conjunto de conhecimentos profissionais que possam estar ligados a atitudes tais como: aprender a lidar com as novas tecnologias, aprender a aprender e desenvolver suas habilidades.

ROCHA, M. M. V.; ARAÚJO, E. A. **Competência informacional e atuação do profissional da informação**: bibliotecário. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT6--028.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2010.

## COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

É a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CP nº 3 de 18 de dezembro de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2002.

## COMUNICAÇÃO

Processo comunicacional de intercâmbio de idéias, opiniões, informações e conhecimento por meio da palavra, antes e depois do desenvolvimento das mídias massivas (impressas, radiofônicas, audiovisuais e da internet).

GIDDENS, Anthony. **A Mídia e as Comunicações de Massa**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 600p.

## COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

É entendida numa perspectiva de igualdade entre emissor e receptor, fazendo com que o veículo comunitário surja como resposta prática às necessidades que tem a localidade de conhecer seus próprios problemas buscando assim o desenvolvimento local.

PERUZZO, CiciliaKroling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 119p.

## COMUNIDADES QUILOMBOLAS

São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social e religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

BRASIL. Ministerio de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Cadernos deEstudo**, n. 9. Brasília (DF), 2008.

São comunidades que suscitaram práticas sociais, demarcadas por manifestações em busca de reconhecimento e direitos, construindo relações de solidariedades políticas com grupos de etnias diversas.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Significa que a política pública daquele setor deverá ser definida no conselho, ou seja, é deliberativo quando refere-se a um processo decisório que é precedido de um debate bem informado acerca das alternativas postas à definição dos problemas e às formas de intervenção". (PONTUAL, 2008).

PONTUAL, Pedro. **Desafios à construção de democracia participativa no Brasil**: a prática dos conselhos de gestão de políticas públicas. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.

### **CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL**

Significa que os princípios do desenvolvimento sustentável são aplicados na construção de maneira global, desde o ciclo da extração e beneficiamento de matérias-primas, através do planejamento, concepção e construção de edifícios e infraestrutura, até sua demolição final e gestão dos resíduos resultantes.

PLESSIS, C. **Agenda 21 for Sustainable Construction in Developing Countries**: a discussion document. South Africa: CIB & UNEP-IETC, 2002. 82p.

### **CONTABILIDADE AMBIENTAL**

É um conjunto de informações que relatam adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade, relativas à área ambiental, que modificam seu patrimônio. Esse conjunto de informações é uma especialização, não uma nova contabilidade, estando relacionada estritamente a registros em relatórios financeiros dessas entidades.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

### **COOPERATIVAS**

É um tipo de organização coletiva, cuja atuação se pauta pela prática da cooperação e autogestão. Representam uma forma de inclusão produtiva e melhoria de condições de sobrevivência para indivíduos que buscam inserção no mercado de trabalho em territórios de desenvolvimento local.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 2 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

São organizações de pessoas que não visam a obtenção de resultados individuais para seus associados, no entanto, a avaliação da eficiência destas não pode levar em conta apenas a obtenção de sobras para seus participantes, visto que, além de donos eles são também clientes desta empresa cooperativa, permitindo que os resultados auferidos possam ser econômicos, sociais, educacionais, agregadores de qualidade de vida, de renda, ou outros conforme os objetivos da mesma. Acima de tudo, as cooperativas são associações ao serviço de seus membros.

SILVA, T. N. A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: Unisinos, v.29, n.86, jul./set. 1994.

## COOPERATIVISMO

É entendido como um sistema reformista da sociedade que visa resultados favoráveis através de uma atividade coletiva que inclui o aspecto social.

SILVA, Leonardo X.; HOLZ, Viviane R. **O cooperativismo e seu comportamento diante do capitalismo atual**: aspectos teóricos e evidências empíricas. V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo. Ribeirão Preto/SP, Ago. 2008.

Compreende uma associação autônoma de indivíduos que voluntariamente se unem para atender suas necessidades e anseios econômicos, sociais e culturais, por meio de uma empresa de caráter coletivo e democraticamente controlada.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo – Cooperativa. In: **A outra economia**. CATTANI, Antonio David (Org). Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

## CULTURA AMBIENTAL

É um sistema de valores ambientais que reorienta os comportamentos individuais e coletivos, relativamente às práticas de uso dos recursos naturais e energéticos. A cultura ecológica promove a vigilância dos agentes sociais sobre os impactos ambientais e os riscos ecológicos, a organização da sociedade civil em defesa de seus direitos ambientais e a participação das comunidades na gestão de seus recursos naturais.

LEFF, Enrique. A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos. In: \_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: FURB, 2000. p. 95-141.

## D

### DEMOCRACIA DELIBERATIVA

É um processo de discussão e decisão pública que articula Estado e sociedade através de um formato institucional que, por sua vez, torna esta deliberação possível.

LÜCHMAN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa**: A experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002 (Tese de Doutorado).

## DENDÊ

É uma planta perene de grande porte, que começa a produzir comercialmente três anos após o plantio, com vida útil de vinte cinco a trinta anos, apresenta picos de produção entre o sétimo ao décimo quinto ano, decrescendo a produção até o final da vida útil.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Dendê**: informações básicas para seu cultivo. Belém, 1987, 40p.

É uma planta monóica, produz flores masculinas e femininas separadas na mesma planta, mas alternadamente, em ciclos sexuais.

CUNHA, R.; LOPES, R.; DANTAS, J. e ROCHA, R. **Procedimentos para produção de sementes comerciais de dendezeiro na Embrapa Amazônia Ocidental**. Embrapa Amazônia Ocidental, Documentos, 54, Manaus, 2007

### **DESASTRE**

É um fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos.

VALENCIO, N.F.L.S et al . **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos, Editora RIMA, 2009. 280 p

É uma interrupção grave do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, envolvendo perdas: humanas, materiais, econômicas ou ambientais.

CASTRO, A. L. C.1998. **Glossário de defesa civil: estudo de riscos e medicina de desastres**. Brasília: MPO/ Departamento de Defesa Civil. 283 p.

### **DESASTRE AMBIENTAL**

São os resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes perdas econômicas e sociais.

SEDEC. SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Política Nacional de Defesa Civil**. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2007.

### **DESASTRES HUMANOS**

São gerados por ações ou omissões dos homens. O homem é o próprio agente e autor. Em função disso, são causados por fatores de origem interna. Exemplos: desastres de natureza tecnológica (contaminação radioativa); de natureza social (relacionados com a destruição intencional da flora e da fauna).

TOMINAGA, L et al. **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. 197 p.

### **DESASTRES MISTOS**

São gerados por ações (ou omissão de ações) do homem, acarretando assim uma potencialização dos desastres naturais. Exemplos: desastres relacionados com a atmosfera (efeito estufa e chuvas ácidas); relacionados com a geodinâmica terrestre interna (salinização do solo).

TOMINAGA, L.et al. **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. 197 p.

### **DESASTRE NATURAL**

São gerados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e causados por fatores de origem externa que atuam involuntariamente sobre a ação do homem. De um modo geral constitui-se de um fenômeno natural que pode ou não ter conseqüências influenciadas pela atividade humana.

CASTRO, A. L. C.1998. **Glossário de defesa civil: estudo de riscos e medicina de desastres**. Brasília: MPO. 283 p.

São eventos extremos relacionados às mudanças climáticas – como intensas precipitações pluviométricas, vendavais, secas severas e desertificação, erosão marinha e afins – são parte constitutiva de ameaças que, no século XXI, colocarão em xeque a técnica.

VALENCIO, N.F.L.S et al. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos, Editora RIMA, 2009. 280 p

## **DESENVOLVIMENTO**

É um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma Discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

A noção de desenvolvimento sempre foi associada à idéia de crescimento econômico como instrumento de produzir serviços e bens suficientes, capazes de garantir a estabilidade e comodidade social.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **RBCS**, v. 19, n. 55, p 33 – 53, junho, 2004.

## **DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

É o processo de gestão dos recursos locais, aperfeiçoando e articulando as redes sociais existentes com os recursos ali disponíveis e com os contextos externos de relação do território local, para o atendimento duradouro das demandas comunitárias.

SINGER, Paul. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres (texto para discussões)?** Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004.

## **DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**

É um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, 2001.

É um modelo de desenvolvimento realizado “de baixo para cima”, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local. O desenvolvimento endógeno propõe a atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempo de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 280 p.

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL**

É um processo que promove mudanças, mobilizando pessoas e instituições a criarem oportunidades de trabalho e renda, utilizando os recursos locais em benefício da população e do meio ambiente. Por se tratar de um fenômeno humano, busca a transformação da economia e da sociedade, estimulando a participação de todos os agentes envolvidos no processo de municipalização do desenvolvimento.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

É entendido enquanto resultado da sociedade local se organizar e se mobilizar, a partir da sua realidade, matriz cultural, social, relação com o meio natural, definindo e explorando suas potencialidades e especificidades, como condição de inserção na economia em condições de vantagem.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1998.

É o processo que se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

ZAPATA, Tânia *et al.* **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

É o processo endógeno de mudanças capazes de melhorar as condições de vida, produção e trabalho, que se localizam em espaços territoriais menores, ou como desenvolvimento em forma comunitária, municipal ou microrregional orientado por princípios de sustentabilidade, equidade social, eficiência econômica, democracia política, preservação ambiental e diversidade cultural.

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Um processo em Construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998, 316p.

É um processo endógeno de mudança, capaz de levar dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida à população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável** – Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

É o desenvolvimento que se caracteriza por ser “endógeno, nasce das forças internas da sociedade; constitui um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, sendo que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.3, p.53-59, 1996.

É o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais – vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar – que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

MILANI, Carlos R. S. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade**, Salvador, v.11, p.95-113, 2004.

É um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais, associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica de reconstrução do tecido social de geração de emprego e renda surge como um fenômeno que coloca em

evidência: os atores sociais, as redes de cooperação e o sistema institucional que eles conseguem construir; e os projetos coletivos.

BRITO, Lydia Maria Pinto. **Desenvolvimento Local-alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo?** In: XXVI Enegep – Fortaleza/CE, Brasil, 9 a 11 out. 2006.

É um conjunto de fatores que permitam o crescimento harmonizando as relações sociais, as questões ambientais e a dinâmica do local. O local representa o agrupamento de relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis têm sido sedimentados. É onde os homens estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.17, n.1, p.11-40. Jan./abr. 2000.

É um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: 3 ed. Garamond, 2008.

É o modelo de desenvolvimento que se apóia na “idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

ZAPATA, T. Desenvolvimento econômico local: desafios, limites e possibilidades. In: IADH, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento local: trajetórias e desafios**. Recife: IADH, 2006. p.15-28.

É o modelo de desenvolvimento que passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado. Logo, nesse processo a característica marcante é a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional.

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: IPEA, Instituto de pesquisa em economia aplicada. **Planejamento e Políticas públicas**. São Paulo: IPEA, 2001. p.261-286.

É entendido como um ambicioso processo que envolve tempo, recursos humanos e econômicos, e, sobretudo, capacidade de construção e criação, o qual implica ir construindo, em cada etapa, estas condições ao nível do território e sua articulação com o global.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de.; SANTANA JUNIOR, Gildásio. Economia Solidária e desenvolvimento local: reflexões à luz da experiência baiana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. p.1-16.

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

É o desenvolvimento que está condicionado ao poder de mobilização e articulação dos atores sociais e da capacidade apresentada pelos mesmos em pensar o local de forma integrada, a fim de que os recursos locais sejam valorizados e transformados em vantagens competitivas específicas sob três perspectivas: perspectiva endógena, estimulando a valorização dos recursos próprios; perspectiva

integrada, buscando a coesão entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais; e perspectiva sustentável, ao agregar preocupações com a preservação dos recursos locais e procurar manter endógenos os vetores de crescimento.

VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade**: um estudo de caso das organizações locais dos municípios de Barcarena e Igarapé Miri. Belém: UNAMA/FIDESA, 2006.

É uma proposta dialética, entre a forma de desenvolvimento regional centralizado, quantitativo e predatório e uma abordagem assistencialista e compensatória de desenvolvimento comunitário, procurando construir futuros de forma descentralizada e sustentável, bem como criando condições e capacidades nos espaços sociais menores e celulares, nos quais a sociedade ainda é sociedade, para que os atores sociais e institucionais locais possam protagonizar a construção dos seus próprios destinos.

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: Um processo em Construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998, 316p.

## DESENVOLVIMENTO RURAL

Significa a diversificação da produção que vai ao mercado, o cuidado com a paisagem, o fortalecimento dos laços no mercado de produtos. Significa, também, novas formas de fazer as coisas (novas rotinas) que aumente a eficiência produtiva. É um processo que fortalece a região e, portanto, é endógeno, em que os atores buscam a autonomia e o controle dos processos produtivos.

SIMAN, R. F. et al. **A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. Perspectiva Econômica**, Brasília, DF, 2006.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É o desenvolvimento focado em utilizar os frutos do crescimento (capital) para reduzir os fluxos materiais, recuperar o meio-ambiente e redistribuir renda, se opõe ao cerne do crescimento quantitativo, que rege a lógica do capital mundial. Portanto um dos maiores desafios apresentados ao homem contemporâneo é materializar o conceito de desenvolvimento sustentável, para que o principal foco da ação: o sujeito, sobretudo o menos provido de mecanismos de inclusão social, possa desfrutar do que ele entenda por desenvolvimento, já que tal assertiva passa necessariamente pela qualidade de vida centrada na satisfação de necessidades básicas como saúde, educação, segurança, alimentar inclusive, para a garantia de preservação dos recursos naturais.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Nobel, 1993.

É aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

BRUNDTLAND, G. **Our Common Future**. Oxford University Press: Oxford, 1987.

É um processo que congrega a complexidade dos problemas socioeconômicos e ecológicos mundiais, advertindo para a utilização consciente das espécies e ecossistemas. E mais, prima pela manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e de suporte à vida, pela preservação da diversidade genética, bem como pela responsabilidade frente às gerações futuras.

SIMONIAN, Ligia T. L.. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia Nunes; SIMONIAN, Ligia; FENZL,

Norbert (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 2000. p. 09-53.

É uma estratégia através do qual comunidades buscam um desenvolvimento econômico que também beneficie o meio ambiente local e a qualidade de vida. Neste conceito, há um destaque para a iniciativa das comunidades, ou seja, a força da sociedade civil organizada.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil Camargo. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. 2002. 230f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

É o desenvolvimento que demanda os estoques de capital natural sejam mantidos constantes para atender a objetividade de equidade intertemporal, isto é, a gerações futuras.

HOMMA, Alfredo K. **A Extração de Recursos Naturais Renováveis: O caso do extrativismo vegetal na Amazônia**. Tese de Doutorado pela Universidade Federal de Viçosa. MG, 1989.

É desenvolvimento que consiste em uma transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, prenunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental.

BUARQUE, S. Desenvolvimento sustentável. In: BUARQUE, S. **Construindo o Desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro : Garamond, 2006. p.95-129

É processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico, o perfil das instituições devem estar de acordo com as necessidades atuais e das gerações futuras.

ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre : UFRGS, 1997.

É desenvolvimento que deve ser focado em esforços de elaboração de estratégias de desenvolvimento que sejam ambientalmente sustentáveis, economicamente sustentadas e socialmente incluídas, que priorizem não somente as necessidades das gerações atuais, mas que assegurem as demandas das gerações futuras.

SACHS, Y. **Desenvolvimento Incluído, Sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

## **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RURAL**

É o desenvolvimento que adéqua os sistemas de produção sustentáveis à realidade do agricultor familiar, criando mecanismos que preservem os recursos naturais e garantam a continuidade das espécies. É necessário que o produtor rural compreenda a dinâmica sustentável, o que pode ser alcançado através da educação no campo promovida com a conscientização ambiental de maneira clara e objetiva.

HURTIENE, Thomas. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia**. In: Novos Cadernos NAEA: v.8, n.1 – p.019-071, jun. 2005, Belém: UFPA/NAEA.

## **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

É local que detêm as fontes específicas e as vantagens concorrenciais para se elevar o nível de desenvolvimento e obter melhorias para os territórios, mesmo estes sendo passivos de conflitos, em algumas ordens. Nessa análise são evidenciados e potencializados os elementos endógenos, as redes e

todas as articulações sociais e econômicas que viabilizam o desenvolvimento local, e onde o localismo está longe de ser um obstáculo às conexões nacional/global.

PIRES, Edson. L.S; MULLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. **Instituições, territórios e desenvolvimento local:** delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. Rio Claro, 2006, v. 31, n. 3, p. 437-454.

## **DESFLORESTAMENTO**

É a conversão de áreas de fisionomia florestal primária por ações antropogênicas, para desenvolvimento de atividades agrosilvopastoris.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite: 1997-1998.** São José dos Campos: INPE. 1999.

## **DESIGN AMBIENTAL**

É criatividade explicitada no papel, ou em outros meios de registro, com o objetivo de se produzir bens, processos e serviços para o uso e consumo em qualquer escala e em qualquer domínio ou mercado.

LEAL, Joice Joppert. **Um olhar sobre o design brasileiro.** São Paulo: Joice Joppert Leal, 2002.

É uma espécie de design estratégico, ou seja, o projeto de estratégias aplicadas pelas empresas que se impuseram seriamente a prospectiva da sustentabilidade ambiental.

MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade:** comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais/ Ezio Manzini; [coordenação de tradução Carla Cipolla; equipe Elisa Spampinato, Aline Lys Silva]. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. (Cadernos do Grupo Altos Estudos; v.1).

## **E**

## **ECODESENVOLVIMENTO**

É o desenvolvimento que buscava um posicionamento intermediário entre o ecologismo absoluto e o economicismo arrogante. Ele priorizava em ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar para que elas repensem seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de ser vivido.

SACHS, Inacy. **Estratégias de transição para o século XXI :** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; FUNDAP, 1993.

## **ECOLOGIA DA PAISAGEM**

É estudo do padrão da paisagem comparando a interação entre as unidades para então inferir com esses padrões mudam ao longo do tempo.

MCGARIGAL, K. M.; MARKS, B. J. F. **Spatial pattern analysis program for quantifying landscape pattern.** Oregon, 1995.

## **ECONOMIA ECOLÓGICA**

Diz respeito a empenhos colaborativos para estender e integrar o estudo do lar da natureza (ecologia) e do lar da humanidade (economia), ou seja, a economia ecológica almeja um melhor gerenciamento das interações entre o homem e natureza, para garantir o bem estar das próximas gerações e espécies.

COSTANZA, R.; CUMBERLAND, J.; DALY, H.; GOODLAND, R.; NORGAARD, R. **An Introduction to Ecological Economics**. St. Lucie Press: Florida, 1997.

É um novo campo transdisciplinar, que estabelece relações entre os ecossistemas e o sistema econômico, objetivando fazer uma síntese entre ecologia e economia. Assim, transcende as concepções das disciplinas científicas tradicionais, procurando agregar perspectivas disciplinares.

MAIMON, D. A Economia e a problemática ambiental. In: VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (org.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade**. APED E UFPA, 1993. p. 45-77.

### **ECONOMIA POPULAR**

É um conceito que engloba a forma de organização dos trabalhadores, que não conseguiram vender sua força de trabalho e estão totalmente excluídos das riquezas produzidas socialmente. Portanto, para a autora os componentes da Economia Popular são os marginais, pertencentes às classes com baixo nível de renda que atualmente buscam formas alternativas de trabalho (lícitas ou ilícitas) (TIRIBA, 2001).

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2001.

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

É a economia que organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade. A economia solidária tem como valor essencial o trabalho, o saber e a criatividade do homem e não o capital monetário e sua propriedade sob qualquer de suas formas.

LECHAT, Nöele M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Leituras cotidianas N. 152, de março de 2005.

Entende tratar-se de uma economia apoiada em bases de cooperação e solidariedade, contrapondo-se à lógica da economia de mercado que tem seu funcionamento baseado na separação abstrata entre oferta e demanda.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.12, n. 1, p. 9-19. Junho, 2002

É entendida como uma mobilização de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho que através de sua autoorganização constituem empreendimentos coletivos de produção e/ou serviços ou assumem empresas falidas ou em dificuldades que, num primeiro momento, visam a obtenção de trabalho e renda ou à manutenção dos postos de trabalho para a sua auto-sustentação.

TAUILE, José R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 107-122, jan-jun. 2002.

É uma iniciativa econômica que incorpora trabalhadores (as) associados (as) em torno dos seguintes objetivos/características: caráter coletivo das experiências (não são, portanto, formas de produção e

consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), generalização de relações de trabalho não assalariadas, exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado.

GAIGER, L. (2004a). Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G., LARA, F., COSTA, B. (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, p.167-198.

São organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos, ideologicamente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, onde setores populares “desenvolvem suas atividades produtivas, cujo objetivo não é, prioritariamente, a acumulação de capital, mas a sobrevivência de quem neles trabalha.

LAFORGA, G.; SENN, A. V. P. **Limites e oportunidades existentes para os integrantes dos empreendimentos econômicos solidários do assentamento Antônio Conselheiro em Tangará da Serra-MT**. In: Educação e Socioeconomia solidária – perspectivas para o Desenvolvimento Local. Curitiba: Editora UNEMAT, 2011.

Termo que surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) como o princípio da socialização destes meios.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.) **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

## ECOTURISMO

É um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

É a viagem responsável que conserva o ambiente natural e mantém o bem-estar da população local. É praticado em pequenos grupos que não deixam indícios de terem visitado uma área. Eles procuram compreender as relações existentes nos ecossistemas, respeitá-las e mantê-las as mais intactas possíveis, em harmonia com as populações locais.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1.ed. 3.reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2007.

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É um processo permanente no qual indivíduos tornam-se conscientes do seu ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades, experiências e a determinação para agir individual e coletivamente, prevenindo e resolvendo problemas presentes e futuros.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.

É uma proposta de uma educação que visa a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

É um processo que possibilita às pessoas uma compreensão global do ambiente, proporcionando os instrumentos para esclarecer valores e desenvolver atitudes que lhes permitem adotar uma posição crítica e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada à utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida, a eliminação da pobreza extrema, do consumismo desenfreado, visando a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, (minorias étnicas, populações tradicionais, a perspectiva da mulher) e a liberdade para decidir os caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie.

MEDINA, N.M. **Conceito de educação ambiental**. 1998.

É uma proposta que altera profundamente a educação como conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimento sobre ecologia. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas também a participação dos cidadãos na discussão e decisões sobre a questão ambiental.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

É um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros.

LOUREIRO, C. F. B. (org.). **Cidadania e meio ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

É um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

FIORI, Andréia de. **Ambiente e educação: abordagens metodológicas da percepção ambiental voltadas a uma unidade de conservação**. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2002. Dissertação de Mestrado

## **EDUCAÇÃO NO CAMPO**

Compreende a escola como espaço social que valoriza o trabalho, as manifestações culturais, políticas e sociais no processo da formação humana das pessoas, bem como respeita as diferenças e a dinâmica de vida dos sujeitos. No campo, relaciona-se ao aspecto da garantia do direito, ao acesso e à qualidade com que a educação deve ser ofertada no lugar em que vivem os sujeitos do campo.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir. ; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação básica do campo**. Coleção Por Uma Educação do Campo, v.1, Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

## **ESPAÇO**

É a seleção de uma dada área onde “estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais”. O espaço pode ser caracterizado por sua dinâmica própria, ou seja, ele existe independente de qualquer coisa. Mas, este mesmo espaço pode ser visualizado de formas diferenciadas dentro de cada um das diversas óticas das ciências, sejam elas físicas, humanas, químicas, matemáticas, filosóficas, etc.

CORREA, R.L. **Espaço**: um conceito chave da Geografia. In: Castro, I. E. et. Al (ORGs). Geografia, conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

## **ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS**

São áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais que requeiram sua sujeição, pela lei, tendo em vista a preservação e proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistema, a proteção ao processo evolutivo das espécies, dos recursos naturais.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constituição**, São Paulo. Malheiros Editores, 2002.

## **ESPAÇO URBANO**

É um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, que aparece como espaço fragmentado. O espaço urbano pode ser considerado profundamente desigual, pois é reflexo da estrutura capitalista de classes.

CORRÊA, R. . **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

## **ETNOFÁRMACIA**

É um método de investigação de espécies vegetais usadas na fitoterapia popular, à luz da ciência e da prática farmacêutica. Apresenta-se como consequência do processo que visa documentar o conhecimento sobre plantas medicinais e as práticas curativas, ligado ao elemento popular, instaurando um diferenciado contexto da visão tecnicista de doença e cura, que ainda é predominante no sistema de atenção à saúde no mundo ocidental.

BARBOSA, W. L. R. Aproveitamento farmacêutico da flora com instrumento de preservação cultural e ambiental. In: BARBOSA, W. L. R. (Org.). **Etnofarmácia**: fitoterapia popular e Ciência farmacêutica. Belém: UFPA/NUMA, 2009. p. 23-30.

## **F**

### **FARMACOECONOMIA**

É a descrição e a análise dos custos da terapia farmacêutica, aplicadas ao sistema de assistência à saúde e à sociedade como um todo, buscando identificar, medir e comparar os custos e as consequências da utilização de produtos e serviços farmacêuticos.

RASCATI, Karen L. **Introdução à farmacoeconomia**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 280p.

### **FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL**

Significa toda a vigilância e controle que devem ser exercidos pelo Poder Público, visando proteger os bens ambientais das ações predatórias. Apresenta-se como uma necessidade do Estado para fazer cumprir sua missão de defensor e propugnador dos interesses relativos à ordem jurídica e social.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Manual de procedimentos internos da fiscalização**. Brasília, DF, 2007.

## **FITOTERAPIA**

Especialidade que promove o tratamento das doenças por meio de plantas medicinais (YUNES; PEDROSA; CECHINEL FILHO, 2001).

YUNES, Rosendo; PEDROSA, Rosângela; CECHINEL FILHO, Valdir. Fármacos e fitoterápicos: a necessidade do desenvolvimento da indústria de fitoterápicos e fitofármacos no Brasil. **Quim Nova**, n. 24, p. 147-152, 2001.

## **FITOTERAPIA SOLIDÁRIA**

É uma ferramenta voltada, a priori, para aumentar o acesso da população às plantas medicinais e aos medicamentos fitoterápicos em uma perspectiva de universalidade, integralidade e equidade, a partir da produção destas opções terapêuticas em empreendimentos privados que integram a economia solidária, tendo como pressuposto principal a tendência à prática de preços não abusivos por parte destes empreendimentos, face aos seus ideais norteadores convergentes para a primazia da valorização do ser humano.

SILVA JÚNIOR, Miguel Rodrigues da. **Fitoterapia solidária: uma proposta sustentável para a atenção básica em saúde e o desenvolvimento local**. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. Belém, 2012

## **FRONTEIRA**

Representa um espaço de conflitos e litígios, um lugar onde as relações de poder são explicitadas econômica e culturalmente, pois se trata de espaços ocupados por grupos sociais distintos com interesses diversificados em contextos históricos diferentes, ora como algo dinâmico que pode estar ocupado em um momento e pouco tempo depois não mais o está.

SILVA, Halline Mariana Santos; SILVA, S. S. Fronteira: uma categoria histórica. **ItinerariusReflectionis**, v. 2, p. 1-10, 2008.

É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas. É, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Ed. da UnB, 1988.

## **FRONTEIRA DE EXPANSÃO**

Temos o predomínio de pequenos colonos, migrantes e trabalhadores rurais pouco capitalizados, todos de outras regiões que praticam uma agricultura de baixo patamar econômico e tecnológico, ele chama de fronteira especulativa

MARGULIS, Sérgio. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira**. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003. 100p.

## FRONTEIRA CONSOLIDADA

Se encontram agentes altamente capitalizados, grandes fazendeiros, madeireiros e pecuaristas, que desenvolvem atividades de monocultura altamente lucrativas.

MARGULIS, Sérgio. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira**. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003. 100P.

## G

### GEOPROCESSAMENTO

É uma tecnologia transdisciplinar, que, através da axiomática da localização e do processamento de dados geográficos, integra várias disciplinas, equipamentos, programas, processos, entidades, dados, metodologias e pessoas para coleta, tratamento, análise e apresentação de informações associadas a mapas digitais georreferenciados.

ROCHA, César Henrique Barra. **Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar**. Juiz de Fora – MG: Ed. do Autor, 2000.

É tido como a tecnologia de coleta e tratamento de informações espaciais e de desenvolvimento de sistemas que as utilizam. É o processamento informatizado de dados que permitem o uso de informações cartográficas (mapas e plantas) e, informações a que se possa associar coordenadas desses mapas ou plantas.

RODRIGUES, Ana Cristina. **Sensoriamento Remoto e geoprocessamento aplicados na Análise da Legislação Ambiental no Município de São Sebastião (SP)**. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo. 2005.

É um conjunto de tecnologias voltadas à coleta e tratamento de informações espaciais para um objetivo específico.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Manual de Geoprocessamento**. São Paulo. 2010.

É um conjunto das ciências e/ou tecnologias destinadas à coleta e tratamento de informações espaciais.

ROSA, R; BRITO, J. I. S. . **Introdução ao Geoprocessamento: sistema de informação geográfica**. 1. ed. Uberlândia: EDUFU, v. 1, 1996. p. 104.

### GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Refere-se aos aspectos tecnológicos e operacionais da questão, envolvendo fatores administrativos, gerenciais, econômicos, ambientais e de desempenho: produtividade e qualidade, por exemplo, e relaciona-se à prevenção, redução, segregação, reutilização, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento, recuperação de energia e destinação final de resíduos sólidos.

LIMA, José Dantas de. **Sistema Integrado de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos**. Paraíba: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, 2005.

É um conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento, que uma administração municipal desenvolve, baseado em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor os RSU de uma cidade.

SAVI, Jurandir. **Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos em Adamantina-SP**. 2005. 236p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

## GESTÃO

Sob a ótica da administração, está relacionado com o conjunto de recursos decisórios e a aplicação das atividades destinadas aos atos de gerir.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense. **Revista FAE**, Curitiba, v.9, n.2, p.87-104, jul./dez. 2006.

Gestão nos remete ao presente e entre tantas conceituações significa administrar uma situação com os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

## GESTÃO AMBIENTAL

É o conjunto de ações envolvendo o poder público, setor produtivo e comunidade, visando o equilíbrio necessário entre desenvolvimento socioeconômico e conservação ambiental. Essas ações podem ser de caráter político, administrativo, científico, econômico, de formação de recursos humanos, de geração de informação e de articulação e cooperação entre os diferentes níveis de atuação.

ÁVILA, M.; ÁVILA, S. Desenvolvimento territorial e a gestão ambiental. **Revista ADM. MADE**. Rio de Janeiro, v.13(2): 5-15, mai./ago., 2009.

É o ato de planejar, controlar, coordenar e formular ações para que atinjam os objetivos previamente estabelecidos em um dado local, região ou país. Na maioria das vezes, a gestão ambiental comporta-se como uma importante prática para se alcançar o equilíbrio dos diversos ambientes, envolvendo as dimensões naturais, econômicas, sociais, políticas, e culturais, entre outras.

THEODORO, S.; CORDEIRO, P.; BEKE, Z. **Gestão ambiental**: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Anais... São Paulo, ANPPAS, 2004. p. 1-17.

É um processo social que requer dinâmica, articulação, interação, relação, intercâmbio, informação, conhecimento, diálogo entre diversidades, bem como ação integrada entre o setor público e a sociedade na implementação de uma política. A Gestão ambiental é também a gestão do conhecimento das pessoas, com suas percepções, interesses, saberes e cultura.

PALAVAZINI, R. **Planejamento e Gestão do Ambiente**: Percepção Complexa e Atuação Transdisciplinar. (Tese de doutorado) - Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental - Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. 150 p.

É o conjunto de atividades da função gerencial que determinam a política ambiental, os objetivos, as responsabilidades e os colocam em prática por intermédio do sistema ambiental, do planejamento ambiental, do controle ambiental e da melhoria do gerenciamento ambiental. Dessa forma, a gestão ambiental é o gerenciamento eficaz do relacionamento entre a organização e o meio ambiente.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; CAMPOS, Lucia Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

É a condução, a direção e o controle pelo governo do uso dos recursos naturais, através de determinados instrumentos, o que inclui medidas econômicas, regulamentos e normalização, investimentos públicos e financiamento, requisitos interinstitucionais e judiciais.

MAGLIO, Ivan Carlos. **A descentralização da gestão ambiental no Brasil: o papel dos órgãos estaduais e as relações com o poder local**. 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

São as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causado pelas ações humanas, quanto evitando que eles surjam.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

É a condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e social, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade.

AGRA F.S; VIEGAS, O. **Plano de gestão e programas de monitoramento costeiro**. Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente, 1995.

É um processo político administrativo de responsabilidade do poder constituído destinado a, com a participação social, formular, implementar e avaliar políticas ambientais a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.

PHILIPPI JR, A; MAGLIO, I. C. Política e Gestão Ambiental: Conceitos e Instrumentos. In: PHILIPPI JR, A; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005. p. 217-256.

É um processo de administração participativa, integrado e contínuo, que procura compatibilizar as atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental. Por meio da ação conjugada do poder público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, prioriza as necessidades sociais e do meio natural, com alocação dos respectivos recursos e mecanismo de avaliação e transparência.

COIMBRA, J. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; ROMÉRO, M.; BRUNA, C. (Ed.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004. p. 525-570.

É o processo de intervenção em uma determinada base territorial, a partir de estratégias gerais estabelecidas pelo poder público, as quais se materializam, no nível local, em forma de obras e atividades necessárias à melhoria do meio ambiente, ambas concebidas com base em estudos técnicos, definidas e priorizadas por intermédio de ação conjunta entre poder público e sociedade civil, garantidas pela coalizão das forças políticas locais, que passa a existir em decorrência deste processo de gestão.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem ambiental**. São Paulo: UNESP, 1995.

## **GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA**

É um processo de administração participativo, integrado e contínuo, que procura compatibilizar as atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental, por meio da ação conjugada do poder público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, mediante

priorização das necessidades sociais e do mundo natural, com alocação dos respectivos recursos e mecanismos de avaliação e transparência.

COIMBRA, J. A. A. **Linguagem e Percepção Ambiental**. In: Philippi Jr. A.; Romério, M.A.; Bruna, G. C (Ed.). Curso de gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004.

## **GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL**

É o processo administrativo que encarrega ao poder público local e a sociedade civil organizada, o poder de formular, implementar e avaliar as políticas ambientais expressas em planos, programas e projetos.

COIMBRA, J. **O Outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: Millennium, 2002. 527 p.

## **GESTÃO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

O processo que encerra o equilibrado planejamento, coordenação e controle dos componentes políticos, técnicos e operacionais e os atores sociais que incidem sobre o desenvolvimento da área, de maneira a obter-se a eficácia requerida para serem atendidos os objetivos que norteiam a existência da unidade de conservação (FARIA e PIRES, 2007, p.17).

FARIA, Helder Henrique de. PIRES, Andréa Soares. Atualidades na Gestão de Unidades de Conservação. In: ORTH, Dora. DEBETIR, Emiliana (org). **Unidades de Conservação-Gestão e Conflitos**. Florianópolis: Insular, 2007. p.11-42.

## **GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

São ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com a ampla participação da sociedade, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 1991, 2007, 2010

## **GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS**

É uma ferramenta flexível de abordagem para a gestão dos recursos hídricos, que pretende garantir a utilização equitativa da água, considerando as necessidades de seus usuários.

TEC – Comitê Técnico da Global WaterPartnership. **Catalisando a mudança**: um manual para desenvolver a gestão integrada de recursos hídricos (GIRH) e estratégias de uso eficiente da água. Elanders, 2005.

## **GESTÃO URBANA**

É o conjunto de recursos e instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando a qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos, propiciando as melhores condições de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações de governança pública municipal.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense. **Revista FAE**, Curitiba, v.9, n.2, p.87-104, jul./dez. 2006.

## **GESTÃO DA ÁGUA**

É concebida através de métodos organizados, cujo objetivo principal é solucionar os problemas concernentes ao uso e ao controle dos recursos hídricos, atendendo, dentro de suas limitações econômicas e ambientais e considerando os princípios de justiça social, à demanda pela sociedade, a partir das disponibilidades limitadas, previstas em estudos de investigação e diagnóstico.

BARP, A. R. A água doce na Amazônia: Ontem e Hoje: O caso do Pará. In: SOUZA, E.L;UHLU, S (Org.). **A questão da água na Grande Belém**. Belém: UFPA, Casa de Estudos Germânicos, 2004. p.71-102.

## **GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

É a gestão que está centrada em algo concreto, explícito, formal, por isso trabalha com registro, independente de onde esta contida, se no papel, CD, intranet, internet etc., o que constitui os ativos informacionais tangíveis.

VALENTIN, Marta Ligia Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências. Novembro/2004. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=8](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=8)>. Acesso em: 08 jun. 2011.

É o gerenciamento do ambiente informacional de uma organização.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

É a aplicação de princípios administrativos à aquisição, organização, controle, disseminação e uso da informação para a operacionalização efetiva de organizações de todos os tipos.

TARAPANOFF, Kira. Prefácio: inteligência, informação e conhecimento em corporações. In: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: UNESCO, IBICT, 2006. p. 9 – 14.

## **GESTÃO DE RISCOS**

É o conjunto de elementos, medidas e ferramentas utilizadas para interferir nas condições de vulnerabilidade e/ou atuar sobre ameaças, para diminuir ou mitigar os riscos existentes.

SARMIENTO, J. Gestión del riesgo ante la variabilidad y cambio climático. In: ALDUNCE, P.; NERI, C.; SZLAFSZTEIN, C. (Orgs.). **Hacia la evaluación de prácticas de adaptación ante la variabilidad y el cambio climático**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. p. 31-42.

## **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

É o processo que compreende as ações referentes à tomada de decisões políticas e estratégicas quanto aos aspectos institucionais, operacionais, financeiros, sociais e ambientais relacionados aos resíduos sólidos, capaz de orientar a organização do setor.

LIMA, José Dantas de. **Sistema integrado de destinação final de resíduos sólidos Urbanos**. Paraíba: ABES, 2005.

## **GESTÃO DO CONHECIMENTO**

É a gestão que se desenvolve através dos fluxos informais, ou seja, nas reuniões, experiências práticas, comportamento organizacional, valores e crenças, conhecimento de mundo etc., o que forma os ativos intelectuais intangíveis, que se apropria dos conhecimentos tácitos e desenvolve seu trabalho no âmbito do não registrado.

VALENTIN, Marta Ligia Pomim. Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências. Novembro/2004. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=8](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=8)>. Acesso em: 08 jun. 2011.

## GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

É uma das estratégias de fundamental relevância, eis que as pessoas, ao desenvolverem suas competências, transferem para a organização seu aprendizado, conferindo a esta a possibilidade de enfrentar seus desafios. A gestão por competências propõe o seguinte: planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização, as competências necessárias à consecução de seus objetivos.

WHIDDETT, Steve; HOLLYFORDE, Sarah. **A practical guide to competencies**: How to enhance individual and organizational performance. Chartered Institute of Personnel and Development, 2003.

## GOVERNANÇA

O uso do termo reflete o deslocamento nas áreas de ciências sociais e de políticas públicas de abordagens focadas no conceito de governo para um conceito mais abrangente de governança que incorpora os atores não estatais.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. **Governança ambiental e economia verde**. Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 17, p. 1469-1478, 2012.

É o engajamento do Estado e da sociedade civil para garantir a segurança e a coerência do processo democrático em favor de todos os cidadãos, particularmente, os excluídos dos resultados do projeto de desenvolvimento até então conduzido exclusivamente pelo estado e pelas forças liberais e neo-liberais de mercado.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria; SOUZA, Carlos Augusto. Participação e Governança Urbana. In: VASCONCELLOS, Mário; ROCHA, G. de M.; LADISLAU, Evandro (Orgs.). **O desafio político da sustentabilidade urbana**: gestão sócio-ambiental de Belém. Belém: UFPA/NUMA/EDUFPA, 2009. 179p.

É a estrutura composta de atores sociais e os procedimentos utilizados em processos de tomada de decisão. Os autores referem-se às capacidades de ações coletivas, públicas, sociais e privadas, existentes e as necessárias para promover a transição na direção da sustentabilidade.

BROSCH, S. A. O.; BURSZTYN, M. A. de A.; SOUZA, P. R. de. **Em busca da Governança das Águas para o Desenvolvimento Sustentável na Região da Bacia Hidrográfica do Rio Apa**. II Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local, 2000.

É considerado um aspecto que condiciona sua dinâmica, emergindo desde diferentes atores com a possibilidade de ser institucionalizada ou expressada através de normas formais de interação ou indiretamente através de agendas e contextos decisivos nos quais os atores discutem decisões sobre o acesso aos recursos.

LEBEL, L.; J. ANDERIES; B. CAMPBELL; C. FOLKE; S. HATFIELD-DOODS; T. HUGHES; J. WILSON. Governance and the capacity to manage resilience in regional social-ecological systems. **Ecology and Society** 11. V. 1. 2006. p. 19

É a criação de condições para regras planejadas e a ação coletiva ou instituições de coordenação social, podendo ser considerada como o processo de resolução de conflitos e de geração de uma visão e coordenação para a sustentabilidade.

FOLKE, C. ; H. THOMAS; P. OLSSON; J. NORBERG. Adaptive governance of social-ecological systems. **Annual Reviews Environmental Resources**. v.30. 2005.

É o conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais das políticas públicas, e da dinâmica das instituições do mercado. Assim a governança abrange tanto mecanismos governamentais como informais e/ou não estatais. Tem a capacidade social (os sistemas, seus instrumentos e instituições) de dar rumo, ou seja, orienta condutas dos estados, das empresas, das pessoas em torno de certos valores e objetivos de longo prazo para a sociedade.

BORN, R.H. **Governança e sustentabilidade**: Desafios para Todos. Vitae Civilis, 2007.

A governança refere-se a atividades de gestão que dependem de objetivos comuns. Trata-se de uma espécie de ordem que deve ser legitimamente aceita por todos, e é um conjunto de instrumentos que fortalece a capacidade de governar, alargando o âmbito dos resultados e a mobilização dos atores mais estratégicos. A noção de governança é entendida como uma qualidade do sistema político. Em geral, parece um senso comum que a governança é algo positivo, uma qualidade desejável relacionada com um funcionamento eficaz do governo e sua legitimidade.

CAVALCANTI, Clovis. **Governança ambiental no Brasil**: um panorama ecológico-econômico. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.) *Governança ambiental*. 2009. Trabalho não publicado

É a interação entre estruturas, processos e tradições que determina como o poder e as responsabilidades são exercidos, como decisões são tomadas e como os cidadãos e outros parceiros envolvidos são ouvidos. Diz respeito fundamentalmente às relações de poder e responsabilidade, definindo como são tomadas as decisões em assuntos de interesse coletivo, quem tem poder de decidir, quem influencia nas decisões e como são estabelecidas as responsabilidades dos tomadores de decisão.

GRAHAM, John; AMOS, Bruce; PLUPTRE, Tim. *Governance principles for protected areas in the 21st century*. Durban: UICN, 2003. 50 p.

É o exercício da autoridade econômica, política e administrativa para gerenciar um país em todos os níveis, visando o desenvolvimento e a formulação e implementação de políticas. Esta compreende os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercitam seus direitos legais, cumprem com suas obrigações e mediam suas diferenças (HELD, 2003).

HELD, D. **Democratic accountability and political effectiveness from a cosmo-politan perspective**. London: Centre for the study of global governance, 2003.

São as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de interesse público, que determinam as políticas do país (como o poder é exercido, como as decisões são tomadas, como as parcerias públicas x privadas são estabelecidas e como os cidadãos participam do processo decisório). Partindo-se do pressuposto de uma —boa governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, à medida que incorpora ao crescimento econômico equidade e direitos sociais.

SILVA, Fábio Carlos da. **Gestão municipal e políticas públicas**. Belém: Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública, 2001. Notas de aulas.

### **GOVERNANÇA AMBIENTAL**

É a implementação socialmente aceitável de políticas públicas; entende-se que este é um termo mais inclusivo que governo, por abranger a relação sociedade, estado, mercados, direito, instituições, políticas e ações governamentais, associadas à qualidade de vida e bem estar, visto que estes, notadamente, são aspectos relacionados com a saúde ambiental, que implica no estabelecimento de um sistema de regras, normas e condutas que refletem os valores e visões de mundo daqueles indivíduos sujeitos a esse marco normativo. A construção desse sistema é um processo participativo, e acima de tudo, de aprendizagem.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. **Governança ambiental e economia verde**. Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 17, p. 1469-1478, 2012.

Diz respeito à participação de todos e de cada um nas decisões que envolvem o ambiente, por intermédio de organizações civis e governamentais, a fim de obter ampla e irrestrita adesão ao projeto de manter a integridade do planeta, por intermédio das organizações existentes dentro das localidades.

ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. **Governança Ambiental Global: Opções & oportunidades**. Tradução: Assef Nagib Kfoury. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. 301 p.

### **GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA**

É uma nova forma de governar própria da sociedade rede que busca através da capacidade de organização e ação da sociedade fazer frente à crescente complexidade e diversidade das sociedades contemporâneas caracterizadas pela pluralidade de atores, relações horizontais, pela participação da sociedade no governo e sua responsabilidade de enfrentar os desafios socialmente colocados, tendo como finalidade o desenvolvimento humano e a gestão de interdependências.

ESTEVE, J. M. P. **Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das cidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

### **GOVERNANÇA PÚBLICA**

Pode ser entendida como competência dos gestores nas atividades e nas ações de gestão. A governança pública está associada com a capacidade dos governos na gestão das funções federais, estaduais e municipais, bem como a competência na implementação de respectivas políticas públicas para facilitar as ações necessárias na condução do país, dos estados e das cidades, contextualizando a participação dos cidadãos nesses desafios. Portanto, governança envolve, dentre outras características, a participação dos atores envolvidos nos processos de planejamento e gestão do espaço.

REZENDE, D. A. Planejamento estratégico municipal como proposta de desenvolvimento local e regional de um município paranaense. **Revista FAE**, Curitiba, v.9, n.2, p.87-104, jul./dez. 2006.

### **GOVERNANÇA URBANA**

É uma estratégia de desenvolvimento que busca a eficiência e a efetividade da ação pública e a atenuação dos efeitos negativos, conflitos não previstos e impotência real do espaço urbano. Ela fundamenta-se no reconhecimento e na incessante busca do bem público em contraposição ao interesse individual e particular.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria; SOUZA, Carlos Augusto. Participação e Governança Urbana. In: VASCONCELLOS, Mário; ROCHA, G. de M.; LADISLAU, Evandro (Orgs.). **O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão sócio-ambiental de Belém.** Belém: UFPA/NUMA/EDUFPA, 2009. 179p.

## I

### ICMS ECOLÓGICO

É um instrumento econômico de política ambiental (subsídio), que consiste numa parcela resultante da redivisão da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) redistribuída pelo estado aos municípios, sob critério ambiental. Funciona como um incentivo financeiro à conservação da diversidade, ao introduzir o critério ambiental para distribuição do montante de ICMS a que os municípios têm direito

NERY, M. A. **ICMS Ecológico: Análise do Desenho Brasileiro de um Subsídio Ambiental.** 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

É um forte instrumento econômico de incentivo fiscal. Tem como objetivo não somente alcançar a finalidade da preservação ambiental prevista na Constituição Brasileira, mas promover a justiça fiscal, isto é, influenciar nas ações voluntárias dos municípios na busca de melhorias da qualidade de vida das populações, por meio do aumento da receita

TUPIASSU, L. V. C. **Tributação ambiental: utilização de instrumentos econômicos e fiscais na implementação do direito ao meio ambiente saudável.** 2003. 294 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém: 2003.

### ICTIOCOURO (COURO DE PEIXE)

É o uso e aproveitamento da pele do pescado em couro, por ser considerado um couro exótico e inovador, tem aceitação geral em vários segmentos do mercado de moda, caracterizando como o principal subproduto da cadeia produtiva do pescado na confecção de acessórios e indumentária.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues de. **Processamento do filé e da pele da tilápia do Nilo (Oreochromis niloticus): Aspectos Tecnológicos, Composição centesimal, Rendimento, Vida Útil do Filé Defumado e Testes de Resistência da Pele Curtida.** 2003. Tese (Doutorado em Aqüicultura) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 2003.

### IMPACTO AMBIENTAL

É qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente; i) a saúde, a segurança, e o bem estar da população; ii) as atividades sociais e econômicas; iii) a biota; iv) as condições estéticas e sanitárias ambientais e; v) a qualidade dos recursos ambientais.

CONAMA. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986.** Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 09 fev. 2010.

## INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

É uma ferramenta coletiva capaz de valorizar as características diferenciadas de produtos permitindo a agregação de valor e protegendo de falsificações, permitindo um diferencial de mercado em função das características de seu local de origem e o modo de produção. As IGs também são capazes de promover a preservação da biodiversidade, do conhecimento regional e dos recursos naturais, podendo oferecer contribuições extremamente positivas para as economias locais e o dinamismo de cada região.

KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. L. L.; SCHWANKE, F.H.; GIESBRECHT, H. O. **Indicações geográficas: guia de respostas**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006.

## INDICADORES

São ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2010**. Rio de Janeiro – RJ. 2010. 443 p.

É um elemento sinalizador que, baseado em uma variável, informa algo sobre algum aspecto da realidade de um sistema, podendo constituir-se a partir de dados quantitativos ou qualitativos e retratar o *status quo* (estático) de um sistema ou o seu comportamento durante determinado período (dinâmico), com o objetivo de prover subsídios a processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de práticas e iniciativas.

VALARELLI, Leandro Lamas. A gestão de projetos e a construção e o usos de indicadores. In: **Construção e uso de indicadores de resultados e impactos**, jul., 2005.

Indicadores são dados, informações, valores ou descrições, que retratam uma situação, dão indicações e descrevem o estado de um fenômeno, podendo-se referir a uma informação numérica simples, a agregações matemáticas de informações ou mesmo de índices, visando expressar uma dada situação. Têm a finalidade de auxiliar na composição do banco de dados e na estruturação da matriz de análise.

NAHAS, M. Indicadores Intra-Urbanos como Instrumentos de Gestão da Qualidade de Vida Urbana em Grandes Cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, C.; KEINERT, T. (Org.). **Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand: p. 123-153, 2009.

## INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

São variáveis que nos fornecem informações vitais sobre a sustentabilidade (viabilidade) e a taxa de transformação de um sistema complexo, que são fundamentais para verificar até que ponto a evolução do sistema corresponde às necessidades materiais e valores éticos e morais da sociedade e quais são as opções de intervenção para modificar ou corrigir os rumos do desenvolvimento do sistema.

FENZL, N., MACHADO, J. A. **A Sustentabilidade de Sistemas Complexos: conceitos básicos para uma ciência do Desenvolvimento Sustentável: aspectos teóricos e práticos**. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA). Belém – PA. 2009. 285 p.

São instrumentos de mensuração que devem ser adequados à realidade ambiental e socioeconômica da região a ser avaliada (LEAL; PEIXE, 2010).

LEAL, C.T.; PEIXE, B.C.S. Estudo de indicadores de Sustentabilidade Ambiental no Paraná com recorte para os recursos hídricos usando geoprocessamento. In: PEIXE, B.C.S et al. **Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: reflexões, experiências e contribuições**. Paraná: EDUNIOESTE, 2010.

## INFILTRAÇÃO DA ÁGUA

É um processo de penetração da água através da superfície do solo, devendo ser quantificada por meio de métodos simples e capazes de representá-las adequadamente as condições naturais em que se encontra o solo.

JONES, A. A. A. **Global hidrology**. England: Pearson, 1999.

## INFORMAÇÃO

É um conjunto de dados, os quais devidamente processados são providos de um determinado significado e contexto para o sistema. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem escrita em um suporte espacial e temporal, seja ele impresso, seja ele um sinal elétrico ou uma onda sonora.

PONCHIROLLI, Osmar; FIALHO, Francisco Antonio Pereira. Gestão estratégica do conhecimento como parte da estratégia empresarial. **Rev. FAE**, Curitiba, v.8, n.1, p.127-138, jan./jun. 2005.

## INFORMAÇÃO AMBIENTAL

É um dos tipos de informação científica e tecnológica, como dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais facilitam a visão holística do mundo e, ademais, contribuem para a compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais.

TARGINO, M. das G. Informação ambiental: uma prioridade nacional? **Rev. Inf. e Soc**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 51-84, 1994.

## INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

É um sistema de extração e análise de dados que facilita a tomada de decisões estratégicas e o fluxo de informações, cabendo aos organizadores desse sistema a devida seleção de dados e informações que possam ser utilizados quando necessários.

ZENONE, Luiz Claudio. **Marketing estratégico e competitividade empresarial**: formulando estratégias mercadológicas para organizações de alto desempenho. São Paulo: Novatec, 2007.

É a inteligência estratégica como um processo de aprendizado motivado pela competição, fundado sobre a informação, permitindo esta última a otimização da estratégia corporativa em curto e em longo prazo. Dessa forma, facilitar e manter o aprendizado de indivíduos e grupos para gerar conhecimento faz a diferença nas organizações, o que proporciona a criação de inteligência estratégica nos diversos ambientes.

TARAPANOFF, Kira. Prefácio: inteligência, informação e conhecimento em corporações. In: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: UNESCO, IBICT, 2006. p. 9 – 14.

## INUNDAÇÃO

Ação ou efeito de inundar; transbordamento das águas, cobrindo certa extensão do terreno.

SANTOS, F. **Alagamento e inundação urbana: modelo experimental de avaliação de risco**. 2010, 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), UFPA - Museu Paraense Emílio Goeldi e EMBRAPA, Belém, 2010.

## J

### JARDIM BOTÂNICO

É uma área protegida constituída no seu todo ou em parte por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do país, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo a educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTAL (CONAMA). **Resolução nº 339 de 25 de setembro de 2003**. Brasília: MMA, 2012.

## L

### LAGO

São corpos de água sem ligação direta com o mar e suas águas têm em geral baixo teor de íons dissolvidos quando comparadas às águas oceânicas. Não são elementos permanentes da paisagem por serem fenômenos de curta durabilidade na escala geológica.

ESTEVES, S. A. **Fundamentos da limnologia**. Rio de Janeiro: Interciência, 1998.

### LICENCIAMENTO AMBIENTAL

É um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

CONAMA. Resolução n 237 de 19 de Dezembro de 1997. **Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente**, pp.: 30.841-30.843, 1997.

É o conjunto de atos baseados em princípios e regras que o levem a manter o equilíbrio entre o órgão licenciador Federal, Estadual ou Municipal e o licenciante, como uma série ordenada de atos previamente estabelecidos, os quais respeitam os princípios do devido processo legal, da publicidade, da supremacia do interesse difuso sobre o privado, da indisponibilidade do interesse público, da moralidade, finalidade e legalidade ambientais (FIORILLO, 2011).

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Constitui um importante instrumento de gestão do ambiente, na medida em que, por meio dele, a Administração pública busca exercer o necessário controle sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais, de forma a compatibilizar o desenvolvimento econômico com preservação do equilíbrio ecológico. Isto é, como prática do poder de polícia administrativa, não deve ser considerado como obstáculo teimoso ao desenvolvimento, porque este também é um ditame natural e anterior a qualquer legislação.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

É um instrumento utilizado de forma compartilhada entre os entes da Federação de acordo com as regras de competência, com o objetivo de regular as atividades e empreendimentos que utilizam os recursos ambientais e podem gerar degradação ambiental, sendo conduzido pelo Poder Executivo, na figura dos seus órgãos ambientais em seus respectivos âmbitos e no exercício do poder de polícia administrativa.

BRASIL. Lei nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial de União**, Brasília, 01 de julho de 1981.

É um instrumento para avaliar se as previsões de impactos e as medidas de prevenção e controle sugeridas nos estudos ambientais mostram-se adequadas durante a implantação e operação do empreendimento. Esta avaliação permanente permite constatar ineficiências no sistema de controle adotado (previsões incorretas, falhas humanas ou ocorrências de eventos imprevistos), de forma que se possam promover, com agilidade, as correções necessárias.

BRASIL. **Caderno de licenciamento ambiental**. Brasília, DF, 2009.

É um mecanismo no qual o poder público procura controlar as atividades econômicas que degradam ou as que podem degradar o meio ambiente. Ele deve promover, portanto, a interface entre o interesse econômico do empreendedor, cuja atividade pode interferir ou já interfere na estrutura do meio ambiente, e o dever do Estado em garantir o direito à sociedade em ter o meio ambiente equilibrado garantindo a conformidade com os objetivos dispostos na Política Nacional do Meio Ambiente.

FARIAS, T. **Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

É uma manifestação do poder de polícia administrativa, cujo principal sentido é a prevenção do dano ambiental, representando, por isso, um dos principais instrumentos das políticas públicas de meio ambiente. Adverte ainda que o licenciamento enquanto procedimento administrativo não tem eficácia imediata, a qual se opera através da emissão da licença ambiental pelo órgão competente.

GODOY, A. V. **A eficácia do licenciamento ambiental como um instrumento público de gestão do meio ambiente**. Brasília, DF: OAB, 2005.

## LICENÇA AMBIENTAL

Constitui numa outorga concedida pelo Poder Público a quem pretender exercer atividades que envolvem recursos naturais, de tal modo que todos os empreendedores que pretendem construir, instalar, ampliar e colocar em funcionamento estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, deverá requerê-las perante o órgão público competente.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE -CONAMA. **Resoluções do conama**: resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e novembro de 2008. 2. ed. Brasília, DF: 2012

## M

### MANEJO COLETIVO

Constitui um acordo institucional entre os usuários locais, ONGs, outros grupos interessados (atravessadores, coletores, exportadores, pescadores) e as agências públicas. Isto significa uma distribuição de responsabilidades, competências e uma clara definição entre o exercício da autoridade pública e as pautas de uso, acesso, controle e manejo dos recursos.

POMEROY, R.; F. BERKES. Two to tango: the role of government in fisheries co-management. *Marine Policy*.v. 21 n.5. 1997.

### MANEJO FLORESTAL

É o uso de práticas de planejamento e princípios de conservação que garantem que uma determinada floresta seja capaz de suprir, de forma contínua, um determinado produto (madeira, produtos não madeireiros) e/ou serviços ambientais.

PEREIRA, D.; LENTINI, M. **Guia SAMFLOR**: sistema de apoio ao manejo florestal. Belém: IMAZON, 2010.

É um tipo de exploração madeireira realizada de forma planejada a fim de assegurar a manutenção da floresta para outro ciclo de corte.

SABOGAL, C et al. **Manejo florestal empresarial na Amazônia brasileira**. Belém: CIFOR, 2006.

Um conjunto de atividades desenvolvidas, antes durante e após a exploração madeireira, com vista a garantir a máxima eficiência da colheita com o mínimo de danos ecológicos à floresta, de forma que novas safras sejam extraídas, em ciclos regulares e infinitos de exploração.

SOUZA, André Luís Lopes de. **Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e uso dos recursos madeireiros na Amazônia**: desafios, possibilidades e limites. Belém: UFPA; NAEA, 2002.

### MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

É a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, 2006.

É uma atividade que utiliza os recursos florestais (produtos madeireiros e não madeireiros), ao mesmo tempo em que os preserva para as gerações futuras, produzindo continuamente benefícios econômicos e sociais com poucas modificações ao ambiente.

D'OLIVEIRA, Marcus Vinício Neves; et al. **Manejo florestal sustentável na pequena propriedade**. Rio Branco: Embrapa Acre, 2007.

## MANGUEZAL

É uma floresta de mangue, entendido como um ecossistema de transição entre a água e a terra firme, sendo irrigada por uma infinidade de pequenos canais diariamente inundados pelas águas costeiras.

ALVES, André. Precedido de Balinesecharacter (re) visado por EtieneSaimain. **Os argonautas do mangue**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

É o ecossistema de manguezal correspondente a um ambiente de floresta, composto por poucas espécies de flora, que são resistentes a muitos períodos de inundação e altos teores salinos, possuem uma fauna associada de grande biodiversidade e conseqüentemente inúmeros grupos taxonômicos.

ISAAC, V. J.; Paul, U. S.; Schneider, H. Programa MADAM: Cooperação internacional para a compreensão dos ecossistemas de manguezal do litoral paraense. In: ARAGÓN, Luis. E.(org.); **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém/PA: UFPA/NAEA. P. 109-123, 2003.

## MEIO AMBIENTE

É o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente: uma incursãohumanista na questão ambiental**. Campinas-SP: Millennium, 2002.

É a noção de um lugar determinado ou percebido, aonde os elementos naturais e sociais encontram-se em relações dinâmicas e em interação. Estas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

## MIGRAÇÃO

É uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre migração externa e a migração interna.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração 1966. In: MOURA, Hélio de (Coord). **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980, p.89-114.

Relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como um conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do —fim dos territórios à —multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a, 400p.

É o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para uma outra, que se realizou durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência.

SALIM, Celso Amorin. Migração: O fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Brasília, DF. **Anais** . Brasília, 1992,v.3, p.119-144.

## MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

É um movimento que tem lugar fora da área de jurisdição do país emigratório e leva em considerações as atividades individuais dos emigrados, ao passo que a colonização decorre mais da exigência nacional, que atribui grande importância à criação, manutenção de colônias e outras atividades em benefício do Estado.

SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil**: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

## MODELAGEM HIDROLÓGICA

É uma representação matemática do fluxo de água e seus constituintes em alguma parte da superfície do solo ou subsolo.

MAIDMENT, D. Developing a spatially distributed unit hydrograph by using zIS. In: KOVAR, K.; NACHTENEDEL, H. *Applications of GIS in hydrology and waterresources Proceedings of Vienna conf.*, April 1993. IAHS publ. no. 211, p. 181-

## MONITORAMENTO AMBIENTAL

É o conjunto de continuas observações e medições de parâmetros ambientais, podendo ser usada para controle e/ou alarme, ou seja, é a coleta sistemática e periódica de dados previamente selecionados, com o objetivo principal de verificar o atendimento a requisitos predeterminados, de cumprimento voluntário ou obrigatório, como padrões legais e condições impostas pela licença ambiental.

É um mecanismo geralmente adotado para verificar a qualidade do ambiente afetado pela execução de projetos e o cumprimento das condições impostas ao projeto. Entre outras funções, o monitoramento deve permitir confirmar ou não as previsões feitas no estudo de impacto ambiental, constatar se o empreendimento atende aos requisitos aplicáveis (exigências legais, condições da licença ambiental e outros compromissos) e, por conseguinte alertar para a necessidade de ajuste e correções.

SÁNCHEZ, L. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

São organizações de cidadãos que tem como objetivos a busca pela moradia, saúde, lazer, desporto, educação de qualidade, cultura, ou seja, buscam uma política que alcance as camadas necessitadas da sociedade, pessoas expropriadas, espoliadas e segregadas de seus direitos.

SILVA, J. B. da. **Unidade de Conservação e organizações das populações tradicionais sul amapaenses** : tendências, problemas e perspectivas. Belém, 2003. Tese (NAEA/UFPA)

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Este fenômeno corresponde à mudança direta ou indiretamente atribuída à atividade humana, que altere a composição da atmosfera global e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

FURRIELA, R. **Introdução à Mudança climática global**: desafios atuais e futuros. Brasília: IPAM, 2005, 44 p.

É uma mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

PEREIRA, André S.; MAY, Peter H. Economia do aquecimento global. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria de (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 219-244.

## N

### NEOEXTRATIVISMO

É um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção.

REGO, José Fernandes. **Amazônia**: Do extrativismo ao neoextrativismo. 1999. Disponível em: <http://74.125.47.132/search>. Acesso em: 06.12.2008.

É a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular.

ALLEGRETI, Mary. **O Pará, finalmente, valoriza o extrativismo**. Disponível em: [http://www.maryallegretti.blogspot.com/2008\\_02\\_01\\_archive.html](http://www.maryallegretti.blogspot.com/2008_02_01_archive.html). Acesso em: 20.01.2009.

É o extrativismo realizado em comunidades, sobretudo em reservas extrativistas e não o que é praticado pelas transnacionais. Estas têm a seu lado um complexo cenário conjuntural favorável à exploração em grande escala.

CONSTANZA, R. **Ecological economics**: the science and management of sustainability [s.l.:s.n] 1991. 525p.

## O

### ORDENAMENTO TERRITORIAL

Consiste em compartilhar as necessidades do homem relativas à ocupação e uso do solo, aliada à capacidade de suporte do território que pretende ocupar. E esta ocupação envolve estruturas e equipamentos destinados a atividades essenciais, como por exemplo, habitação, educação, saúde, energia, produção, transporte, comunicação, cultura e lazer.

MACEDO, Ricardo Konh de. **Gestão Ambiental: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e unidades produtivas**. Rio de Janeiro: ABES, 1994.

Implica um envolvimento tanto dos agentes estatais quanto da sociedade local, devendo ser a tradução espacial das políticas econômica, social, cultural, e ecológica da sociedade.

BENATTI, José Heder. **Ordenamento Territorial e Proteção Ambiental**: aspectos legais e constitucionais do zonamento ecológico econômico. Série Grandes Eventos, 2003.

É um instrumento de gestão ambiental que consiste em compatibilizar as necessidades do homem relativas à ocupação e ao uso do solo com a capacidade de suporte do território que pretende ocupar.

ALMEIDA, Flávio G. Ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental. In: SANTOS, M.; BECKER, Berta. (Org.) **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 333- 351.

É o impacto na distribuição da população, das atividades produtivas, dos equipamentos e de suas tendências, assim como a delimitação de territórios de populações indígenas e tradicionais e áreas de conservação no território nacional ou supranacional, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação de múltiplos atores.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Documento base para a definição da política nacional de ordenação do território PNOT** (versão preliminar). Brasília, DF, MI, 2006, 260 p.

## ORGANIZAÇÕES

São locais de ação social que funcionam como sistemas pensados para atingir metas formais definidas por intermédio da tomada de decisão racional . E elas podem ser organizações políticas, econômicas, sociais.

CLEGG, S. R e HARDY, C. Organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R. et al. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais**. 5. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

## ORLA MARÍTIMA

É a unidade geográfica inclusa na zona costeira, delimitada pela faixa de interface que representa a estrutura entre a terra firme e do mar.

MMA/MP. **Projeto orla: fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

## P

## PARQUES URBANOS

São espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente, de cobertura vegetal, destinados à recreação.

KLIASS, Rosa G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

São lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na definição da palavra cenário ou da palavra paisagem.

SCALISE, W. **Parques Urbanos** – evolução, projeto, funções e uso. Revista Assentamentos Humanos, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.

É todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil = **Brazilian Urban Parks**, São Paulo: Editora da USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

### **PARTICIPAÇÃO**

Significa em fazer parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública e/ou de ações coletivas.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

### **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

É o processo de redefinição dos setores públicos e privados, visando redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente a ele não têm acesso (sentimento de exclusão das camadas sociais em relação à lógica de desenvolvimento).

JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002.

É o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. 5.ed. São Paulo, 2007, 84 p.

É o processo de envolvimento dos diversos setores da sociedade, sejam entidades ou organizações sociais, que não necessariamente devem ser identificados como atores sociais, pois o objetivo central deste tipo de participação é conhecer nesses setores seus interesses, limitações, potencialidades e necessidades, para posterior criação de espaços de cidadania para deliberações.

ESTEVE, Josep M. Pascual. **Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das cidades**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

É o processo mediante o qual os membros de uma sociedade tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens dessa mesma sociedade. Concebemos a participação social como um processo de ações e decisões que criam e modificam as estruturas básicas da sociedade, ou seja, a infra-estrutura econômica (produção de bens e serviços), as instituições políticas (gestão) e as estruturas de distribuição e consumo (usufruto dos bens produzidos e geridos).

AMMANN, S.B. **Participação social**. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda., 1977.

### **PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

É um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os mecanismos perceptivos são dirigidos pelos estímulos externos e são captados pelos sentidos. Já os mecanismos relacionam-se à contribuição da inteligência, uma vez que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia. **Percepção Ambiental: a experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel/UFSCar, 1996.

É o modo de uma pessoa vivenciar os aspectos ambientais na relação com seu entorno, onde são relevantes não apenas os aspectos físicos, mas também os aspectos psicossociais, socioculturais e históricos.

ITTELSON, W.H. **Environment and cognition**. New York: Seminar Press, 1973.

## **PESCA**

É toda atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal ou mais freqüente de vida e que seja ou não submetido a aproveitamento econômico.

BRASIL. Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988. Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Brasileira, Brasília, DF, 1997.

## **PESCA ARTESANAL**

É a atividade exercida por produtores autônomos ou com relações de trabalho em parcerias que utilizam pequenas quantias de capital e meio de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura não mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos. Contribui, ainda, para a manutenção da diversidade cultural vinculada à atividade de pescadores, coletores de crustáceos/ mariscos.

MORAES, Sergio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca - Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2008.

É o tipo de pesca que usa de tecnologia simples de produção – constituída de barcos de madeira artesanal, a vela ou a motor –; alguns apetrechos de pesca serem feitos também de forma artesanal pelos pescadores; os métodos de detecção de cardumes de peixes serem realizados com base na experiência e observação dos pescadores; e a precariedade dos meios de produção na captura e na conservação do pescado.

FURTADO, L. G. **Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará**. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Nova série: Antropologia, Belém –PA (79) 1-50, 1981.

## **PLANEJAMENTO**

É uma ação pautada por uma perspectiva de transformação na consciência das pessoas, antes de transformar a realidade através da práxis, ele implica em um processo pedagógico onde a comunicação se torna fundamental em seus aspectos de linguagem e métodos.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

Significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tenta simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis erros e benefícios.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

## **PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**

É o processo de construção coletiva em que se vai fazendo e aprendendo, a partir de um conhecimento preliminar que referencia o fazer, o compreender e o interpretar a realidade e o próprio procedimento coletivo de criação, o processo completo de planejamento alimenta-se, indefinidamente, na trilogia dialógica do sabendo-fazendo-aprendendo (sabendo mais).

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

É o processo que implica em representatividade social e presença atuante em todas as suas etapas, como “um processo coletivo e compartilhado do conhecimento e de tomada de decisão sobre o futuro da sociedade, assegurando o envolvimento de todos os atores sociais e a interação dos saberes populares e técnicos.

TURNES, V. **Projeto Meu Lugar: conceitos básicos e mobilização de atores locais**. Florianópolis, Cidade Futura, 2004.

## **PLANO DIRETOR**

É um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentariam um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM: 237-248, 1999.

É uma lei municipal que estabelece as diretrizes gerais para o planejamento do município visando sua organização, crescimento, e funcionamento.

DANTAS, F. **Planos Diretores na Amazônia: participar é um direito**. São Paulo: Instituto Pólis. 2006. 42 p.

## **PLANO DIRETOR URBANO**

É o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Em suas diretrizes gerais, concede ao poder público a missão de promover o desenvolvimento da cidade, sendo obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

## **PLANO DE MANEJO**

Conjunto de ações e atividades necessárias ao alcance dos objetivos de conservação de áreas protegidas, incluindo as atividades afins, tais como proteção, recreação, educação, pesquisa e manejo dos recursos, bem como as atividades de administração ou gerenciamento.

MILANO, M. **Unidades de conservação: conceitos e princípios de planejamento e gestão**. Curitiba, FUPEF. 1989. 65 p.

Instrumento dinâmico que apresenta diretrizes básicas para o manejo de áreas protegidas, mediante a análise dos seus recursos naturais e dos fatores antrópicos que a afetam, resultando num amplo processo de planejamento para a indicação das ações ativas e passivas a serem realizadas na área de intervenção, com base em informações coletadas e analisadas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS RENOVÁVEIS (IBAMA); Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit. **Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto**. Brasília, 1996

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15.09.1965.

## **POLÍTICA INDUSTRIAL**

É a criação, a implementação, a coordenação e o controle estratégico de instrumentos destinados a ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, a fim de garantir condições concorrenciais sustentáveis nos mercados interno e externo.

CAMPANARIO, Milton de Abreu; SILVA, Marcello Muniz da. Fundamentos de uma nova política industrial. In: FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme (Org.) **Política Industrial 1**. São Paulo: Publifolha, 2004.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS**

É uma série de decisões interrelacionadas tomadas por um ator político ou grupo de atores políticos objetivando a seleção de objetivos e meios de atingi-los dentro de uma situação específica.

VALLEJO, Luis Renato. **Unidades de Conservação**: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

São diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA, 2005.

É entendida como um conjunto de procedimentos que exprimem relações de poder e que se dirige à resolução de conflitos referentes aos bens públicos. Portanto, política pública é o processo pelo qual os diversos grupos sociais tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade.

RODRIGUES, Marta Maria Assunção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010. 94 p. (Folha Explica).

É o campo de estudo da política que analisa os governos por meio das grandes questões públicas.

MEAD, L. Public policy: vision, potential, limits. **PolicyCurrents**, fev. 1995, p. 1-4.

É o conjunto de ações governamentais que irão produzir efeitos específicos.

LYNN, L. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica: Goodyear, 1980.

É a intervenção do poder público no sentido do ordenamento de opções prioritárias entre necessidades e interesses dos diferentes segmentos que compõem a sociedade. Elas podem ainda referir-se a ações e

omissões que demonstrem uma modalidade determinada de intervenção do estado em relação a uma questão de interesse da sociedade civil.

REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. Políticas públicas para a inclusão social: a educação em foco. **Unirevista**, Rio grande do Sul, v. 1, n 2, p. 1-9, abr. 2007.

É uma forma de regulação ou intervenção dos conflitos sociais, é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social.

SILVA E SILVA, M. O. DA. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: \_\_\_\_\_ (Org). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001.

Implica propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e à sociedade, onde e com quem são implementados.

SIMONIAN, Ligia T. L.. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, Maria Célia Nunes; SIMONIAN, Ligia; FENZL, Norbert (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 2000. p. 09-53.

É o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produziram resultados ou mudanças no mundo real.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-86.

## **POLUIÇÃO SONORA**

É a perturbação no meio ambiente sonoro que pode causar danos à integridade do meio ambiente e à saúde dos seres humanos.

FARIAS, Talden. Análise jurídica da poluição sonora. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1293, 15jan. 2007.

É o ruído capaz de incomodar ou de gerar malefícios à saúde.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente. Doutrina, Jurisprudência**. 5. ed. reformulada, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. 1280 p.

## **POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

São aquelas populações que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável.

ARRUDA, Rinaldo. Populações Tradicionais e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, 1999.

É o termo utilizado para definir povos de ocupação histórica, com identidade sociocultural, sistemas de produção especialmente voltados para a subsistência, além de ser uma forma de distinguir habitantes tradicionais dos estrangeiros.

DIEGUES, Antônio Carlos e Arruda, Rinaldo S. V. (org.). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília.** São Paulo: USP, 1999.

### **PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR (PPP)**

É constituído sobre a lógica básica de quem auferir os lucros ou benefícios pela utilização dos recursos ambientais e deve ser responsável pelos custos resultantes dessa apropriação.

OLIVEIRA, Maria Cristina Cesar de. As dificuldades de implementação da legislação ambiental no Brasil: uma contribuição ao Estado do Pará. *In*: OLIVEIRA, Maria Cristina Cesar (Org.) **Meio ambiente, cidadania e lei.** Belém: UFPA. Numa, 2004. p. 7-12. (Estudo do Numa 11).

## **Q**

### **QUILOMBOLAS**

São grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. Nesse sentido, eles constituiriam grupos étnicos, isto é, um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão.

ARRUTI, José Maurício Andion. Quilombos. *In*: OSMUNDO, Pinho (Org.). **Raça: perspectivas antropológicas.** São Paulo: ABA: Unicamp: EDUFBA, 2008.

## **R**

### **RECICLAGEM**

É considerado, pelos manuais, como o mais eficaz método de tratamento e destinação final dos resíduos, depois da redução na fonte geradora. A reciclagem reintroduz no processo produtivo materiais antes considerados resíduos pelo seu gerador.

PHILIPPI JUNIOR., Arlindo; AGUIAR, Alexandre de O. —Resíduos sólidos: características e gerenciamento. *In*: PHILIPPI JUNIOR., Arlindo (Org.) **Saneamento, saúde e meio ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri, SP: Manole, 2005, p 267 – 321 (Coleção Ambiental, n. 2)

É um processo industrial, onde por meio de levantamento mercadológico o resíduo é reinserido como um material ainda economicamente viável, para isso são necessárias condições sociais e tecnológicas favoráveis.

VIEIRA, A. **Reciclagem e sociedade:** uma abordagem social da análise do ciclo de vida das latas de alumínio Belém: EDUFPA, 2006.

Se constitui num processo de transformação dos resíduos sólidos, dentro de padrões e condições estabelecidas pelo órgão ambiental, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os novos produtos, na forma insumos, ou em rejeito.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 1991, 2007, 2010.

## **REDES**

É o espaço organizado a partir de relações sociais que priorizam a mobilidade e a fluidez, por meio de linhas ou dutos e pólos ou nós (conexões), necessários à dinâmica dos fluxos (materiais ou imateriais) que o fundamenta.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

É um conjunto de nós interconectados.

CASTELLS, M. Rumo ao estado-rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO. São Paulo, **Anais...** São Paulo: Maré, 1999.

É um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si, por um certo número de ligações.

CORREA, R. L. A. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: SILVA, José B. da; COSTA, Maria Clélia L; DANTAS, Eustógio W.C. (Org.). **A Cidade e o urbano**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1995. v. 1, p. 131-136.

## **REFUGIADOS AMBIENTAIS**

São pessoas que são forçadas a deixar seu habitat tradicional, temporária ou permanentemente, devido a distúrbio ambiental (natural e/ou provocado por pessoas) que colocou em risco sua existência e/ou afetou seriamente a qualidade de vida.

EL-HINNAWI, Essam. **Environmental Refugees**. Nairobi: United Nations Environment Programme - UNEP, 1985, p. 05.

## **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Destina-se a concretizar o domínio do estado sobre a posse das terras inseridas nos limites da área a ser regulamentada, no caso as ilhas e várzea ocupadas por ribeirinhos, onde o poder público está regularizando um apossamento preexistente. Esta política não somente se constitui como regularização fundiária, mas também distributiva à medida que a política pública adotada pela instituição de reforma agrária consiste em conceder financiamento para a construção de casas e para a compra de incrementos para atividades agroextrativistas.

BENATTI, J. H. Aspectos jurídicos e fundiários da várzea: uma proposta de regularização e gestão dos recursos naturais. In: BENATTI, J. H. et al. **Questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea**: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: IBAMA; ProVárzea, 2005.

## **RESERVA EXTRATIVISTA (RESEX)**

É uma Unidade de Conservação (UC) destinada à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais extrativistas. É um instrumento legal que visa, em medidas diferentes, a preservação social e ambiental se inserindo no contexto das UC's.

BRASIL. Decretos e Leis, etc. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, \_ 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19.07.2000.

São espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política pública ambiental do país.

ALLEGRETTI, M. H.. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In. ANDERSON, Anthony. et al. (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

### **RESERVA FLORESTAL LEGAL**

É a criação de espaço territorialmente protegido de qualquer tipo de degradação dentro da propriedade particular ou posse rural, só podendo ser explorado através de plano de manejo devidamente aprovado pelos órgãos ambientais.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2004., 216.

É a parcela da propriedade rural que deve ser conservada com vegetação natural, sendo nela permitida apenas a exploração racional, sem destruir o conjunto da vegetação.

OLIVEIRA, S.J.M.; BACHA, C.J.C., Avaliação do Cumprimento da Reserva Legal no Brasil, **Revista de Economia e Agronegócios**, Viçosa, v. 1, nº. 2.

### **RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RDS)**

É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em 21 mai. 2011

### **RESÍDUOS SÓLIDOS**

São materiais heterogêneos (inertes, minerais e orgânicos) resultantes das atividades humanas e da natureza, os quais podem ser parcialmente utilizados, gerando, entre outros aspectos, proteção à saúde pública e economia de recursos naturais.

LIMA, J. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. Paraíba: ABES, 2001

É o material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

BRASIL. Lei 12.305/2005. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.

São resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10.004**: resíduos sólidos – classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

São aqueles rejeitos e sobras das atividades humanas que podem ser reutilizados, reaproveitados e/ou reciclados tendo uma agregação de valores econômicos, sociais e ambientais.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. **Políticas Públicas de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos no Município de Presidente Prudente- SP**. 2008. 232 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

Significa lixo, refugo, e outras descargas de materiais sólidos, incluídos resíduos sólidos de materiais provenientes de operações industriais, comerciais e agrícolas e de atividades da comunidade, mas não inclui materiais sólidos ou dissolvidos nos esgotos domésticos ou outros significativos poluentes existentes nos recursos hídricos, tais como a lama, resíduos sólidos dissolvidos ou suspensos na água, encontrados nos efluentes industriais, e materiais dissolvidos nas correntes de irrigação ou outros poluentes comuns da água.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

## **RESÍDUO SOLÍDO URBANO**

São os restos provenientes de residências ou qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares, bem como os resíduos de limpeza pública urbana.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 308/02. Dispõe sobre o licenciamento ambiental de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados em municípios de pequeno porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22.03.2002.

## **RISCO**

É uma medida da probabilidade e severidade de um efeito adverso para a saúde, propriedade ou ambiente. Risco é geralmente estimado pelo produto entre a probabilidade e as conseqüências. Entretanto, a interpretação mais genérica de risco envolve a comparação da probabilidade e conseqüências, não utilizando o produto matemático entre estes dois termos para expressar os níveis de risco.

CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO, Naíse de Oliveira; RIO, Gisela Aquino Pires do. **Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas**. In: Anuário do Instituto de Geociências, v. 28, n.2, p.11-30, 2005.

É a probabilidade de que um evento - esperado ou não esperado - se torne realidade.

PELLETIER, P. Um Japão sem riscos? In: VEYRET, Y. (Org.) **Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. 220p.

## RISCO AMBIENTAL

É uma forma de relacionar-se com o futuro, expressa pela probabilidade de que uma determinada ameaça ocorra, causando danos aos seres humanos e ao seu bem-estar, ou seja, o risco fundamenta a existência de indivíduos, organizações e sociedade que vem sendo amplamente discutido devido aos acidentes industriais, ao aumento de poluição ambiental, ao aquecimento global.

HABERMANN, M. & GOUVEIA, N. **Justiça ambiental: uma abordagem ecossocial em saúde.** Programa de pós-graduação em ciências. Departamento de Medicina Preventiva. São Paulo : USP, 2008.

## RISCO NATURAL

É a probabilidade que um local tem de ser afetado por conta de uma ameaça natural, associada à falta de medidas adequadas para minimizar seus impactos negativos relacionado ao alto grau de vulnerabilidade social. Assim, os riscos resultam da relação dinâmica entre os perigos físicos e a vulnerabilidade de uma sociedade ou de algum de seus componentes como setores de serviço, transporte, abastecimento de água, energia.

VILLAGRAN DE LEÓN, J. **Naturaleza de los riesgos, un enfoque conceptual.** Centro de Investigación y Mitigación de Desastres Naturales. Guatemala, 2002. 53 p.

Está associado ao comportamento dinâmico dos sistemas naturais, isto é, considerando o seu grau de estabilidade/instabilidade expresso na sua vulnerabilidade a eventos críticos de curta ou longa duração, tais como inundações, desabamentos e aceleração de processos erosivos.

EGLER, C. A. G. . Risco Ambiental como critério de gestão do território: uma aplicação à Zona Costeira Brasileira. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 31-41, 1996.

## RISCO SOCIAL

É visto como resultante das carências sociais ao pleno desenvolvimento humano que contribuem para a degradação das condições de vida. Sua manifestação mais aparente está nas condições de habitabilidade, expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo.

EGLER, C. A. G. . Risco Ambiental como critério de gestão do território: uma aplicação à Zona Costeira Brasileira. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 31-41, 1996.

## S

### SENSORIAMENTO REMOTO

Refere-se ao processo de obtenção de informações sobre objetos sem contato o físico com estes, o que ocorre através da utilização de sensores que captam e registram a energia refletida ou emitida pelos elementos (alvos) dos quais se pretende extrair a informação.

NOVO, Evlyn Márcia Leão de Moraes; Ponzoni, Flávio Jorge. **Introdução ao Sensoriamento Remoto.** São José dos Campos, 2001

É a prática de aquisição de informações a partir de uma perspectiva de cima utilizando energia eletromagnética atuando em uma ou diversas faixas do espectro, sendo que essa energia pode ser refletida ou emitida pela superfície terrestre.

CAMPBELL, J.B. **Introduction to Remote Sensing**. Second edition. ed. Taylor & Francis, 1996.

É a ciência e a arte de obter informações a respeito de objetos na superfície terrestre sem necessariamente estar em contato direto com eles.

JENSEN, J. R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente**: uma perspectiva em recursos terrestres. 2 ed. EPIPHANIO, J.C.N. *et al* (Tradução). São José dos Campos: Parêntese Editora, 2009. p. 554.

## SERVIÇOS AMBIENTAIS

São atividades ocasionadas de modo espontâneo por componentes do sistema ambiental, cujos resultados impactam direta ou indiretamente na manutenção e na reprodução dos modos de vida de grupos humanos. Consideram-se serviços ambientais: a purificação da água e do ar; o controle das enchentes e das secas; a decomposição e limpeza dos dejetos; a produção e a renovação de solo fértil; a polinização da vegetação; o controle de pragas comuns à agricultura; a dispersão de sementes e transferência de nutrientes; a manutenção da biodiversidade; a proteção dos raios ultravioletas do sol; a estabilidade, mesmo que parcial, do clima; a moderação de temperaturas e das forças do vento e das marés; a sustentação da diversidade cultural humana e o propiciar de um senso estético de beleza e estímulo intelectual que eleva o espírito humano.

PÁDUA, S. **O que são Serviços Ambientais?** Portal O Eco. Disponível em: [http://www.oeco.com.br/suzana-padua/18255-oeco\\_19816](http://www.oeco.com.br/suzana-padua/18255-oeco_19816). 2006. Acessado em 03/01/2011.

São serviços úteis oferecidos pelos ecossistemas para o homem, como a regulação de gases (produção de oxigênio e sequestro de carbono), belezas cênicas, conservação da biodiversidade, proteção de solos e regulação das funções hídricas.

FEARSINDE, Philipe. **Serviços Ambientais como uso sustentável de recursos naturais na Amazônia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, 2002.

## SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFS)

São sistemas de uso da terra que envolve a integração de árvores ou outras espécies perenes lenhosas com cultivos agrícolas e/ou pecuária, procurando obter como resultado dessa associação a racionalização e o melhor aproveitamento do uso dos recursos naturais envolvidos no sistema de produção.

ENGEL, V. L. **Introdução aos Sistemas Agroflorestais**. Botucatu: FEPAF, 1999. 70p.

É a prática de combinar espécies florestais com culturas agrícolas e/ou pecuária” (YARED; BRIENZA JÚNIOR; MARQUES, 1998).

YARED, J. A. G.; BRIENZA JÚNIOR, S.; MARQUES, L. C. T. **Agrossilvicultura**: conceitos, classificação e oportunidades para aplicação na Amazônia brasileira. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 1998. 39p. (Documentos, n.104).

É a forma de uso múltiplo da terra, que visam a integração dos componentes florestais, agrícolas e/ou animais, para que os benefícios dessa prática atendam às necessidades do produtor local, e também da sociedade, mantendo a produtividade do solo para as futuras gerações (SILVA et al., 2008).

SILVA, P. de T. E. da et al. Identificação e Caracterização de Zonas Bioclimáticas das Áreas de Inserção de Sistemas Agroflorestais praticados na Amazônia Brasileira. **Revista ciências agrárias**, n.49, p.87-100, jan/jun. 2008.

## SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

É o conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável de uma comunidade para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos. Caracteriza-se pela retirada de água da natureza, adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades.

BARROS, Raphael T. de V. et al. **Saneamento**. Belo horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. (Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios).

## SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

É um sistema com capacidade para aquisição, armazenamento, tratamento, integração, processamento, recuperação, transformação, manipulação, modelagem, atualização, análise, e exibição de informações digitais georreferenciados, topologicamente estruturadas, associadas ou não a um banco de dados alfanuméricos.

ROCHA, César Henrique Barra. **Geoprocessamento**: tecnologia transdisciplinar. Juiz de Fora – MG: Ed. do Autor, 2000.

É um sistema que processa dados gráficos e não gráficos (alfanuméricos) com ênfase a análises espaciais e modelagens de superfícies. Tem a capacidade de integrar informações espaciais de diferentes tipos em uma única base de dados geográfica, como por exemplo: dados cartográficos, de censo e cadastro urbano/rural, imagens de satélite, topografia de terreno, análise espacial de fenômenos naturais, etc.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Manual de Geoprocessamento**. São Paulo. 2010.

## SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Conjunto organizado de áreas protegidas que planejado, manejado e gerenciado como um todo e capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação.

MILANO, M. S. **Unidades de Conservação**: conceitos e princípios de planejamento e gestão. Brasília : SEMA, 1988.

## SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

É aquela sociedade que assegura a saúde e a vitalidade da vida e cultura humanas e do capital natural, para a presente e futuras gerações.

CARVALHO, Horácio Martins. **Padrões de sustentabilidade**: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In. A Amazonia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; 1994.

## SUSTENTABILIDADE

É a manutenção ou melhoria dos sistemas naturais integrados que envolvem a vida coletiva no planeta. A sustentabilidade é entendida como o princípio que envolve a melhoria da qualidade de vida, o crescimento econômico eficiente com equidade social e a conservação do meio ambiente, associado à participação efetiva das comunidades.

VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. M.; LADISLAU, E. (orgs). **O desafio político da sustentabilidade urbana**: gestão socioambiental de Belém. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009.

É considerada um processo com dimensões ecológicas, sociais e econômicas, o qual implica manter a capacidade dos sistemas ecológicos de suportar os sistemas sociais e econômicos por meio do entendimento das relações entre subsistemas e suas eventuais retroalimentações, e se manifestando na capacidade de tolerar e moldar as mudanças, distúrbios e crise do sistema, em outras palavras, adaptar-se às incertezas com o propósito de manter os domínios de estabilidade do sistema desejado.

BERKES, F.; J. COLDING; C. FOLKE. **Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change**. Cambridge University Press, Cambridge, UK. 2003

Esse termo sustentabilidade remete a duas tendências: a primeira o enfoque é o econômico, o qual define-se a revolução de eficiência como o uso racional dos recursos naturais e o segundo foco é o questionamento da insustentabilidade sócio-política do modelo atual

FATHEUER, Thomas; ARROYO, João Cláudio. Desenvolvimento sustentável: elementos para discussão. In **SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMAZÔNIA: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável**. Belém: 1997.

## T

### TECNOLOGIA SOCIAL

São instrumentos que visam responder às necessidades sociais, econômicas e ambientais reais. E toda tecnologia ao incorporar valores do contexto em que foi concebida, por meio do envolvimento dos diversos atores sociais, poderá promover a inclusão social.

FONSECA, Rodrigo. Tecnologia e Democracia. In: **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009. p.145-154.

São tecnologias criadas para a resolução de problemas como a falta de água tratada, alimentação, educação, saúde ou renda. Sendo que, ainda, refere-se à necessidade de que sejam apropriadas *para e pela* comunidade, de modo a mudar comportamentos, atitudes e práticas que proporcionem transformações sociais.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J.C. A Emergência da Tecnologia Social: Revisitando o Movimento da Tecnologia Apropriada como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.42, n.6, p.1060-1094, 2008.

### TERRAS INDÍGENAS

São aquelas áreas habitadas por índios em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de Outubro de 1988. Artigo 231.

### TERRITORIALIDADE

É a estratégia utilizada para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, ou seja, para estabelecer, manter e reforçar as relações de poder.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

É a uma grande interação de atividades econômicas entre si, com ampla presença de componentes sociais e culturais encontrados em determinada região com particularidades muito próximas ou semelhantes, criando condições para, pela integração de atividades, promover um dinamismo próprio, com características determinadas, expresso em maior competitividade coletiva e carregado de expressão cultural local.

FLORES, M. **Da solidariedade social ao individualismo**: um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007, 311 p.

É quando produz, constrói o território, fazendo com que as pessoas que ocupam esse espaço dele se apropriem, passando a manter sentimentos de pertencimento ao lugar, estabelecendo-se laços de ligação da população, uns com os outros membros, com as suas praticas, suas historias, suas memórias, enfim, criando aquilo que se denomina de consciência de confraternização.

RAIOL, Ivanilson Paulo Corrêa. **Ultrapassando fronteiras**: a proteção jurídica dos refugiados ambientais. Porto: Nuria Fabris, 2010.

É o fenômeno social em que os indivíduos interagem entre si imprimindo no território transformações constantes através da política e do planejamento. Valoriza, portanto as relações sociais, o plano do indivíduo e da coletividade. São essas interações que também interligam o local a outros lugares.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e 'apropriação' ao mesmo tempo.

HAESBAERT, R. . **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

É o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade por meio do auxílio de mediadores ou instrumentos.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

É a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando controle sobre uma área geográfica.

SACK, R. **Human territory**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University, 1986.

## TERRITÓRIO

O território é tido como espaço de relações sociais e afirmação de poderes, e tomado como referência básica da ação pública que hoje postula produção econômica com conservação ambiental. Reitera-se também a participação social como recurso para enfrentar os desníveis sociais.

PEIXOTO, Rodrigo. Caminhos e descaminhos do desenvolvimento territorial no Pará. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; 153 TEISSERENC, Pierre (Orgs.). **Territórios de desenvolvimento e ações públicas**. Belém: UFPA/NUMA, 2009

É a concepção do espaço como um híbrido, híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e 'idealidade', numa complexa interação tempo-espaço (...) a

partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à ulti territorialidade. Ed. 4ª. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

É o espaço político, que mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

É um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação.

SOUZA, M. R. de; BARRELLA, Walter. Conhecimento popular sobre peixes numa comunidade caiçara da Estação Ecológica de Jureia-Itatins/SP. In: **Boletim do Instituto de Pesca**. São Paulo, 2001.

É um espaço determinado por relações de poder, definindo, assim, limites ora de fácil delimitação (evidentes), ora não explícitos (não manifestos), e que possui como referencial o lugar; ou seja, o espaço da vivência, da convivência, da co-presença de cada pessoa. E, considerando ainda, o estabelecimento de relações, internas ou externas, aos respectivos espaços com outros atores sociais, instituições e territórios.

SCHNEIDER, S. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sócias rurais. **Raízes**, vol. 23, n°s 01 e 02, jan-dez, Campina Grande, 2004, p. 99 – 116.

É a base física para as relações entre os indivíduos, na medida em que possui um tecido social, uma organização complexa estabelecida por relações que vão muito além de suas características naturais; representando uma trama de vínculos com configurações políticas, raízes históricas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio cenário do desenvolvimento econômico.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.) **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

O território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço. O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja, energia e informação e que por conseqüência revela relações marcadas pelo poder.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

É um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. É o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo C, C.; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 96

É o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

HAESBAERT, R.. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

BRASIL. Resolução nº 52 de 16 de fevereiro de 2005. Aprova recomendações do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável para as institucionalidades Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de fev. 2005, Seção 1 páginas 44 e 45.

### **TERRITORIO DE PESCA**

É o território construído pelos pescadores a partir do trabalho e da apropriação da natureza, trata-se de territórios que podem ser delimitados mesmo na fluidez do meio aquático e sobre os quais os pescadores exercem algum tipo de domínio, ainda restando o desafio do reconhecimento destes pelas demais esferas sociais. É justamente na disputa por estes territórios, entre estruturas de produção na pesca de escalas diferenciadas, que se encontram graves conflitos no interior do setor pesqueiro.

CARDOSO, E. Schiavone. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. São Paulo, **GEOUSP – Espaço e Tempo**, nº 14, 2003.

### **TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

É um processo pelo qual ciência e tecnologia são difundidas pela atividade humana. Dessa forma, sempre que um conhecimento racional e sistemático desenvolvido por um grupo ou instituição é incluído efetivamente (adotado) numa forma de fazer coisas por outros grupos ou instituições, está ocorrendo a TT.

CASTRO, A. W. V. **Análise comparativa dos modelos de geração, difusão e transferência de tecnologia dos institutos públicos de pesquisa e institutos de pesquisa mistos, no agronegócio florestal da Região Sul**. 2005. 321 f. Tese (Doutorado em Administração) - UFRGS, Porto Alegre.

É o processo de coleta, documentação e disseminação com sucesso da informação técnica e científica a um receptor por meio de mecanismos formais e informais, passivos e ativos.

ABREU, A. F. de; FRANÇA, T. da C. V. **Gestão de transferência tecnológica**. In. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Curso de Especialização em Marketing Empresarial. Florianópolis: Laboratório de ensino à distância. 1999, 7º cap.

É um subprocesso do processo de inovação, em que se combinam interações de comunicação e de negócios para a construção de arranjos sociais, institucionais e mercadológicos, que, mediados por uma ação contínua e consistente de assistência técnica, tem por propósito ajudar os empreendedores e trabalhadores agropecuários e agroindustriais e de serviços correlatos a diagnosticar seus problemas de eficiência de produção sustentável, a identificar que tecnologias servem à sua realidade e à mudança pretendida e dela se apropriar.

EMBRAPA. **Política de Transferência de Tecnologia**. Brasília, DF. Diretoria de Transferência de Tecnologia, 2012 a. Não publicado

## TURISMO

É o movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. A essência do turismo está na relação das pessoas umas com as outras e destas com os espaços em que elas e os outros vivem. Dessa forma, o turismo pode ser entendido como um fenômeno social cujos componentes básicos para reflexão são o homem, o espaço e o tempo.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 11 ed. Campinas-SP: Papirus, 1997. (coleção turismo).

É uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

É um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (PADILLA, 1993).

PADILLA, O. D. L. T. **El turismo: fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

## TURISMO SUSTENTÁVEL

É aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. O desenvolvimento do turismo baseado em princípios de sustentabilidade pode tornar a atividade um condutor ao gerenciamento dos recursos para satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

É um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para assegurar a qualidade de vida da comunidade; proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente do qual dependem tanto a comunidade como o turista.

EMBRATUR. **Planejamento para o Desenvolvimento de Turismo Sustentável em Nível Municipal** – guia para oficinas de treinamento dos agentes multiplicadores e dos monitores. Brasília: Programa Nacional de Municipalização do Turismo/EMBRATUR, 1994.

Definido como o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece explicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apóia: suportável ecologicamente, viável economicamente e quantitativo desde uma perspectiva ética e social.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. 1.ed. 3.reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2007.

## U

## UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

São instrumentos legais no processo de conservação e recuperação de vários atributos inerentes aos recursos naturais, tais como a biodiversidade, as funções ecológicas, a qualidade ambiental e a paisagem natural.

PAZ, Ronilson José da; Freitas, G.L. & Souza, E.A. **Unidades de Conservação no Brasil: História e legislação**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006. 243 p.

É uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos.

UICN. **Guidelines protected Area Management Categories**. Gland: UICN, 1994.

São espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, regulados por concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do país.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (Org.). **O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro/Curitiba: Relume-Dumará, 1994. p. 17-47.

Uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, e manejadas através de instrumentos legais ou outros meios efetivos.

ARAÚJO, Marcos Antonio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe dominante**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. p. 10-97.

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam adequadas de proteção.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: MMA/SBF, 2004, 5ª ed. aum.

São todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas, ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadra.

SCHENINI, Pedro C; COSTA, Alexandre M; CASARIN, Vanessa W. Unidades de Conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: **Congresso brasileiro de cadastro técnico multifinalitário**. Florianópolis: UFSC, p. 1-7, 2004.

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO INTEGRAL OU USO INDIRETO

As UC de proteção integral são aquelas cujo objetivo é promover a preservação permanente de amostras significativas dos ecossistemas naturais e da biodiversidade neles contida.

DOUROJEANNI, M.J; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba: Editora da UFPR. 2001.

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL OU USO DIRETO

É a unidade de conservação que regula a associação da proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, a exemplo das seguintes categorias: Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural, nestas UC, ao contrário das do primeiro grupo (de uso indireto), admitisse a presença de populações humanas em sua área. Elas buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de uso dos seus recursos naturais.

BRASIL. **Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília, 2000.

## URBANIZAÇÃO

É o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e tamanho, em razão do fenômeno urbano, que tenderia a transformar, paulatinamente, as cidades e seus arredores.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

É a forma espacial da organização social em constante transformação, cuja expressão se materializa nas modificações evidenciadas no meio ambiente edificado.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

É o espaço construído, constituindo-se parte dos meios de produção, e, conseqüentemente, dos meios de trabalho.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

Contém a idéia de processo, remete, necessariamente, à análise da ordem e evolução histórica das cidades, em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, ao estágio da divisão social e territorial do trabalho, às transformações de ordem política e social, às manifestações de caráter cultural e estético, às revoluções e contrarrevoluções ideológicas e do conhecimento, à filosofia e à especulação, à ciência e ao quadro do cotidiano.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização economia e cidades no Estado de São Paulo**. Presidente Prudente, 2004. 508 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

## V

## VARIABILIDADE CLIMÁTICA

É a propriedade intrínseca do sistema climático terrestre, responsável por oscilações naturais nos padrões climáticos, observados em nível local, regional e global.

CONFALONIERI, U. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Terra Livre**, 19(20): 193-204, 2003.

## VULNERABILIDADE

É o grau de perda para um dado elemento ou grupo de elementos dentro de uma área afetada pelo processo considerado. Ela é expressa em uma escala de 0 (sem perda) a 1 (perda total). Para propriedades, a perda será o valor da edificação; para pessoas, ela será a probabilidade de que uma vida seja perdida, em um determinado grupo humano que pode ser afetado pelo processo considerado.

CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO, Naíse de Oliveira; RIO, Gisela Aquino Pires do. **Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. In:** Anuário do Instituto de Geociências, v. 28, n.2, p.11-30, 2005.

É a combinação de características de uma pessoa ou grupo, expressa em relação à exposição à ameaça, possuindo ampla relação com o status social e poder econômico do indivíduo ou da comunidade envolvida. No entanto, é importante considerar que a vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma medida que expressa as necessidades das pessoas, e a vulnerabilidade o nível de preparo dos indivíduos diante fenômenos naturais.

LAMPIS, A. **Pobreza e riesgo médio ambiental:** un problema de vulnerabilidad e desarrollo. Disponível em: <http://www.desenredando.org.>, 2010. Acessado em 25 de março de 2011.

É uma condição social do produto dos processos e formas de mudança e transformação da sociedade. É expressa em termos de níveis econômicos e de bem estar da população em seus níveis de organização social, educação, características culturais e ideológicas; na sua localização no território, na gestão ambiental, nas características e capacidades próprias para recuperação e sua adequação ao meio ambiente e aos perigos que isso representa ao meio.

DGPM-MEF - DIRECCIÓN GENERAL DE PROGRAMACIÓN MULTIANUAL DEL SECTOR PÚBLICO. MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS. **Pautas metodológicas para la incorporación del análisis del riesgo de desastres en los proyectos de inversión pública.** Cooperación Técnica Alemana – GTZ. Programa Desarrollo Rural Sostenible, Lima, 2007. 100 p.

É a qualidade de vulnerável, que se aplica ao lado fraco de um assunto, questão ou do ponto, por onde alguém pode ser atacado, ferido ou lesionado, física ou moralmente. No uso corrente, vulnerabilidade denota risco, fragilidade ou dano (DESCHAMPS, 2008).

DESCHAMPS, M. Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba. **Cadernos metrópole**, 10 (1): 191-219, 2008.

É o estado de um sistema antes de um evento desencadear uma catástrofe, ou seja, é considerado como um período inseguro, visto que a situação vivida pelo sistema natural é de instabilidade, ou seja, todos que vivem em áreas de riscos são vulneráveis, a impactos sociais e perigos. O autor diz, ainda, que esse momento pode ser definido também em termos da probabilidade de perdas sob a forma de prejuízos econômicos ou de vida humana.

TAPSELL, S; MCCARTHY, S; FAULKNER, H & ALEXANDER, M (2010): **Social Vulnerability and Natural Hazards. CapHaz-Net WP4 Report, Flood Hazard Research Centre – FHRC, Middlesex University, London** (available at: [http://caphaz-net.org/outcomes-results/CapHazNet\\_WP4\\_Social-Vulnerability.pdf](http://caphaz-net.org/outcomes-results/CapHazNet_WP4_Social-Vulnerability.pdf)).

Corresponde ao nível de insegurança intrínseca de um cenário de desastre a um evento adverso determinado.

CASTRO, A. L. C. 1998. **Glossário de defesa civil: estudo de riscos e medicina de desastres**. Brasília: MPO/ Departamento de Defesa Civil.

É uma possibilidade de um grupo social sofrer danos – seja por insuficiência das estratégias de antecipação, prevenção, resposta ou recuperação diante de um fator de ameaça.

VALENCIO et al . **Implicações éticas e sócio-políticas das práticas de defesa civil diante das chuvas**: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 20 n. 1 , jan-mar, 2006.

Corresponde ao grau de susceptibilidade de um sistema natural ou socioeconômico e a sua capacidade adaptativa para se recuperar frente aos impactos decorrentes das mudanças climáticas. Ela pode ser analisada, a partir da relação existente entre a exposição a um determinado risco, a fragilidade, e o nível de adaptação que uma definida área, atividade ou população apresenta num momento específico.

PENTTEGELL, C. Climate Change Adaptation: Enabling people living in poverty to adapt. **OxfamResearchReport**, p. 48, 2010.

## **VULNERABILIDADE CLIMÁTICA**

É a característica, em termos de capacidade, do indivíduo ou grupo de prever, lidar com, resistir e se recuperar do impacto de um desastre climático. São vários os fatores (geográficos, socioeconômicos, tecnológicos, culturais, perceptivos) envolvidos para determinação do grau de vulnerabilidade do indivíduo e são nos momentos dos desastres que são colocados á prova as fragilidades, desigualdades, susceptibilidade e sensibilidade de cada pessoa.

BLAIKIE, P. **At risk. Natural hazards, peoples vulnerability and disasters**. London: Routledge, 1994, p. 284.

**Z**

## **ZONA COSTEIRA**

É o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre<sup>7</sup>. Compreende uma faixa de extensão de 8.698 km e largura variável, contemplando um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388.000 km<sup>2</sup> segundo.

MMA/MP. **Projeto orla**: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002.

## **ZONA DE AMORTECIMENTO**

É uma porção adjacente a área protegida, no qual o uso da terra é parcialmente restringido para incorporar uma camada a mais de proteção para a unidade de conservação.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume, 2001.

## **ZONA DE PRESERVAÇÃO**

Compreende ecossistemas formados por praias e duna e que recebem influência direta do Oceano Atlântico; são áreas que sofrem inundações freqüentes e apresentam altos teores de salinidade e solos areno-quartzosos. Recomendado para recreação e turismo.

SANTOS, P. L. et al. **Zoneamento Agroecológico do município de Augusto Corrêa, estado do Pará**. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 1999.

### **ZONEAMENTO AMBIENTAL**

É definido como um procedimento de divisão de determinado território em áreas onde se autorizam determinadas atividades ou se interdita, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras em razão das características ambientais e sócio-econômicas do local.

MACHADO, P.. **Direito ambiental brasileiro**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 177 pp. 2003.